

**INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**BLUMENAU - SC  
2016**



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições Resoluções TCU n.os 234/2010 e 244/2011, Instruções Normativas TCU n.os 63/2010 e 72/2013, Decisões Normativas TCU n.os 134/2013, 139/2014, 140/2014 e 143/2015, Portaria TCU n.º 90/2014 e Portaria CGU n.º 522/2015.

**CONSELHO SUPERIOR  
(CONSUPER)**

<b>Conselheiro(a)</b>	<b>Segmento</b>
Francisco José Montório Sobral	<i>Presidente do Conselho Superior</i>
Cláudia Damo Bertoli	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Alex Fabiano Wehrle	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Adolfo Jatobá Medeiros Bezerra	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Illyushin Zaak Saraiva	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Carlos da Silva Patéis	<i>Representante titular dos Docentes</i>
Marta Inês Caldart de Mello	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Ida Maria de Oliveira	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Lauri Caetano Rodio	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Sidnei Skarbek	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Anderson Correa Gonçalves	<i>Representante titular dos TAEs-Técnicos Administrativos</i>
Guilherme Augusto Häser	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Rodrigo Helmann	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Michel Felipe Mesalira	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Luan Cizeski de Lorenzi	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Lariane Davila Borges de Oliveira	<i>Representante titular dos Discentes</i>
Leandro Cavalari	<i>Representante titular dos Egressos</i>
Kaluan Machado	<i>Representante titular dos Egressos</i>
Ewaldo Gramkow	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Maria Roseli Ronchi Back	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Giane Carmem Alves Carvalho	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Trabalhista</i>
Aldo Kaestner	<i>Representante titular da Sociedade Civil – Classe Patronal</i>
Caio Alexandre Martini Monti	<i>Representante titular do MEC</i>
Jaime Giolo	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Paulo Armando Victória de Oliveira	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Felipe do Nascimento Vieira	<i>Representante titular do Setor Público/Empresas Estatais</i>
Amir Tauile	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Rogério Luiz Kerber	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Eduardo Butzen	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Fernando José Taques	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>
Paulo Cesar Rodacki Gomes	<i>Representante titular dos Dirigentes</i>

## LISTA DE DIRIGENTES

### **Reitoria**

Francisco José Montório Sobral  
*Reitor*

### **Gabinete da Reitoria**

Manuir Schons  
*Assessor do Reitor*

### **Pró-reitoria de Administração - PROAD**

Maurício Lehmann  
*Pró-reitor*

### **Pró-reitoria de Desenvolvimento Humano e Social – PRODHS**

Neri Jorge Golynski  
*Pró-reitor*

### **Pró-reitoria de Ensino – PROEN**

Josete Mara Stahelin Pereira  
*Pró-reitora*

### **Pró-reitoria de Extensão – PROEX**

José Carlos Brancher  
*Pró-reitor*

### **Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PROPI**

Romano Roberto Valicheski  
*Pró-reitor*

### **Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional – DIDES**

Rodrigo Boeing Althof  
*Diretor*

### **Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas – DGP**

Joseane Evaldt Correa Teixeira  
*Diretora*

### **Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação**

Vander Vigolo  
*Diretor*

### **Coordenadoria-geral de Comunicação – CECOM**

Nicole Pasini Trevisol  
*Coordenadora-geral*

### **COOPAD – Coordenação-geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares**

Rodenei Bello Pedroso  
*Coordenador-geral*

### **Ouvidoria**

José Décio de Alencar  
*Ouvidor*

### **Campus Araquari**

Jonas Cunha Espíndola

### *Diretor-geral*

#### **Campus de Blumenau**

Paulo César Rodacki Gomes  
*Diretor-geral Pro tempore*

#### **Campus de Brusque**

Antonio Alir Dias Raitani Júnior  
*Diretor-geral Pro tempore*

#### **Campus de Camboriú**

Rogério Luis Kerber  
*Diretor-geral*

#### **Campus de Concórdia**

Jolcemar Ferro  
*Diretor-geral*

#### **Campus de Fraiburgo**

Fábio José Rodrigues Pinheiro  
*Diretor-geral Pro tempore*

#### **Campus de Ibirama**

Fernando José Taques  
*Diretor-geral Pro tempore*

#### **Campus de Luzerna**

Eduardo Butzen  
*Diretor-geral Pro tempore*

#### **Campus de Rio do Sul**

Oscar Emílio Ludtke Hartmann  
*Diretor-geral*

#### **Campus de Santa Rosa do Sul**

Carlos Antonio Krause  
*Diretor-geral*

#### **Campus de São Bento do Sul**

Robert Lenocho  
*Diretor-geral Pro tempore*

#### **Campus de São Francisco do Sul**

Amir Tauille  
*Diretor-geral Pro tempore*

#### **Campus de Videira**

Rosângela Aguiar Adam  
*Diretora-geral Pro tempore*

#### **Campus Avançado de Abelardo Luz**

César Antônio Schneider  
*Diretor*

#### **Campus Avançado de Sombrio**

Anderson Sartori  
*Diretor*

## EXPEDIENTE

### CONSOLIDAÇÃO

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão

### MEMBROS DA COMISSÃO RESPONSÁVEL

Gisele Vian - <i>Presidente da COMERG</i>	Sooma Severino (suplente) - <i>Ouvidoria</i>
Cladecir Schenkel (titular) e Romano Roberto Valicheski (suplente) - <i>PROPI - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação</i>	Marcel Amaral Daoud (titular) e José Domingos Pereira (suplente) - <i>Campus Camboriú</i>
Ana Clara Medina Menezes de Souza (titular) e Giane Bosi (suplente) - <i>PRODHS – Pró-reitoria de Desenvolvimento Humano e Social</i>	Antônio Ferreira Coelho Filho (titular) e Mario Felipe Cipriano Borges da Costa (suplente) - <i>Campus São Francisco do Sul</i>
Andressa Thais Schwingel (titular) e Douglas Hörner (suplente) - <i>Campus Ibirama</i>	Victor Júlio Schumacher (titular) e Carla Zandavalli (suplente) - <i>PROEX – Pró-reitoria de Extensão</i>
Bárbarah Cristine Leidow Sorgetz (titular) e Kátia Linhaus de Oliveira (suplente) - <i>Gabinete da Reitoria</i>	Maysa Eichner da Silva (titular) e Sandra Allram Gehrke (suplente) - <i>COPPAD – Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares</i>
Paulo Roberto da Silva (titular) e Daiane Brandalise Sganzerla (suplente) - <i>Campus Luzerna</i>	Murilo Cesar dos Santos - <i>PROAD – Pró-reitoria de Administração</i>
Daniel Fachini (titular) e Leonardo Antunes (suplente) - <i>Campus Rio do Sul</i>	Rafaela Zorzetto de Camargo (titular) e Sonia Trois (suplente) - <i>CECOM – Coordenadoria-Geral de Comunicação</i>
Rodrigo Boeing Althoff (titular) e Danielle Ruiz Lacerda (suplente) - <i>DIDES – Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional</i>	Renato de Souza Muniz (titular) e Vander Vigolo (suplente) - <i>DTI – Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação</i>
Eduardo Beeck Garozzi (titular) e Gilian de Moraes Pinto (suplente) - <i>Campus Brusque</i>	Jair Strappazon (titular) e Maria Luiza Lúcio Steffens (suplente) - <i>PROEN – Pró-reitoria de Ensino</i>
Eleutério Jubanski (titular) e Luiz Fernando Hreisemnou do Rosário (suplente) - <i>Campus Araquari</i>	Sandra Mara Valerius Davi (titular) e Dirceu Rigo (suplente) - <i>Campus Concórdia/Abelardo Luz</i>
Fabiana Aparecida Mafra Reisch (titular) e Alana Patrícia Ferreira Rocha Fischer (suplente) - <i>DGP– Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas</i>	Suzan Merily Tierling Kaestner (titular) e Elaine Caroline dos Santos (suplente) - <i>Campus Blumenau</i>
Ariane Sartori Hartmann - <i>UNAI – Unidade Interna de Auditoria</i>	Stefano Moraes Demarco (titular) e Aline Buss Cardoso (suplente) - <i>Campus São Bento do Sul</i>
Tatiana Zuffo de Castilha (titular) e Gislaine Julianotti Carlesso (suplente) - <i>Campus Videira</i>	Vera Greppner (titular) e Nilce Inês Bueno Costa (suplente) - <i>Campus Fraiburgo</i>
Gladenir Goersch Andrades (titular) e Jorge Luís de Souza Mota (suplente) - <i>Campus Santa Rosa do Sul / Sombrio</i>	Maurício Duarte Anastácio (titular) e Ida Maria de Oliveira (suplente) - <i>NGA – Núcleo de Gestão Ambiental</i>
José Décio de Alencar (titular) e Franciscarla Makiko	

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições Resoluções TCU n.ºs 234/2010 e 244/2011, Instruções Normativas TCU n.ºs 63/2010 e 72/2013, Decisões Normativas TCU n.ºs 146/2015 e 147/2015, Portaria TCU n.º 321/2015 e Portaria CGU n.º 522/2015.

**Blumenau, Março de 2016**

## Sumário

<b>1 – APRESENTAÇÃO</b>	13
<b>2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE</b>	14
<b>2.1 – FINALIDADES E COMPETÊNCIAS</b>	15
<b>2.2 – NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE</b>	16
<b>2.3 – AMBIENTE DE ATUAÇÃO</b>	16
<i>2.3.1 – Contexto de atuação e dados sobre o espaço potencial de atuação</i>	16
<i>2.3.2 – Principais atores do mesmo contexto</i>	17
<i>2.3.3 – Ameaças e oportunidades quanto à atuação da UPC</i>	18
<b>2.4 – ORGANOGRAMA</b>	19
<b>2.5 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS</b>	26
<b>3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</b>	29
<b>3.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL</b>	29
<i>3.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício e Estágio de implementação do planejamento estratégico</i>	29
<b>3.2 – FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS</b>	37
<b>3.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO</b>	38
<i>3.3.1 – Objetivos estabelecidos no PPA responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados</i>	38
<i>3.3.2 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade</i>	39
<i>3.3.2.1 – Ações/subtítulos – OFSS</i>	39
<i>3.3.2.2 – Ações/subtítulos – OFSS não previstas na LOA</i>	46
<i>3.3.2.3 – Orçamento de Investimento</i>	47
<i>3.3.3 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário</i>	48
<i>3.3.4 – Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento</i>	48
<i>3.3.5 – Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	49
<i>3.3.6-Execução Descentralizada com Transferência de Recursos</i>	50
<i>3.3.6.1 – Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos</i>	50
<i>3.3.6.2 – Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores</i>	51
<i>3.3.6.3 – Visão gerencial da análise das contas prestadas</i>	51
<i>3.3.6.4 – Informações Sobre a Estrutura de Pessoal Para Análise das Prestações de Contas</i>	51
<i>3.3.7- Informações sobre Realização das Receitas</i>	51
<i>3.3.8- Execução de Despesas</i>	53
<i>3.3.9 – Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal</i>	55
<i>3.3.9.1 – Suprimento de Fundos: Classificação dos Gastos em 2015</i>	57

<b>3.4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	65
<i>3.4.1 – Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho conforme Deliberações do TCU</i>	65
3.4.1.1 – Terminologia utilizada pela SETEC para a composição dos indicadores:	69
3.4.1.2 – Metodologia empregada para o cálculo dos indicadores	70
3.4.1.3 – Quantitativos referentes ao exercício de 2015 utilizados na elaboração dos indicadores	73
3.4.1.4 – Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET	75
<b>3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS</b>	84
<b>4 – GOVERNANÇA</b>	85
<b>4.1 – DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA</b>	85
<b>4.2 – ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA</b>	86
<i>4.2.1 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas</i>	86
<i>4.2.2 – Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão</i>	87
<i>4.2.3 – Demonstração da execução do plano anual de auditoria</i>	87
<i>4.2.4 - Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes</i>	99
<b>4.3 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS</b>	100
<b>4.4 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b>	100
<b>4.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA</b>	101
<b>5 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>	102
<b>5.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO</b>	102
<b>5.2 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO</b>	103
<b>5.3 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS</b>	103
<b>5.4 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE</b>	104
<b>5.5 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES</b>	104
<b>6 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>	105
<b>6.1 – DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO</b>	105
<b>6.2 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	105
<b>6.3 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE</b>	105
<b>6.4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS</b>	106
<b>7 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b>	107



<b>7.1 GESTÃO DE PESSOAS</b>	107
<i>7.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade</i>	107
<i>7.1.2 – Demonstrativo de Despesa do Pessoal</i>	109
<i>7.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal</i>	110
<i>7.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e de estagiários</i>	112
<i>7.1.5 Contratação de Consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais</i>	112
<b>7.2 GESTÃO DE PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA</b>	112
<i>7.2.1 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada</i>	112
<i>7.2.2 - Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais Sobre Veículos Nestas Condições</i>	123
<i>7.2.3 Gestão de Patrimônio Imobiliário da União</i>	124
<i>7.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas</i>	125
<i>7.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros</i>	131
<i>7.2.6 Informações sobre principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim</i>	143
<b>7.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	144
<i>7.3.1 – Principais sistemas de informações</i>	144
<b>7.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE</b>	157
<i>7.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras</i>	157
<b>8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	163
<b>8.1 – TRATAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>	163
<i>8.1.1 - Estrutura administrativa de tratamento de determinações e recomendações do TCU</i>	163
<i>8.1.2 - Visão geral de determinações e recomendações do TCU</i>	164
<i>8.1.3 - Discriminação de determinações do TCU pendentes de cumprimento</i>	164
<b>8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</b>	165
<i>8.2.1 - Estrutura administrativa de tratamento de recomendações do OCI</i>	165
<b>8.3 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO</b>	171
<i>8.3.1 – Estrutura administrativa para apuração de responsabilidade por dano ao erário</i>	171
<i>8.3.2 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário</i>	172
<i>8.3.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário</i>	173
<b>8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART.5º DA LEI 8.666/1993</b>	173
<b>8.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO</b>	174
<b>8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE</b>	179
<i>8.6.1 Informações sobre ações de publicidade e propaganda</i>	179

## Lista de Quadros

Quadro 01 – Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual	13
Quadro 02 – Estrutura Organizacional Básica	19
Quadro 03 – Unidades Administrativas Básicas: Competências, Titular/Cargos/Período de Atuação	20
Quadro 04 – Descrição dos Macroprocessos Finalísticos	27
Quadro 05 – Planejamento Estratégico	29
Quadro 06 – Ação/Subtítulos – OFSS   20 RG	40
Quadro 07 – Ação/Subtítulos – OFSS   20 RL	42
Quadro 08 – Ação/Subtítulos – OFSS   2994	44
Quadro 09 – Ação/Subtítulos – OFSS   4572	45
Quadro 10 – Ações não Previstas LOA 2015 – Restos a Pagar – OFSS   20RJ	46
Quadro 11 – Ações não Previstas LOA 2015 – Restos a Pagar – OFSS   6380	47
Quadro 12 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	49
Quadro 13 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	50
Quadro 14 – Informações sobre realização de receitas	51
Quadro 15 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	53
Quadro 16 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	54
Quadro 17 – Concessão de suprimento de fundos	55
Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos	56
Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	57
Quadro 20 – Apresentação de indicadores de desempenho	65
Quadro 21 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005	67
Quadro 22 – Informações Acadêmicas	73
Quadro 23 – Carga horária e titulação do corpo docente	74
Quadro 24 – Consolidação financeira da Instituição	74
Quadro 25 – Relação de Candidatos por Vaga (RCV)	75
Quadro 26 – Relação candidato/vaga	75
Quadro 27 – Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)	76
Quadro 28 – Relação de ingressos/matrícula atendida (RIM)	76
Quadro 29 – Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)	77
Quadro 30 – Relação de concluintes/alunos atendidos	77
Quadro 31 – Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)	78
Quadro 32 – Percentual de eficiência acadêmica por campus	78

Quadro 33 – Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	79
Quadro 34 – Índice de retenção do fluxo escolar	79
Quadro 35 – Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)	79
Quadro 36 – Relação de alunos por docente	80
Quadro 37 – Titulação do Corpo Docente (TCD)	80
Quadro 38 – Gasto Corrente por Aluno (GCA)	81
Quadro 39 – Gastos com Pessoal (GCP)	81
Quadro 40 – Gastos com Outros Custeios excluído Benefícios e PASEP (GOC)	81
Quadro 41 – Gastos com Investimentos (GCI)	82
Quadro 42 – Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar per Capita	82
Quadro 43 – Órgãos de Governança e Suas Principais Competências	85
Quadro 44 – Descrição dos trabalhos da Auditoria Interna de acordo com o PAINTE	87
Quadro 45 – Trabalhos de auditoria internas realizadas sem previsão no PAINTE	89
Quadro 46 – Trabalhos de auditoria previstos no PAINTE não realizados ou não concluídos	90
Quadro 47 – Resumo de Atividades do PAINTE 2015	91
Quadro 48 – Atividades de Auditoria	91
Quadro 49 – Atividades Administrativas	91
Quadro 50 – Atividades de Acompanhamento	92
Quadro 51 – Ações de Fortalecimento da UNAI	92
Quadro 52 – Capacitação	92
Quadro 53 – Reserva Técnica	92
Quadro 54 – Índices de atendimento das recomendações referentes à OS-008/2015 (Plano de Providências permanente):	93
Quadro 55 – Dados gerais das Demandas recebidas pela Ouvidoria	102
Quadro 56 – Descrição Sintética das Demandas da Ouvidoria	102
Quadro 57 – Força de Trabalho da UPC	107
Quadro 58 – Distribuição da Lotação Efetiva	107
Quadro 59 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	
Quadro 60 – Demonstrativo de Despesa do Pessoal	109
Quadro 61 – Quantitativo de cargos efetivos de Ates	110
Quadro 62 – Quantitativo de cargos efetivos de Ates por nível de classificação	110
Quadro 63 – Quantitativo de docentes	111
Quadro 64 – Composição do Quadro de Estagiários	112
Quadro 65 – Veículos próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos	116

Quadro 66 – Gestão de frota de veículos São Bento do Sul	117
Quadro 67 – Total de Veículos / Reitoria IFC	118
Quadro 68 – Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis	124
Quadro 69 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC	126
Quadro 70 – Quantidade e Valores dos Imóveis Locados	126
Quadro 71 – Custos de manutenção	131
Quadro 72 – Contratos de manutenção de bens móveis e imóveis / Campus Araquari	140
Quadro 73 – Obras concluídas em 2015	143
Quadro 74 – Cursos realizados na área de TI no exercício 2015	146
Quadro 75 – Quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI	148
Quadro 76 – Aquisição de itens de TI / Campus Ibirama	153
Quadro 77 – Critérios de sustentabilidade ambiental	157
Quadro 78 – Determinação 1.7.5 do Acórdão 1692/2011	164
Quadro 79 – Determinação 1.7.7 do Acórdão 1692/2011	164
Quadro 80 – Visão Geral de Recomendações do OCI	166
Quadro 81 – Apuração de responsabilidade por dano ao erário	172
Quadro 82 – Contratos com desoneração	174
Quadro 83 – Ações de publicidade e propaganda	179

## 1 – APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal Catarinense – IFC integra a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, com o objetivo de estender-se a todos os estados brasileiros, promovendo educação profissional, desde a formação inicial continuada (FIC) até a formação em nível de pós-graduação *stricto Sensu* (mestrado e doutorado).

O IFC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e possui 13 *Campus* e 2 *Campus* avançados que, com previsão na Lei de Criação dos IFETs, possuem autonomia administrativa e orçamentária para facilitar e dar maior celeridade às decisões e ações administrativas, norteadas pelos princípios de efetividade, eficiência, eficácia e economicidade. São eles: *Campus* de Araquari, *Campus* de Blumenau, *Campus* de Brusque, *Campus* de Camboriú, *Campus* de Concórdia e seu *Campus* Avançado de Abelardo Luz, *Campus* de Fraiburgo, *Campus* de Ibirama, *Campus* de Luzerna, *Campus* de Rio do Sul, *Campus* de São Bento do Sul, *Campus* de Santa Rosa e seu *Campus* Avançado de Sombrio, *Campus* de São Francisco do Sul e *Campus* de Videira.

A Reitoria define, coordena, orienta, controla e superintende as ações dos *Campus* para a implementação das políticas estabelecidas para a integralidade do IFC. As pró-reitorias, diretorias sistêmicas e órgãos de apoio e assessoramento contribuem para o atingimento deste objetivo. Portanto, a gestão do IFC é resultado da gestão dos órgãos da Reitoria e das gestões de seus *Campus*.

Este relatório tem por objetivo a prestação de contas aos órgãos de controle externo e de controle interno e à sociedade, por meio da declaração de conteúdos sobre a gestão do IFC ao longo do exercício de 2015, apresentando os seguintes conteúdos: Visão Geral da Unidade; Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional; Governança; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Áreas especiais da Gestão; e Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.

Com base nos trabalhos de 2014, uma nova comissão foi constituída para elaborar o relatório de gestão do exercício de 2015, composta por um representante titular e um suplente de cada unidade administrativa básica – *Campus*, Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas, indicados pelos dirigentes máximos das unidades.

A Comissão procurou coletar os conteúdos acima referidos em todas as unidades administrativas por meio de seus representantes consolidando estes conteúdos em uma visão que representa a gestão do IFC como um todo. Em determinados casos julgou-se mais apropriado a declaração agregada de conteúdos por unidade administrativa, para contemplar a autonomia administrativa e financeira dos *Campus*.

O Relatório de Gestão IFC 2015 está dividido em 09 capítulos de conteúdos na ordem estabelecida no sumário.

Há conteúdos que não se aplicam ao IFC ou que inexistem, cujas justificativas são declaradas oportunamente ao longo do relatório e localizáveis no sumário. Os anexos e apêndices estão relacionados na parte final do sumário.

### b) Justificativa da Inexistência e Inaplicabilidade da Integralidade de Conteúdos de Itens

O IFC justifica a não declaração sobre a “Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio”, tendo em vista que não desenvolve projetos por meio de fundações de apoio. Ainda, em relação ao item “Objetivos estabelecidos no PPA responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados”, justificamos a não declaração pois trata-se de responsabilidade da UPC do MEC. Por fim, justificamos a inexistência de conteúdos sobre o item “Orçamento de Investimento”, o IFC não possui conteúdo a declarar porque executa ações da LOA com recursos provenientes essencialmente da esfera fiscal. Não recebemos recursos gerados por empresas estatais (orçamento de investimento) para executar ações da LOA.

## 2 – VISÃO GERAL DA UNIDADE

### Quadro 01: Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
<b>Identificação da Unidade Prestadora de Contas</b>		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense		
Denominação Abreviada: IFC		
Código SIORG: 100919	Código LOA: 26422	Código SIAFI: 158125
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.635.424/0001-86
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico		Código CNAE: 8542-2/00
Telefones/Fax de contato:	(047) 3331-7800	
Endereço Eletrônico: ifc@ifc.edu.br		
Página na Internet: <a href="http://www.ifc.edu.br">www.ifc.edu.br</a>		
Endereço Postal: Rua das Missões, 100 CEP 89.051-000 Blumenau/Santa Catarina		
<b>Normas Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas</b>		
Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.		
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas</b>		
Resolução n.º 014/2015 de 02/06/2015, publicada no DOU de 30/07/2015: dispõe sobre a aprovação da revisão do Estatuto;		
Resolução n.º 015/2015 de 02/06/2015: dispõe sobre a aprovação da revisão do Regimento Geral;		
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas</b>		
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/2014/2018 – Resolução 046/2015 de 05/08/2015		
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas</b>		
Código SIAFI	Nome	
158125	Instituto Federal Catarinense – Reitoria	
158459	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Araquari	
152254	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Blumenau	
154706	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Brusque	
158460	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Camboriú	
158461	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Concórdia	
152662	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Fraiburgo	
152253	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Ibirama	
152663	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Luzerna	
158458	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Rio do Sul	
152290	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Francisco do Sul	
158462	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Santa Rosa do Sul	
158379	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> Videira	
158631	Instituto Federal Catarinense – <i>Campus</i> São Bento do Sul	
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
Código SIAFI	Nome	
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
158125	26422	
158459	26422	
152254	26422	
154706	26422	
158460	26422	
158461	26422	
152662	26422	
152253	26422	
152663	26422	

158458	26422
152290	26422
158462	26422
158379	26422
158631	26422
<b>Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Código SIAFI	Nome
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

## 2.1 – FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

O IFC, criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é uma instituição de ensino superior, básico e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

De acordo com o artigo 6º da referida lei, as finalidades do IFC são:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.
- As finalidades do IFC estão definidos ainda, no Estatuto da instituição em consonância as finalidades e características do supracitado art. 6º da Lei 11.892 de 2008. Os objetivos, também definidos no Estatuto, correspondem aos objetivos dos IFETs, expostos no art. 5º da referida lei:
- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e;
- Ministrando em nível de educação superior:
- Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e;
- Cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

## **2.2 – NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE**

A Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, tornou-se instrumento do Governo Federal para o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

O Estatuto do IFC aprovado em 2009 e revisado pela Resolução 14/2015 de 02/06/2015 e o Regimento Geral do IFC aprovado em 2010 e revisado pela Resolução 015/2015 de 02/06/2015 são os instrumentos normativos que regem as atividades da Instituição.

## **2.3 – AMBIENTE DE ATUAÇÃO**

### *2.3.1 – Contexto de atuação e dados sobre o espaço potencial de atuação*

O IFC, criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, teve sua estrutura inicial composta pelo agrupamento das Escolas Agrotécnicas Federais localizadas nos municípios de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, e das Escolas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), localizadas nos municípios de Camboriú e Araquari, complementado em seguida pelo *Campus* localizado no município de Videira. Com o Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica outros *Campus* foram sendo implantados, sendo que ao final do ano de 2014 a instituição era composta de 15 *Campus* distribuídos nas cidades de Abelardo Luz (02), Araquari (03), Blumenau (04), Brusque (05), Camboriú (06), Concórdia (07), Fraiburgo (08), Ibirama (09), Luzerna (10), Rio do Sul (11), Santa Rosa do Sul (12), São Bento do Sul (13), São Francisco do Sul (14), Sombrio (15) e Videira (16), uma Unidade Urbana em Rio do Sul, além da Reitoria (01) instalada na cidade de Blumenau, conforme mapa a seguir.





**Figura 1:** Localização da Reitoria e dos *campi*

A instituição possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A Reitoria, órgão central administrativo, está localizada no município de Blumenau, polo econômico do Vale do Itajaí. O IFC oferta cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, educação superior de graduação e pós-graduação. Neste sentido, a ação acadêmica da instituição caracteriza-se pelos conceitos de verticalização do ensino e horizontalidade.

### 2.3.2 – Principais atores do mesmo contexto

Conforme previsto em lei o IFC deve garantir o mínimo de 50% de suas vagas em educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% das vagas em nível de educação superior em cursos de licenciatura.

Atualmente, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio são ofertados 53 cursos na forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio. No nível superior conta com 33 cursos de graduação divididos entre licenciaturas e bacharelados e 07 cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Segundo Censo Interno de novembro/2015, em 2015 o IFC possuía total de 8.883 alunos regularmente matriculados e um total de 1.585 servidores entre docentes e técnicos administrativos. A distribuição geográfica dos *campi* do IFC, estando em 9 microrregiões e abrangendo 135 municípios, com aproximadamente 3 milhões de habitantes (IBGE, 2010), permitindo uma atuação em todo o território catarinense.

Vale destacar que há outras instituições públicas e privadas que atuam com ofertas similares às do IFC. De modo geral, as seguintes instituições estão presentes em muitos dos municípios onde o IFC está instalado ou em municípios vizinhos: SENAI, SENAC, UNOPAR, UNIASSELVI e UDESC.

A economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere ao estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico,

carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital. Embora haja essa concentração por região, muitos municípios estão desenvolvendo e fortificando vocações, ao mesmo tempo que diversificam os segmentos de atividade.

O diferencial do IFC é que, historicamente, está mais próximo de demandas do interior, demandas sociais e do campo. Isto foi criando uma identidade agroindustrial e não urbano industrial. Atualmente o IFC tem ações com indígenas, com quilombolas, agricultura familiar, entre outros.

Uma peculiaridade do IFC é o sistema escola fazenda, instalado em alguns *Campus*, que é um modelo de funcionamento adotado nas antigas Escolas Agrotécnicas Federais para formação do Técnico em Agropecuária, caracterizado por uma área de terra destinada ao desenvolvimento de projetos agropecuários (UEP), uma Cooperativa Escola e Salas de Aula; e a moradia estudantil, que fornece habitação aos alunos de alguns cursos. Sua oferta de formação em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

A seguir são apresentadas as principais oportunidades e ameaças destacadas em 2015 e contempladas pelas unidades administrativas do IFC.

### 2.3.3 – Ameaças e oportunidades quanto à atuação da UPC

Abaixo estão relacionados aspectos referentes à ameaças e oportunidades quanto à atuação do Instituto Federal Catarinense, com base no Planejamento Estratégico do IFC 2013-2017:

#### **Ameaças:**

- Expansão geográfica de outras instituições de ensino;
- Educação à distância de outras instituições de ensino;
- Política de expansão dos Institutos Federais;
- Política de Governo para abertura de alguns Cursos;
- Recursos insuficientes;
- Frequente contingenciamento orçamentário;
- Vulnerabilidade às políticas do governo;
- Liberação de códigos de vaga para contratação de servidores;
- Morosidade no acesso aos recursos orçamentários.

#### **Oportunidades:**

- Crescimento e diversificação industrial;
- Arranjos produtivos locais;
- Parcerias com outras instituições públicas e privadas;
- Incentivo governamental à inovação tecnológica;
- Políticas Públicas de incentivo à Educação Profissional;
- Demanda por Pós-Graduação - Lato e Stricto Sensu;
- Editais de órgãos externos de fomento;
- Recursos extraorçamentários.

Informações complementares elaboradas pelos *campi*, acerca do Ambiente de Atuação, com informações acerca da caracterização e comportamento do mercado de atuação, contextualização dos serviços ofertados pela Instituição, ameaças e oportunidades, descrição de riscos e potencial de atuação estão compiladas no Apêndice 01.

## 2.4 – ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional básica do Instituto Federal Catarinense é composta pelas unidades administrativas que seguem:

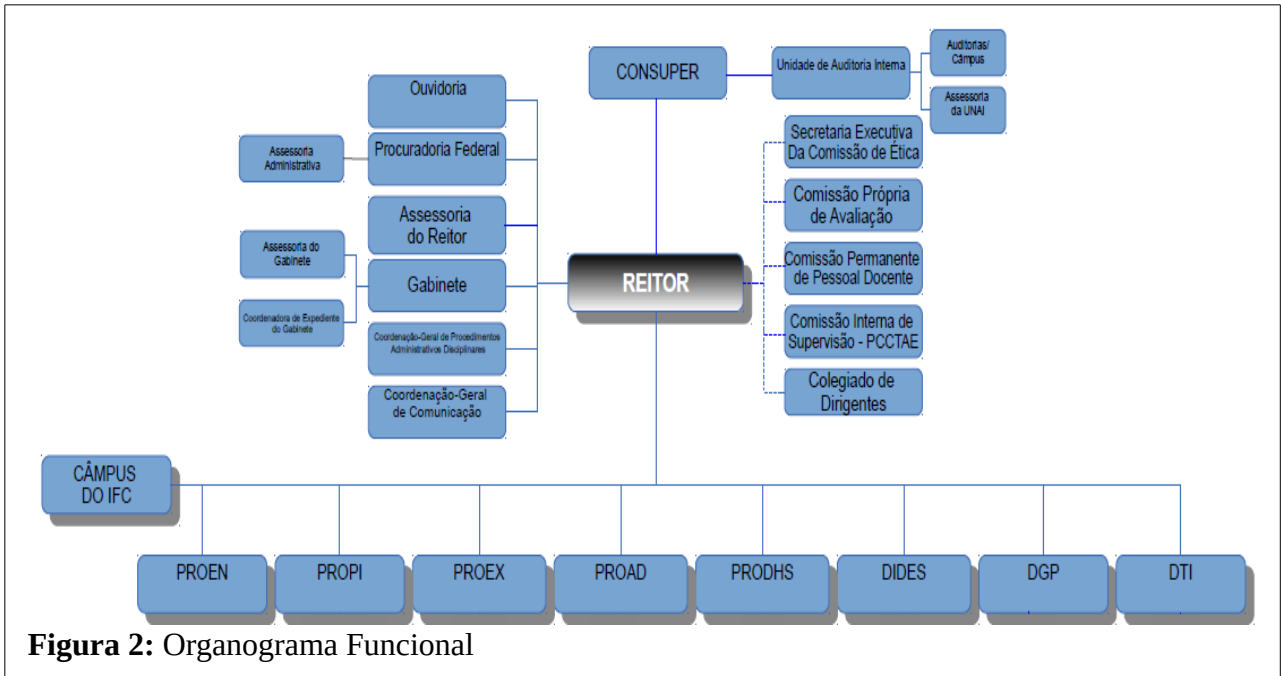
**Quadro 02:** Estrutura Organizacional Básica

Reitoria				<i>campi</i>
Órgãos Superiores de Administração	Órgãos Executivos	Órgãos de Administração e Natureza Geral	Órgãos de Assessoramento	
Conselho Superior (Consuper); Colégio de Dirigentes (Codir).	Gabinete; Ouvidoria; Coordenação-Geral de Comunicação (CECOM); Coordenação-Geral (COOPAD); Pró-Reitoria de Ensino (PRO-EN); Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI); Pró-Reitoria de Extensão (PRO-EX); Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS); Pró-Reitoria de Administração (PROAD).	Diretorias Sistêmicas; Unidade de Auditoria Interna.	Comissão de Ética; Comissão Própria de Avaliação; Comissão Permanente de Pessoal Docente; Comissão Interna de Supervisão do PCC-TAE; Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;	Direção-Geral dos <i>campi</i> ; e Direção de Campus Avançados
<u>Obs.:</u> neste quadro foi informada a estrutura organizacional em observância ao disposto no Estatuto e Regimento Geral do IFC.				
<i>Fonte:</i> Gabinete da Reitoria				

A presente estrutura organizacional não sofreu alterações no exercício 2015, visto que o IFC passou por um período de Processo Eleitoral para Reitor e para Diretores-Gerais de *campi*, deixando a cargo da nova equipe gestora realizar modificações necessárias.

Em 12/08/2014, a Reitoria emitiu a Instrução Normativa n.º 004/2014, a qual aprovou seu or-

ganograma provisório. Considerando que a Reitoria abarca a administração central do IFC, o organograma apresentado a seguir trata da estrutura funcional da Reitoria, expandida por similaridade de função com os *Campus*:



**Figura 2:** Organograma Funcional

Na tabela a seguir estão apresentadas as principais competências das unidades administrativas que compõem a estrutura básica do IFC, seus respectivos gestores e período em que ficaram na gestão.

**Quadro 03:** Unidades Administrativas Básicas: Competências, Titular/Cargos/Período de Atuação

Áreas/ Unidades Estratégicas	Competências (descrição sucinta do papel na condução do IFC, durante a gestão de 2014)	Titular	Cargo	Período de atuação
<b>Reitoria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar, controlar e superintender as unidades administrativas básicas: pró-reitorias, diretorias sistêmicas e <i>Campus</i>;</li> <li>• Definir políticas, coordenar e fiscalizar as atividades do IFC;</li> <li>• Expedir resoluções, portarias e atos normativos, bem como assinar diplomas;</li> <li>• Fazer a gestão dos órgãos de governança: Conselho Superior e Colégio de Dirigentes, dentre outros;</li> <li>• Constituir comissões e exercer poder de disciplina;</li> <li>• Tomar decisões sobre o quadro e a vida funcional dos servidores: admitir, demitir, aposentar, redistribuir, remover, designar, nomear e demitir de cargos de direção, bem como designar e exonerar as funções gratificadas da Reitoria;</li> <li>• Articular com órgãos governamentais a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas.</li> </ul>	Francisco José Montório Sobral	Reitor	Janeiro a dezembro
<b>Gabinete da Reitoria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar a agenda do Reitor;</li> <li>• Manter o Reitor informado sobre o andamento dos trabalhos, assessorando-o nos assuntos de sua competência;</li> <li>• Receber documentação submetida à Reitoria, preparando-a para assinatura do Reitor, ou diligenciando os encaminhamentos necessários;</li> <li>• Efetuar a triagem quanto ao atendimento para o Reitor;</li> <li>• Manter-se atualizado em relação à legislação, normas, métodos, sistemas e inovações para melhoria do desempenho de suas funções;</li> <li>• Orientar as pessoas da unidade para a qualidade do atendimento ao público interno e externo e para o cumprimento de metas e prioridades, em conformidade com orientação superior.</li> </ul>	Manuir Schons	Assessor do Reitor	Janeiro a dezembro
<b>PROAD</b> Pró-reitoria de Administração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar e consolidar, junto ao Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do IFC;</li> <li>• Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, por meio do acompanhamento de indicadores predefinidos, no âmbito da Reitoria e dos <i>Campus</i>;</li> <li>• Acompanhar e supervisionar a coordenação de contratos, os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, as ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio, o uso e a conservação dos recursos alocados aos <i>Campus</i> e a manutenção das instalações da Reitoria;</li> <li>• Zelar pela adequação dos procedimentos administrativos às necessidades acadêmicas;</li> <li>• Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas da Reitoria e dos <i>Campus</i>;</li> <li>• Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área;</li> <li>• Administrar os recursos financeiros e o patrimônio da Pró-Reitoria;</li> <li>• Executar as ações necessárias para viabilização das políticas definidas pelo Conselho Superior.</li> </ul>	Maurício Lehmann	Pró-reitor de Administração	Janeiro a dezembro
<b>PROEN</b> Pró-reitoria de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar, coordenar, promover e superintender o desenvolvimento das políticas de ensino para a Instituição, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo MEC;</li> </ul>	Josete Mara Stahelin Pereira	Pró-reitora de Ensino	Janeiro a dezembro

Ensino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução e propor reformulação dos planos, programas e projetos educacionais da Instituição;</li> <li>• Coordenar os processos seletivos de ingresso dos discentes do IFC;</li> <li>• Promover ações que contribuam para a integração Ensino, Pesquisa e Extensão.</li> <li>• Contribuir com a proposição de estratégias e orientar os trâmites para a criação e implementação de novos cursos no IFC;</li> <li>• Supervisionar a avaliação e estabelecer ações para atualização dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo IFC;</li> <li>• Acompanhar as atividades que visem à capacitação do corpo docente;</li> <li>• Contribuir com a elaboração do Planejamento Institucional, definindo as prioridades na área de Ensino.</li> </ul>			
<b>PROEX</b> Pró-reitoria de Extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular-se permanentemente com as Pró-Reitorias do IFC, visando garantir a indissociabilidade do Ensino, Extensão e Pesquisa;</li> <li>• Planejar e articular as políticas de extensão;</li> <li>• Consolidar as coordenações de extensão nos <i>Campus</i> do IFC;</li> <li>• Apoiar a interação das áreas acadêmicas do IFC com o mundo do trabalho;</li> <li>• Supervisionar e avaliar atividades de extensão no IFC.</li> </ul>	José Carlos Brancher	Pró-reitor de Extensão	Janeiro a dezembro
<b>PRODHS</b> Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar a Gestão por meio do estabelecimento de políticas relativas ao desenvolvimento humano e social em conformidade com os objetivos estabelecidos no PDI;</li> <li>• Coordenar, orientar e avaliar continuamente as ações dos setores responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento humano e social.</li> <li>• Articular a proposta da Política de Desenvolvimento Humano e Social com as propostas de políticas das demais pró-reitorias, diretorias sistêmicas, unidades de ensino e demais unidades administrativas.</li> </ul>	Neri Jorge Golynski	Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social	Janeiro a dezembro
<b>PROPI</b> Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propor, divulgar e implantar a política de pesquisa;</li> <li>• Fomentar a pesquisa científica e tecnológica e estimular a criação de programas de apoio nos <i>Campus</i> do IFC;</li> <li>• Promover e gerenciar o processo de elaboração e atualização das regulamentações da pesquisa, pós-graduação e inovação;</li> <li>• Propor a integração entre os <i>Campus</i> do IFC para o desenvolvimento conjunto das atividades de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a articulação com ações de ensino e extensão;</li> <li>• Gerenciar a coleta sistemática e permanente de dados para a avaliação quantitativa e qualitativa da pesquisa;</li> <li>• Incentivar a articulação com organizações públicas e privadas, em cooperação técnico-científica, para o desenvolvimento da pesquisa e inovação;</li> <li>• Estimular e apoiar as iniciativas de inovação no âmbito do IFC;</li> <li>• Apoiar e promover a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados;</li> <li>• Apoiar e promover eventos para divulgar à sociedade os resultados de pesquisas desenvolvidas no IFC;</li> </ul>	Romano Roberto Valicheski	Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Janeiro a dezembro

<p><b>DIDES</b> Diretoria de Desenvolvimento Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuar como agente facilitador dos processos institucionais, colaborando com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os <i>Campus</i>, quanto aos planos de investimentos do IFC;</li> <li>• Coordenar a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia;</li> <li>• Atuar no planejamento estratégico do IFC;</li> <li>• Propor alternativas organizacionais para o aperfeiçoamento da gestão do IFC;</li> <li>• Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição;</li> <li>• Assessorar no estabelecimento de políticas de gestão;</li> <li>• Assessorar nas atividades de ensino pesquisa e extensão.</li> </ul>	Rodrigo Boeing Althof	Diretor de Desenvolvimento Institucional	Janeiro a dezembro
<p><b>DGP</b> Diretoria de Gestão de Pessoas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar à Gestão do IFC por meio do estabelecimento de políticas voltadas à Gestão de Pessoas;</li> <li>• Estabelece as políticas de gestão de pessoas e planejar, coordenar, controlar e avaliar a sua execução;</li> <li>• Propor e acompanhar a implantação de projetos e ações de melhoria da área de gestão de pessoas e o cumprimento de normativas e orientações referentes aos assuntos voltados à gestão de pessoas;</li> <li>• Responsabilizar-se pelo atendimento das demandas administrativas, judiciais e oriundas dos órgãos fiscalizadores, resultantes de auditorias, em assuntos de gestão de pessoas;</li> <li>• Propor diretrizes gerais para realização e execução dos processos relativos a concurso público e processos seletivos simplificados;</li> <li>• Colaborar nos estudos de dimensionamento da força de trabalho e adequação de lotação de servidores, propondo diretrizes para os processos de provimento de cargos, remoção e redistribuição;</li> <li>• Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária e acompanhar as ações de planejamento referentes às despesas relativas às ações de gestão de pessoas.</li> </ul>	Joseane Evaldt Correa Teixeira	Diretora de Gestão de Pessoas	Janeiro a dezembro
<p><b>DTI</b> Diretoria de Tecnologia da Informação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zelar pelo cumprimento das políticas de segurança, suporte e utilização dos recursos de informática no IFC;</li> <li>• Convocar e presidir as reuniões do Comitê Gestor Central de Tecnologia da Informação e do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações e, com estes órgãos, fazer a divulgação e manutenção de suas políticas;</li> <li>• Planejar, supervisionar e coordenar as atividades da DTI;</li> <li>• Cumprir e fazer cumprir as normas e orientações dos Órgãos Superiores do IFC;</li> <li>• Baixar normas e atos de serviços relativos à DTI;</li> <li>• Acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços ligados diretamente às atribuições da DTI;</li> <li>• Apresentar anualmente relatório de gestão da DTI à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, bem como ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;</li> <li>• Auxiliar o Pró-Reitor de Administração e Planejamento na elaboração da proposta orçamentária anual de TI e em outros assuntos de sua competência;</li> <li>• Supervisionar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.</li> </ul>	Vander Vigolo	Diretor de Tecnologia da Informação	Janeiro a dezembro

<b>CECOM</b> Coordenadoria geral de Comuni- cação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fixar e consolidar a imagem da Instituição junto à sociedade, informando-a dos trabalhos realizados pelo IFC;</li> <li>• Divulgar os serviços executados pela Instituição, nos âmbitos de Ensino, Pesquisa e Extensão dando eficácia à transparência dos objetivos do IFC;</li> <li>• Garantir a impessoalidade na definição de diretrizes de divulgação baseadas nos valores institucionais;</li> <li>• Integrar a informação aos diversos <i>Campus</i> do IFC, contribuindo para a construção de uma identidade baseada em saberes multidisciplinares;</li> <li>• Despertar, na comunidade, o interesse em ingressar e permanecer no IFC;</li> <li>• Criar e estimular, junto à sociedade, a consciência de que ela é beneficiária dos serviços que incumbe ao Instituto Federal Catarinense implementar;</li> <li>• Consolidar o IFC como Instituição formadora de opinião e referência no mundo acadêmico.</li> </ul>	Nicole Pasini Trevisol	Coordenadora-geral de Comunicação	Janeiro a dezembro
<b>COOPAD -</b> Coordenação- geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instruir e regular os procedimentos administrativos disciplinares;</li> <li>• Criar e estabelecer métodos de monitoramento dos procedimentos administrativos disciplinares;</li> <li>• Elaborar treinamentos de capacitação de servidores do quadro da instituição para atuarem em Comissões de Inquérito.</li> </ul>	Rodenei Bello Pedroso	Coordenador-geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares	Janeiro a dezembro
<b>Ouvidoria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar processos, sistemas, rotinas e procedimentos para acolher, registrar, classificar, encaminhar, controlar e dar retorno às manifestações de pessoas e organizações sobre assuntos pertinentes ao IFC;</li> <li>• Manter a comunicação cordial e aberta com todos os outros setores e instâncias administrativas, a fim de permitir o livre fluxo de informações atender às demandas recebidas;</li> <li>• Emitir relatórios periódicos com análises dos dados e informações por ela processados, com o intuito de fornecer aos outros níveis da administração, os elementos que direcionem a solução dos problemas nas suas origens;</li> <li>• Gerenciar as demandas do SIC-Serviço de Informação ao Cidadão com todos os seus desdobramentos;</li> <li>• Efetuar o levantamento e identificação de elementos para a formulação de estratégias e mecanismos para a solução de problemas que geram insatisfação do público tanto interno como externo da instituição;</li> </ul>	José Décio de Alencar	Ouvidor	Janeiro a dezembro



Campus	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do <i>Campus</i> e propor reformulações;</li> <li>• Apresentar à Reitoria, anualmente, proposta orçamentária com a discriminação da receita e despesa prevista para o <i>Campus</i>;</li> <li>• Apresentar anualmente à Reitoria relatório consubstanciado das atividades do <i>Campus</i>;</li> <li>• Coordenar localmente a política de comunicação social, informação e divulgação da Instituição, a fim de fortalecer a identidade institucional do IFC;</li> <li>• Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, deste Regimento Geral, regulamentos internos e decisões dos colegiados superiores e dos órgãos da administração superior do Instituto Federal Catarinense;</li> <li>• Fazer a gestão do Conselho Escolar, incluindo a posse dos seus membros, convocação e presidência das sessões, com direito a voto de qualidade;</li> <li>• Organizar a burocracia de legislação e normas, recursos humanos, serviços gerais, material e patrimônio e contabilidade do <i>Campus</i>;</li> <li>• Planejar, executar, coordenar e supervisionar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração do <i>Campus</i>, em articulação com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas;</li> <li>• Na esfera da competência de Diretor Geral do <i>Campus</i>, articular a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas;</li> <li>• Submeter ao Reitor proposta de convênios, contratos, acordos e ajustes, cuja abrangência envolva o IFC;</li> <li>• Zelar pelo cumprimento das leis e normas, das decisões legais superiores, bem como pelo bom desempenho das atividades do <i>Campus</i>.</li> </ul>	Jonas Cunha Espíndola	<i>Campus</i> Araquari	Janeiro a dezembro
		Paulo César Rodacki Gomes	<i>Campus</i> Blumenau	Janeiro a dezembro
		Antonio Alir Dias Raitani Júnior	<i>Campus</i> Brusque	Janeiro a dezembro
		Rogério Luis Kerber	<i>Campus</i> Camboriú	Janeiro a dezembro
		Jolcemar Ferro	<i>Campus</i> Concórdia	Janeiro a dezembro
		Fábio José Rodrigues Pinheiro	<i>Campus</i> Fraiburgo	Janeiro a dezembro
		Fernando José Taques	<i>Campus</i> Ibirama	Janeiro a dezembro
		Eduardo Butzen	<i>Campus</i> Luzerna	Janeiro a dezembro
		Oscar Emílio Ludtke Hartmann	<i>Campus</i> Rio do Sul	Janeiro a dezembro
		Carlos Antonio Krause	<i>Campus</i> Santa Rosa do Sul	Janeiro a dezembro
		Robert Lenocho	<i>Campus</i> São Bento do Sul	Janeiro a dezembro
		Amir Tauille	<i>Campus</i> São Francisco do Sul	Janeiro a dezembro
		Rosângela Aguiar Adam	<i>Campus</i> Videira	Janeiro a dezembro
César Antônio Schneider	<i>Campus</i> Avançado Abelardo Luz	Janeiro a dezembro		
Anderson Sartori	<i>Campus</i> Avançado Sombrio	Junho a dezembro		

Fonte: Gabinete da Reitoria

## **2.5 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS**

Os Macroprocessos Finalísticos da Instituição estão essencialmente relacionados ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Portanto a descrição destes Macroprocessos, bem como processos relacionados, atividades, usuários e subunidades responsáveis constam no quadro a seguir.

**Quadro 04 – Descrição dos Macroprocessos Finalísticos**

Macroprocesso	Descrição	Processos relacionados Atividades relacionadas	Serviços ofertados	Usuários (internos e externos)	Subunidades responsáveis
<b>Ensino</b>	Este macroprocesso atua na integração e verticalização da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Os processos educativos são elaborados para levarem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.	Acesso Discente (Exame de Classificação/SISU) Secretaria e Registro Acadêmico. Bibliotecas em diferentes áreas do conhecimento. Programas de Monitoria, PIBID, Pro docência, PET. Núcleos Pedagógicos (NUPE) Pesquisa Institucional Gestão Educacional Programa de êxito e permanência Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	I) oferta de educação profissional técnica de nível médio; cursos superiores de tecnologia; cursos de bacharelado; cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu  II) oferta de capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino	Comunidade interna: discentes e servidores docentes e técnicos-administrativos.  Comunidade externa do entorno dos diferentes <i>campi</i> do IFC.	<i>campi</i> que compõe o IFC, com as CGE e DDE:  Abelardo Luz; Araquari; Blumenau; Brusque; Camboriú; Concórdia; Fraiburgo; Ibirama; Luzerna; Rio do Sul; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Francisco do Sul; Sombrio; Videira
<b>Pesquisa</b>	Este macroprocesso atua no desenvolvimento de pesquisas aplicadas, estimulando a geração de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.	Lançamento de editais com recursos da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e inovação para concessão de bolsas de iniciação científica (PIBIC, PIBIC-Af, PIBIC-EM e em convênio com a FAPESC) e iniciação tecnológica (PIBITI).  Lançamento de editais para apoio à apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicação de artigos em periódicos.  Lançamento de editais para apoio financeiro aos projetos de pesquisa (Cartão BB Pesquisa).  Realização da MICTI – Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar, para a divulgação dos projetos	I) geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais II) desenvolvimento de pesquisas aplicadas, III) apoio à produção cultural, ao empreendedorismo, o cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico IV) produção, desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais	Internos: servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes do IFC.  Externo: profissionais liberais, técnicos, empresários, prestadores de serviços, organizações do terceiro setor, organizações públicas, comunidade científica, organizações de classe, dentre outros.	PROPI, NIT, <i>campi</i> do IFC (Abelardo Luz; Araquari; Blumenau; Brusque; Camboriú; Concórdia; Fraiburgo; Ibirama; Luzerna; Rio do Sul; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Francisco do Sul; Sombrio; Videira), Pesquisadores e Bolsistas.

		<p>de Pesquisa, Extensão e Cultural realizados no IFC.</p> <p>Apoio aos projetos de pesquisa com potencial de inovação, de acordo com as orientações do NIT (gestão da propriedade intelectual, política institucional de apoio à inovação e transferência de tecnologia).</p> <p>Apoio e orientação aos grupos de pesquisa, tendo em vista os critérios e orientações do CNPq.</p> <p>Divulgação das chamadas de apoio a projetos de pesquisa dos órgãos de fomento, assim como, apoio e orientação aos pesquisadores interessados.</p>			
<b>Extensão</b>	<p>Este macroprocesso atua na articulação com o mundo do trabalho e segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;</p>	<p>Lançamento de editais com recursos da Pró-Reitoria de Extensão: Edital 075/2015 (incentivo à publicação impressa da produção intelectual); Edital 072/2015 (Apoio a Programas de Extensão)</p> <p>Editais lançados pelos <i>campi</i> do IFC, com objetivo de apoiar projetos e programas de extensão.</p> <p>Realização de eventos de divulgação dos resultados de pesquisa e extensão em cada campus. Realização de um evento com o envolvimento de todo o IFC para divulgação dos projetos de Pesquisa, Extensão e Cultural.</p>	<p>I) consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais  II) mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural  III) programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica</p>	<p>Servidores docentes e técnico-administrativos do IFC. Estudantes dos cursos de nível técnico e superior.  Público-alvo: comunidade externa, como profissionais liberais, técnicos, empresários, prestadores de serviços, etc.</p>	<p><i>campi</i> que compõe o IFC, com as CGE e DDE:</p> <p>Abelardo Luz; Araquari; Blumenau; Brusque; Camboriú; Concórdia; Fraiburgo; Ibirama; Luzerna; Rio do Sul; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Francisco do Sul; Sombrio; Videira.</p>

### 3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

#### 3.1 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFC tem em sua concepção a premissa da integração e articulação entre ciência e tecnologia, cultura e trabalho. Tem como caráter distintivo o diálogo com a realidade local e regional na busca de soluções, em especial, aquelas relacionadas com a educação profissional.

Construído em 2013, o Planejamento Estratégico do IFC 2013/2017 está publicado no site institucional: <http://ifc.edu.br/planejamento-estrategico/>, e objetiva direcionar os rumos da instituição, dando sustentabilidade apontando para respostas a questões fundamentais como: Onde estamos? E onde queremos chegar? O Planejamento Estratégico do IFC serve fundamentalmente como eixo norteador para outros documentos e propostas a serem discutidas e apresentadas tanto para o Instituto Federal Catarinense como para a sociedade.

##### 3.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício e Estágio de implementação do planejamento estratégico

#### Quadro 05 – Planejamento Estratégico

RESPONSABILIDADE SOCIAL		
1.	Criar política de Gestão Ambiental	<p><b>NGA</b></p> <p>Embora a Política não esteja sendo executada, o Núcleo de Gestão Ambiental tem desempenhado ações buscando ser democrático e participativo, promovendo a integração das atividades acadêmicas entre si e com as atividades da comunidade escolar. Neste sentido é organizado, em cada <i>Campus</i>, a semana do meio ambiente, com atividades de integração e debate acerca da temática ambiental. Visando a incorporação da sustentabilidade no cotidiano do Instituto. Além disso, busca-se a minimização dos resíduos gerados na Instituição, mediante uma prática seletiva de aquisição de serviços e de compras, com a utilização preferencial de materiais não nocivos ao meio ambiente e à saúde humana. Práticas como compras coletivas também têm sido implementadas, na busca da economicidade, com processos únicos e centralizados.</p> <p>Por fim, busca-se o atendimento à legislação e às normas ambientais aplicáveis à instituição, de acordo com as peculiaridades de cada <i>Campus</i>.</p>
2.	Criar política de apoio a produção cultural	<p><b>Coord.-geral Políticas e Programas Estudantis:</b></p> <p>Submissão de projetos a editais externos voltados para o fomento em cultura. Organização e execução de evento cultural para os estudantes: IFC Cultura.</p>
3.	Implantar projetos de ação social	<p><b>Coord.-geral Políticas e Programas Estudantis:</b></p> <p>Foram realizados projetos de Ação Social nos <i>campi</i> Camboriú (2), Fraiburgo (2), Ibirama (2), Rio do Sul (3) e Videira (2).</p>
4.	Desenvolver política de acessibilidade	<p><b>Coord.-geral Políticas e Programas Estudantis:</b></p> <p>Articulação do NAPNE aos trabalhos dos <i>campi</i>; consulta ao MEC sobre Certificação de Terminalidade Específica; elaboração de parecer sobre condições especiais de prova aos candidatos com deficiência/necessidade específica do concurso para docentes;</p>

		Grupo de Estudos sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Levantamento de dados a respeito do trabalho desenvolvido pelo NAPNE de cada campus e composição de relatório que está em fase final de elaboração. Identificação e desenvolvimento, nos <i>campi</i> , de ambientes acessíveis.
PESQUISA		
5.	Criar política de incentivo à inovação tecnológica	<p><b>NIT</b></p> <p>Em atendimento ao objetivo nº 14 do Planejamento Estratégico, o NIT concluiu a discussão e elaboração de documento que dispõe sobre a <i>POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO À INOVAÇÃO PARA O IFC</i>. O documento foi produzido no ano de 2015 com o intuito de delinear diretrizes para a promoção da inovação no âmbito do IFC. A dinâmica utilizada para a construção do documento oportunizou a ampla participação da comunidade acadêmica (consulta pública via site), além de apreciação e aprovação junto ao CODIR. O documento foi entregue ao Pró-reitor no dia 12/02/16, por meio do Memorando nº 02/2016.</p> <p>No Apêndice 02, estão descritas as ações desenvolvidas pelo NIT paralelamente à construção do documento supramencionado. Todas as ações desenvolvidas vem ao encontro do objetivo nº 14 do Planejamento Estratégico.</p>
6.	Criar programa de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa de acordo com as áreas de atuação do <i>Campus</i>	<p><b>PROPI</b></p> <p>A PROPI, atendendo aos objetivos elencados no Planejamento Estratégico relativos à pesquisa, bem como, ao Termo de Acordo de Metas, ao longo do ano de 2015, emvidou esforços para reforçar os grupos de pesquisa do IFC, por meio da publicação de editais de apoio financeiro para aquisição de materiais de custeio e de investimento e da concessão de bolsas de Iniciação Científica e Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico. Como resultado dessas ações houve ampliação do número de projetos de pesquisa desenvolvidos no IFC e do quantitativo de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica disponibilizadas pela Instituição.</p> <p>Neste sentido, foram publicados dois editais para a concessão de bolsas de Iniciação Científica com apoio do CNPq. O primeiro edital foi o 502/2014 PIBIC (iniciação científica) e PIBIC-Af (Ações Afirmativas) que contemplou 7 projetos (5 e 2, respectivamente) para alunos do ensino superior. O segundo edital foi o 504/2014 PIBIC-EM que contemplou 45 bolsas para alunos de ensino médio técnico. Ressalta-se que para o edital 504, o IFC complementou com R\$ 54.000,00 o valor a ser aportado na mensalidade do bolsista (R\$ 200,00), uma vez que o CNPq contribuiu com R\$ 100,00 e o IFC com outros R\$100,00 por bolsista/mês.</p> <p>Outra ação no mesmo sentido foi o edital FAPESC Nº 02/2015 para o apoio à infraestrutura de projetos de pesquisa aplicada do Instituto Federal Catarinense. O recurso disponibilizado com este fomento somou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dos quais R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) do orçamento do IFC, para a implantação de 54 (cinquenta e quatro) bolsas de Iniciação Científica, e outros R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) do orçamento da FAPESC, recursos financeiros (custeio e capital) destinados a aquisição de materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos aprovados e classificados, individuais e de grupos de pesquisa. O referido edital contemplava duas faixas de projetos: a primeira faixa foi de até R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), sendo R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para uma bolsa de Iniciação Científica, paga pelo IFC diretamente ao bolsista e até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para custeio e capital, repassados pela FAPESC ao pesquisador; a segunda faixa foi de até R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), sendo R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) para duas bolsas de Iniciação Científica, pagas pelo IFC diretamente ao bolsista e até R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) para custeio e capital, repassados pela FAPESC ao pesquisador.</p> <p>Outra linha de ação foi representada pela publicação dos editais relativos ao cartão BB Pesquisa. Os recursos para este edital foram disponibilizados pelos <i>campi</i> do IFC e administrados pela PROPI por meio dos editais 263 a 273/2015. Nesta ação aderiram os <i>campi</i> Araquari (R\$ 30.000,00), Blumenau (R\$ 5.000,00), Camboriú (R\$ 20.000,00), Concórdia (R\$ 10.000,00), Fraiburgo (R\$ 5.000,00), Ibirama (R\$ 5.000,00), Luzerna (R\$ 15.000,00), Rio do Sul (R\$ 45.000,00), São Francisco do Sul</p>

		(R\$ 10.000,00), Santa Rosa do Sul e Sombrio (R\$ 20.000,00) e Videira (R\$ 20.000,00), totalizando R\$ 185.000,00, que contemplaram 39 projetos de pesquisa com recursos para custeio e capital.
7.	Fomentar a pesquisa aplicada e a participação em eventos	<p><b>PROPI</b></p> <p>Com apoio do CNPq, foi publicado o edital 503/2014 PIBITI (Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação), por meio do qual foram contemplados 22 projetos com as respectivas bolsas, destinadas a alunos do ensino superior.</p> <p>Os pesquisadores do IFC foram contemplados com 69 bolsas por meio da Chamada CNPq-SETEC/MEC N ° 17/2014 (Apoio a Projetos Cooperativos de Pesquisa Aplicada e de Extensão Tecnológica), cujos projetos entraram em vigência em novembro de 2014 e se estenderam pelo ano de 2015. As atividades de pesquisa e extensão desencadeadas por meio desse edital reforçaram os projetos de pesquisa aplicada do IFC, em razão das condições e dos critérios estabelecidos pelo referido edital.</p> <p>Em relação ao apoio à participação em eventos, o IFC publicou o edital 18/2015, com o objetivo de apoiar o servidor do IFC a participar de eventos técnico-científicos para a apresentação de trabalhos. Foram disponibilizados R\$ 55.000,00, por meio da concessão de diárias e passagens aéreas aos servidores que tiveram suas propostas aprovadas. Das propostas submetidas, 18 foram aprovadas e 17 contempladas (uma não o foi em razão da suspensão de pagamento de passagens aéreas e diárias pelo governo federal em dezembro de 2015).</p> <p>O IFC também promoveu a Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar – MICTI, nos dias 11 e 12 de novembro de 2015, em Sombrio-SC, em que foram apresentados um total de 270 trabalhos, dos quais 133 em nível de graduação (apresentação oral) e 137 em nível de ensino médio (apresentação em pôster). Para cobrir os custos do evento, estimados em torno de 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais), o IFC contou com o apoio do CNPq, com cerca de R\$ 50.000,00, sendo que o saldo restante foi rateado entre a Reitoria e os <i>campi</i> da instituição.</p>
8.	Promover a publicação dos trabalhos em periódicos indexados	<p><b>PROPI</b></p> <p>Para apoiar a publicação de artigos em periódicos científicos, a PROPI publicou o edital 24/2015 específico para esse fim, com o fim de contemplar propostas de publicação de artigos de servidores do IFC em revistas com classificação Qualis A1, A2, B1, B2 e B3. Foram destinados R\$ 20.000,00 para o referido edital, sendo que o limite foi estabelecido R\$ 1.800,00 reais por proposta. Esta modalidade de edital se destina a subsidiar os servidores a publicar os seus artigos junto a periódicos que cobram dos autores os custos decorrentes do processo de editoração, avaliação e tradução. Em 2015, foram submetidas cinco propostas, das quais quatro aprovadas.</p>
<b>GESTÃO</b>		
9.	Definir a estrutura organizacional da instituição com padronização mínima	<p><b>Gabinete</b></p> <p>No exercício 2015, o IFC manteve em vigor a Instrução Normativa n.º 004/2014, que trata do Organograma Provisório da Reitoria do IFC. Em junho de 2015 foram referendados pelo Conselho Superior os atos que aprovaram o novo Regimento Geral e Estatuto do IFC. Os referidos documentos normativos foram revisados e receberam em sua estrutura a padronização e atribuições dos principais setores que compõem a estrutura organizacional da Reitoria.</p>
10.	Criar política de identidade institucional	<p><b>Cecom</b></p> <p>No âmbito da comunicação, a criação e o fortalecimento da identidade institucional se dá através da padronização da identidade visual. A CECOM, com a missão de coordenar o processo de criação, implantação e execução da política de comunicação institucional, bem como desenvolver estratégias de divulgação das ações para os públicos interno e externo da instituição, dispõe de alguns <b>manuais</b> que normatizam e orientam o bom uso da comunicação institucional.</p> <p>Ainda com vistas à manutenção e promoção da identidade institucional, foram realizados alguns projetos de <b>licitação</b> no ano de 2015, dos quais destacam-se dois:</p>

		Licitação de Publicidade Paga e Vídeos Institucionais e Licitação de Serviços Gráficos. Ademais, foi desenvolvida a <b>Campanha Anual de Ingresso</b> também entendida, para as finalidades deste documento, como decorrente da política de identidade institucional.
11.	Definir Eixos Tecnológicos por <i>Campus</i>	<p><b>PRODIN</b></p> <p>Os eixos tecnológicos são definidos nos campi através do estudo dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e demandas levantadas junto a comunidade com o desenvolvimento de novas necessidades decorrentes da evolução da região.</p> <p>Após apresentadas as novas demandas, os campi fazem a avaliação da sua capacidade de atender baseados na infraestrutura disponível, capacidade de investimento de cada campus baseados no seu orçamento próprio e disponibilidade de docentes e técnicos administrativos da educação para dar suporte.</p> <p>Um dos critérios também adotado é a hierarquização dos níveis de ensino, tendo como base a oferta de um curso em nível técnico, da graduação e da pós-graduação.</p> <p>Concluídas estas etapas iniciais, o processo segue para uma reunião interna no campus para que esta nova demanda seja incluída no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC. O PDI é o documento norteador do planejamento de cada unidade e tem vigência de 4 anos. Como ferramenta de controle do desenvolvimento do PDI está sendo implantado uma plataforma de acompanhamento.</p> <p>Esta plataforma irá verificar como está sendo desenvolvida cada fase deste planejamento, no segundo semestre de cada ano será reavaliado as metas para o ano seguinte. A reavaliação das metas é importante, pois diversas situações consideradas importantes no desempenho do PDI poderão surgir, como restrição orçamentária, falta de recursos para investimentos, o atendimento de uma demanda de criação de novo curso já ter sido atendida por outra instituição, etc.</p> <p>Como etapa final é realizada uma audiência pública com a finalidade de expor o estudo preliminar sobre a criação de um novo curso e se este curso irá atender a necessidade da região e se irá ser consolidado com o decorrer dos anos.</p>
12.	Criar política para a implantação gradativa de novos cursos	<p><b>PROEN</b></p> <p>Criado o GT para apresentação do plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares, por meio da Portaria N. 2.086/2015 de 01/09/2015.</p>
13.	Estabelecer plano de reposição docente com critérios claros, visando agilizar as contratações	<p><b>PRODIN</b></p> <p>A reposição de docentes vai ser gerenciada pela Coordenação de Ingresso, que tem como finalidade avaliar de forma sistemática e continua a metodologia administrativa visando regulamentar o ingresso de servidores administrativos e docentes bem como o de discentes no IFC.</p>
<b>INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA</b>		
14.	Criar mecanismos para avaliação constante da infraestrutura mínima necessária ao bom funcionamento dos <i>Campus</i>	<p><b>DIDES</b></p> <p>A avaliação e manutenção da infraestrutura nos Campus é realizada pelas Coordenações de Infraestrutura do Campus, sendo a identificação das obras e serviços de engenharia prioritários definidos pela Direção do Campus, baseadas no Plano de Desenvolvimento Institucional, planejamento estratégico e outros indicadores, conforme necessidade levantada pelos gestores locais. A Diretoria de Engenharia e Planejamento, no controle e monitoramento de obras e patrimônio utiliza os módulos SIMEC Obras e SPIUNet, bem como elaborou a aplica as Instruções Normativas relativas a projetos e obras, publicadas no site oficial <a href="http://ifc.edu.br/engenharia/">http://ifc.edu.br/engenharia/</a>. O novo organograma institucional prevê a criação da Coordenação de Regularização e Avaliação de Imóveis, que terá dentre outras, as atribuições de Coordenar o processo de regularização e da situação dominial dos imóveis do IFC junto aos órgãos competentes; Manter atualizado o banco de dados com relação aos imóveis do IFC;</p>



		Realizar a avaliação mercadológica dos imóveis do IFC; Realizar vistorias e perícias a fim de emitir laudo de avaliação e parecer técnico sobre as condições de estabilidade das edificações do IFC; Elaborar e implementar o plano de manutenção predial para as edificações do IFC.
15.	Implantar um sistema de gestão	<b>DTI</b> Levando-se em consideração que as ações são relativas ao exercício de 2015 compreendido entre 01/01/2015 e 31/12/2015, e que o Sistema Integrado de Gestão (SIG) é dividido em 3 subsistemas, que são eles: SIGAA (Acadêmico), SIGRH (Recursos Humanos) e SIPAC (Administrativo). Referente à implantação do sistema de gestão, as ações estão declaradas no Apêndice 03 deste Relatório.
<b>EXTENSÃO</b>		
16.	Identificar demandas sociais e econômicas para o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa	<b>PROEX</b> Foram lançados dois editais com recursos da Pró-Reitoria de Extensão. O Edital 075/2015 com os objetivos de formular políticas de incentivo à publicação impressa da produção intelectual, divulgando e valorizando o nome do IFC, contribuir para a formação de recursos humanos e estimular a comunidade do IFC a publicar sua produção científica, tecnológica e artístico-cultural. O Edital 072/2015 com os objetivos de apoiar a criação de Programas de Extensão no âmbito do IFC, articular e integrar por meio de programas as ações realizadas no âmbito do IFC, contribuir para a melhoria da qualidade de educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos, tecnológicos e populares. Dentre os <i>campi</i> do IFC, foram lançados sete editais, com recurso dos próprios <i>campi</i> , com o objetivo de fornecer bolsas a estudantes e apoio aos projetos, programas e ações de extensão. Foram Oferecidos cursos de Formação Inicial e Continuada bem como Cursos de Extensão. Cada Campus teve autonomia para criar e conduzir os eventos de Pesquisa e Extensão. O evento que envolveu toda a comunidade do IFC para divulgação dos resultados dos projetos de pesquisa e extensão ocorreu em Novembro de 2015, contando com aproximadamente 400 estudantes.
17.	Estudar a viabilidade da implantação de incubadoras nos <i>Campus</i> .	<b>PROEX</b> Este assunto foi contemplado dentro do programa de POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO À INOVAÇÃO DO IFC, sendo o objetivo número 14 do Planejamento estratégico (2013-2017). Em resumo, a inovação é o resultado do desenvolvimento de soluções para as necessidades da sociedade, assim, os Arranjos Produtivos Locais (APL) são os fatores motivadores que impulsionam as pesquisas e as ações de extensão no IFC. O IFC como um espaço em que o conhecimento norteia todas as suas ações, cumpre seu papel na contribuição para a formação de empreendedores inovadores e na criação de instrumentos que fortaleçam a cooperação e integração com os demais agentes – Empresa e Governo. Várias são as ações que auxiliam neste processo, desde a criação de disciplinas voltadas ao desenvolvimento do pensamento empreendedor e inovador, como o incentivo à criação de empresas juniores, incubadoras de empresas e parcerias envolvendo os docentes, discentes e o setor produtivo.
18.	Estabelecer um programa de parcerias nacionais e internacionais.	<b>PROEX</b> Recebimento de um professor, na área de veterinária, pelo programa PVE; Encaminhamento de 2 alunos para o The Ohio Program, convênio firmado com a Ohio State University; Participação de 4 servidores do IFC no ESL – Alamo, para capacitação de línguas; Encaminhamento de 5 alunos para estágio internacional com empresas; Participação de 3 professores no edital NOVA para capacitação de línguas; Regulamentação de acordos/convênios de cooperação internacional; Firmou-se dois Acordos de Cooperação Internacional com IT Sligo-Irlanda e um Protocolo de Intenções com IPP – Portugal.
<b>ENSINO</b>		

19.	Criar mecanismos que evitem a evasão e retenção escolar	<b>PROEN</b> Implantação do projeto de Evasão Escolar, Grupo de Trabalho estabelecido pela Portaria n.º 1.016/2014. Reuniões sistemáticas do Grupo, aplicação de questionário diagnóstico e elaboração de um plano para subsidiar ações administrativas e pedagógicas de combate à evasão e retenção.
20.	Implementar Programa de melhoria da qualidade da educação básica	<b>PROEN</b> Adesão aos programas de PIBIC e PIBID. Realização de auditorias internas, busca pela melhoria no atendimento educacional especializado e monitoramento da evasão e retenção. Programa de Consolidação das Licenciaturas (Pro docência) visa ampliar a qualidade das ações voltadas à formação de professores, com prioridade para a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciaturas em instituições de educação superior
21.	Padronizar no mínimo 75% das matrizes curriculares dos cursos do IFC	<b>PROEN</b> Reformulação das Propostas Pedagógicas dos cursos Técnicos de Nível Médio (em andamento) e de Graduação, ofertados no IFC (executada) durante o ano de 2015 (e continuidade para o ano de 2016, em especial as Licenciaturas para atendimento à Resolução N. 2 de 01/07/2015). Auditoria Pedagógica Cursos Técnicos em Agropecuária IFC, realizando trabalho em conjunto com a Auditoria do IFC. O trabalho foi feito por meio de emissão de SA's e Ordem de Serviços que envolveram análise documental e visita in loco para verificação das informações e inconsistências encontradas, trabalho realizado a partir de agosto/2015.
22.	Criar Programa de Assistência Estudantil	<b>Coord.-geral Políticas e Programas Estudantis</b> Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.
23.	Criar política de acompanhamento dos egressos	<b>PROEX</b> Os <i>campi</i> Rio do Sul e Santa Rosa do Sul desenvolvem ações. O Campus de Videira faz o acompanhamento dos egressos. Será implantada na Pró-Reitoria de Extensão a Coordenação de Egressos que pretende desenvolver e criar políticas e programas de acompanhamento dos egressos no âmbito institucional.
24.	Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho	<b>PROEN</b> Fortalecimento e apoio ao NUPE – Núcleo Pedagógico e NAPNE - Núcleo de..Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.
<b>PESQUISA, EXTENSÃO E ENSINO</b>		
25.	Criar mecanismos de incentivo ao ensino, pesquisa e extensão;	<b>Proen/Proex/Propi</b> Fomento a projetos de pesquisa e extensão por meio de editais com recursos para bolsa, capital e custeio; Incentivo à participação em editais externos de fomento à pesquisa e à extensão; Fortalecimento dos Grupos de Pesquisa; Fomento à criação de programas permanentes de extensão. Fomento à criação de Grupos de Extensão. Qualificação dos servidores para a elaboração de projetos. Incentivo à busca de parcerias com empresas privadas por meio de termos de cooperação. Fortalecimento e ampliação da cooperação com municípios, estado e união.
26.	Viabilizar a utilização de fundações de apoio para o IFC	<b>Proen/Proex/Propi</b> Ações criadas: Estabelecer/criar convênio com uma fundação de apoio – Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina – FAPEU (executada); Relacionar as possibilidades de fundações próximas ao IFC (executada); Fazer o levantamento da documentação relacionada ao funcionamento das fundações (executada).

		Parceria com a FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina) e lançamento da chamada pública FAPESC nº 02/2015 apoio à infraestrutura para projetos de pesquisa aplicada do Instituto Federal Catarinense.
<b>EFICIÊNCIA OPERACIONAL</b>		
27.	Criar programa para melhorar a eficiência da Gestão de Compras	<b>PROAD</b> 1) Implantação do Fluxo de Contratações de TI de acordo com a IN 01/2015, de 27/02/2015, considerando a IN SLTI 04/2014, o Guia de Boas Práticas em Contratações de TI e o Plano Diretor de TI;  2) Realização de Compras Compartilhadas de materiais expediente, Seguro de Automóveis, Seguro para discentes, materiais gráficos, bens moveis e softwares.
28.	Criar critérios de gestão a fim de agilizar a execução orçamentária e financeira	<b>PROAD</b> Não houve.
29.	Instituir política de comunicação	<b>Cecom</b> Desde 2011, o IFC vem desenvolvendo atividades na área de comunicação. Ao longo desse período, a Comunicação do IFC passou por algumas reestruturações, como a criação da Coordenação-Geral de Comunicação, instituída em 2014, com o intuito de atender, de forma mais profissional, as demandas institucionais. A CECOM busca desenvolver um Plano de Comunicação Institucional a cada ano, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Planejamento Estratégico (PE) da Instituição. Com a crescente expansão do Instituto, discute-se a importância de reconhecer o caráter estratégico da comunicação organizacional, estabelecendo conceitos, objetivos, diretrizes e estratégias, que simbolizem o IFC e possam, não apenas fortalecer, mas também aumentar o relacionamento da organização com seus públicos de interesse. Por isso, a CECOM defende a criação de um documento com vistas à estruturação de uma Política de Comunicação para o IFC. É pertinente destacar em que a política de comunicação difere-se de um plano de comunicação. De acordo com Bueno (2009), o plano indica os objetivos, metas e ações a serem realizadas em determinado período, enquanto a política de comunicação sinaliza para a formulação de planos e está fundamentada em questões como: vínculo obrigatório entre comunicação e processo de gestão, em uma perspectiva estratégica, correlação entre comunicação e cultura organizacional, e a existência de uma estrutura profissionalizada de comunicação e de recursos humanos, financeiros e tecnológicos. A CECOM/Reitoria encontra-se em fase de estudo para construção do documento, inteirando-se dos procedimentos realizados por outros IFs que já contam com uma política de comunicação.
30.	Criar manuais e fluxos de trabalhos no IFC	<b>PROAD</b> 1) Elaboração dos seguintes manuais de procedimentos: – Manual Institucional do Processo de Desfazimento de Bens (concluído em 2015); – Manual Institucional de Padronização do Catálogo de Materiais (concluído em 2015)
31.	Criar programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades por área de conhecimento	<b>PROEN</b> a) Criada a Comissão responsável pelo PIT. b) Consolidação do plano Individual de Trabalho Docente – PIT e posteriormente o Plano Docente de Trabalho – PDT. c) Informatização do programa para diagnosticar, avaliar e otimizar a distribuição de aulas, disciplinas e atividades dos docentes através do PIT, com a criação de um banco de dados interativo alimentado pelas matrizes dos cursos, Portarias e demais Documentos da Administração e das Coordenações de Pesquisa e Extensão – Em implantação (SIG-AA)

32.	Desenvolver mecanismos para melhorar a distribuição da carga horária de professores entre ensino, pesquisa e extensão	<p><b>PROEN</b></p> <p>a) Criação de um sistema alimentado por modelos matemáticos, capaz de compilar ponderadamente a quantidade de aula, número de alunos atendidos, níveis de ensino e níveis de dificuldade docente, capaz de cruzar dados com área de formação, área de concurso e qualidade de atuação no processo ensino aprendizagem; que através de um indicador de atuação docente a ser utilizado como ferramenta de gestão, otimizará a distribuição de aulas, disciplinas e atividades – Em implantação (SIG-AA).</p>
33.	Implantar e consolidar as Coordenações de Comunicação, e normatizando e formando equipes com profissionais da área	<p><b>Cecom</b></p> <p>Em 2014, a partir da Resolução nº 067 do Consuper, foi criada a Coordenação-Geral de Comunicação. O documento estabelece os princípios norteadores, valores, missão e objetivos da CECOM, além de apresentar a escala de subordinação hierárquica e administrativa, definindo assim: CECOM/Reitoria, vinculada ao Gabinete; CECOM/<i>Campus</i>: vinculada à Direção-geral do <i>Campus</i>. A resolução está disponível em: <a href="http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/11/criacao-CECOM-IFC-coordenacao-sistemica-CONSUPER-assinada.pdf">http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/11/criacao-CECOM-IFC-coordenacao-sistemica-CONSUPER-assinada.pdf</a></p> <p>Além disso, o mesmo documento prevê o Regimento Interno da CECOM, definindo as competências de cada cargo. Atualmente, nem todos os <i>campi</i> do IFC possuem um profissional formado na área respondendo pelo setor de comunicação. Em alguns, a vaga encontra-se em aberto, em outros, o responsável está designado para tal, contudo, a atribuição do cargo para o qual foi concursado difere da área de comunicação.</p> <p>A CECOM/Reitoria estuda a elaboração de uma ementa que comporte, além das atribuições específicas de cada cargo, a noção de assessoria de comunicação, uma vez que, como figura referência no <i>campus</i> em que está lotado, o profissional deve atender às demandas correlatas à comunicação social institucional.</p>
<b>GESTÃO DE PESSOAS</b>		
34.	Criar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis	<p><b>DGP</b></p> <p>Na segunda metade de 2014 e no ano de 2015 foi elaborada a política de desenvolvimento de servidores do IFC, cuja minuta já se encontra no Conselho Superior para apreciação. A primeira política de formação dos servidores do IFC avança em diversos aspectos que, a partir de agora, necessitam ser implementadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– amplitude institucional: a política desenvolvimento humano na instituição passa a ser organizada de forma integrada, no qual os setores de diferentes unidades se organizarão de forma a constituir um único setor sob coordenação na Reitoria. As necessidades de capacitação, passam a ser identificadas para cada setor de maneira ampla, de forma a identificar as prioridades de desenvolvimento do setor para o IFC.</li> <li>– reserva orçamentária de 1% para custeio das ações de capacitação institucionais;</li> <li>– criação do Colegiado de Gestão de Pessoas a fim de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de servidores na instituição;</li> <li>– troca de experiências e boas práticas de gestão de pessoas que os <i>campi</i> já realizam;</li> <li>– delineamento de diferentes linhas de desenvolvimento do servidor desde seu ingresso até sua permanência e atualização melhor desempenhar suas atribuições;</li> <li>– descrição do processo de desenvolvimento de servidores no IFC.</li> <li>– descrição das atribuições dos diferentes atores envolvidos nos serviços de capacitação da instituição;</li> </ul>
35.	Fazer mapeamento de competências de cargos e funções	<p><b>DGP</b></p> <p>O mapeamento de competências ou requisitos para ocupar os cargos e funções no IFC é uma tarefa que depende de uma completa e adequada descrição das atribuições dos setores e suas subdivisões. Sem a adequada descrição do que precisa ser feito em termos dos resultados que cada setor e cada unidade necessita produzir de valor para instituição ou para fora dela, fica dificultada a identificação do perfil ou requisitos necessários.</p> <p>A fim de realizar o dimensionamento de servidores na instituição, foi criado, por meio da Portaria nº 2.089/2015, Grupo de Trabalho de Dimensionamento de Servidores da instituição. Esse GT, para atingir seu objetivo, também necessita da descrição das atribuições setores e servidores, portanto seu trabalho, após finalizado, também poderá ser utilizado como base para a descrição de competências para cargos e funções conforme objetivo estratégico especificado.</p>

36.	Promover a educação à distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores	<p>DGP</p> <p>Como ação fundamental para todos os servidores do IFC, foi criado o curso de Iniciação ao Serviço Público, que tem como objetivo a integração dos servidores à organização, a seu histórico e responsabilidade social. Além disso, em um segundo módulo o curso visa familiarizar o servidor com seus direitos e deveres na carreira. Por fim, em um terceiro módulo, o curso visa familiarizar o servidor com suas atribuições e com os objetivos estratégicos para seu respectivo setor. Dois terços do curso está planejado para ser executado a distância e um terço da carga horária de forma presencial.</p> <p>Além disso, o IFC está criando um sistema de capacitação institucional EaD em que serão utilizadas ferramentas da Rede Nacional de Pesquisas e Estudos – RNP – e do Sistema Integrado de Gestão – SIG em colaboração com a TI e Cecom da reitoria. Em breve essas ferramentas poderão ser utilizadas tanto para ofertar as unidades do Curso de Iniciação ao Serviço Público como para ofertar quaisquer outras ações que se façam necessárias para o desenvolvimento institucional.</p>
37.	Criar programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou distância	<p>DGP</p> <p>Os programas de formação continuada dos servidores criados ou em criação são destinados a todos os servidores do IFC, gestores e não gestores, uma vez que os comportamentos e habilidades desenvolvidas estão relacionados tanto a aspectos procedimentais como a aspectos estratégicos de gestão. Dessa forma, é relevante que os gestores participem das ações que serão ofertadas relativas ao Curso de Iniciação ao Serviço Público, por exemplo. Outras ações de capacitação especificamente voltadas para gestores ainda necessitam ser criadas.</p>
<b>ORÇAMENTO</b>		
38.	Desenvolver projetos para captação de recursos extraorçamentários, visando a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão	<p><b>PROAD</b></p> <p>No exercício 2015, o Campus Concórdia encaminhou Plano de Trabalho para receber recurso extraorçamentário de Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 250 mil.</p>

### 3.2 – FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

No exercício de 2015, embora o IFC não tenha consolidado um instrumento de monitoramento da execução do Plano estratégico, o acompanhamento deu-se de forma diluída dentro das ações de cada unidade estratégica da instituição, quais sejam, as Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas, campi e da própria CPA – Comissão Própria de Avaliação. Nesse sentido, e para colaborar com as estruturas colegiadas, as decisões macro procuram observar as ações constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como o Planejamento Estratégico do IFC, como documentos balizadores e fundamentais.

### **3.3 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO**

#### *3.3.1 – Objetivos estabelecidos no PPA responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados*

Não se aplica ao IFC.

Responsabilidade da UPC do MEC

*3.3.2 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da Unidade*

3.3.2.1 – Ações/subtítulos – OFSS

Conforme orientações do TCU, não foram tratadas as ações vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Foram tratadas as ações conforme a esfera orçamentária Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS até o nível de subtítulo: 20RG, 20RL, 2994, 4572. Também foram tratadas as OFFS não previstas na LOA: 20RJ, 6380, 2992.

**Quadro 06 – Ação/Subtítulos – OFSS | 20 RG**

Identificação da Ação							
Código	Tipo: 20RG						
<b>Descrição</b>	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
<b>Iniciativa</b>	02A0 – Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código: 0582</b>						
<b>Programa</b>	<b>Educação Profissional e Tecnológica - 2031</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26422 – Instituto Federal Catarinense						
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	18.250.000,00	18.250.000,00	13.702.067,43	5.750.733,01	4.008.959,18	1.741.773,83	7.951.334,42
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizada		
0042	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.	Projeto Viabilizado	17	4	4		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0042	11.646.071,84	9.101.508,26	23.229,92	Construção, modernização, ampliação e reforma de bens imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Modernização tecnológica de laboratórios por meio aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.		Projeto viabilizado	4

**Fonte: PROAD, SIAFI Gerencial/SIMEC, Tesouro Gerencial - servidor Patric Griseli**



**Análise Situacional:** O crédito orçamentário não fora empenhado na sua totalidade pois não recebemos cota limite a empenhar a totalidade destes créditos mesmo havendo várias obras e equipamentos licitados a empenhar. Isto ocorreu pelo corte orçamentário ocorrido em 2015 que atingiu o Ministério da Educação. Isto ocasionou sobra considerável de orçamento sem empenhar. Em relação as metas físicas o IFC conseguiu atender apenas 4 projetos dos *Campus*/Reitoria. O orçamento teve que ser direcionado para as obras dos Campus São Bento do Sul e Brusque, onde a maioria do crédito fora empenhado. Com isso, algumas obras e compras de equipamentos de suma importância para os *campi* já implantados não puderam ser realizadas. Em relação a inscrição de restos a pagar não processados estes se referem a obras e equipamentos licitados e empenhados não executados/entregues ate o final do ano.

**Quadro 07 – Ação/Subtítulos – OFSS | 20 RL**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>Tipo: 20RL</b>						
<b>Descrição</b>	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
<b>Iniciativa</b>	02A0 – Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.						
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código: 0582</b>						
<b>Programa</b>	<b>Educação Profissional e Tecnológica – 2031</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26422 – Instituto Federal Catarinense						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	61.662.628,00	62.415.628,00	45.155.909,52	33.251.135,50	26.487.982,87	6.763.211,63	11.904.774,02
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizada
0042	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.			Estudante Matriculado	9.000	8.877	8.877
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	24.253.033,05	20.440.646,53	1.037.516,50	Gestão administrativa	Estudante Matriculado	8.877	

**Fonte: PROAD, SIAFI Gerencial/SIMEC, Tesouro Gerencial - servidor Patric Griseli**

**Análise Situacional:** O crédito orçamentário não fora empenhado na sua totalidade pois não recebemos cota limite a empenhar a totalidade destes créditos mesmo havendo várias obras e equipamentos licitados a empenhar. Isto ocorreu pelo corte orçamentário ocorrido em 2015 que atingiu o Ministério da Educação. Isto ocasionou sobra considerável de orçamento sem empenhar. A previsão de arrecadação de recursos próprios (fonte 0250) também não fora atingida. Com isto, parte do orçamento da fonte 0250 não fora empenhado. Em relação as metas físicas o IFC atendeu-as parcialmente. Não se atingiu a meta física em sua totalidade segundo a Pró-Reitoria de Ensino pois: Houve cursos com menos procura (número menor de ingressos) do que as vagas ofertadas e previstas em editais; Alunos solicitaram transferência para outras instituições; Alunos cancelaram suas matrículas; Alunos evadiram (causas estão sendo estudadas por um GT próprio). Em relação a inscrição de restos a pagar não processados estes se referem a obras, serviços, materiais e equipamentos licitados e empenhados não executados/entregues ate o final do ano.

**Quadro 08: Ação/Subtítulos – OFSS | 2994**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>Tipo: 2994</b>						
<b>Descrição</b>	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
<b>Iniciativa</b>	02A5 – Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.						
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código: 0582</b>						
<b>Programa</b>	<b>Educação Profissional e Tecnológica – 2031</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26422 – Instituto Federal Catarinense						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	9.431.373,00	9.431.373,00	8.402.846,31	7.548.550,31	7.264.139,21	284.411,10	854.296,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizada
0042	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.			Benefício concedido	6.064	7.429	7.429
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0042	1.284.836,28	1.005.605,70	26.116,16	Fornecimento de alimentação		Benefício concedido	7.429

**Fonte: PROAD, SIAFI Gerencial/SIMEC, Tesouro Gerencial - servidor Patric Griseli**

**Análise Situacional:** O crédito orçamentário não fora empenhado na sua totalidade pois não recebemos cota limite a empenhar a totalidade destes recursos. Em relação as metas físicas o IFC conseguiu superar a meta estipulada pois replanejou os gastos para atender a maior quantidade de benefícios possíveis.

Em relação a inscrição de restos a pagar não processados estes se referem a serviços e materiais licitados e empenhados não executados/entregues ate o final do ano.

**Quadro 09: Ação/Subtítulos – OFSS | 4572**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>Tipo: 4572</b>						
<b>Descrição</b>	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
<b>Iniciativa</b>	-						
<b>Objetivo</b>	-						
<b>Programa</b>	<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação – 2109</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26422 – Instituto Federal Catarinense						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0042	175.992,00	175.992,00	173.821,83	56.581,29	55.364,49	1.216,80	117.240,54
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizada		
0042	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	Servidor Capacitado	220	120	120		
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0042	57.709,60	53.914,60	780,00	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores	Servidor capacitado	25	

**Fonte:** PROAD, SIAFI Gerencial/SIMEC, Tesouro Gerencial - servidor Patric Griseli

**Análise Situacional:** O crédito orçamentário fora quase utilizado em sua totalidade. A meta não fora atingida pois houve cursos e treinamentos programados que foram cancelados pelo corte orçamentário que todos os Ministérios sofreram.

### 3.3.2.2 – Ações/subtítulos – OFSS não previstas na LOA

#### Quadro 10 – Ações não Previstas LOA 2015 – Restos a Pagar – OFSS | 20RJ

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>Tipo: 20RJ</b>				
<b>Título</b>	Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica				
<b>Iniciativa</b>	<b>02BQ</b> – Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.				
<b>Objetivo</b>	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho <b>Código: 0597</b>				
<b>Programa</b>	Educação Básica <b>Código:2030</b>		<b>Tipo:</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>	Instituto Federal Catarinense – 26422				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( )Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
67.860,70	64.860,70	-	-	-	-

**Análise:** Recurso destinado a apoiar à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica. O recurso reinscrito em restos a pagar foi executado em mais de 95%.

**Quadro 11 – Ações não Previstas LOA 2015 – Restos a Pagar – OFSS | 6380**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>Tipo: 6380</b>				
<b>Título</b>	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
<b>Iniciativa</b>	02A2 – Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão				
<b>Objetivo</b>	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. <b>Código: 0582</b>				
<b>Programa</b>	<b>Educação Profissional e Tecnológica – 2031</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Instituto Federal Catarinense – 26422				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
77.416,64	48.709,45	13.610,62	-	-	-

**Análise:** Recurso destinado a apoiar o PROEXT. O recurso reinscrito em restos a pagar foi executado em quase 63%.

**3.3.2.3 – Orçamento de Investimento**

O IFC não possui conteúdo a declarar.

### 3.3.3 – Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

O IFC teve dificuldades em relação a dois quesitos: contingenciamento orçamentário e repasse parcial de recursos financeiros.

Em relação ao contingenciamento o IFC teve 10% do custeio e 47% do investimento bloqueado. O maior corte que atingiu os créditos de investimento afetaram mais os *campi* preexistentes pois diversos equipamentos e melhorias nestes *campi* não puderam ser realizadas/adquiridas.

Os créditos de investimento da ação da Expansão e reestruturação foram direcionados para os *campi* de São Bento do Sul e Brusque. Sem este direcionamento as obras teriam sido paralisadas ainda em 2015.

Em relação ao repasse de recursos financeiros o IFC passou por sérias dificuldades o ano de 2015 inteiro. O IFC recebe o financeiro apenas após a liquidação da despesa. Em nenhum mês recebemos repasse suficiente para pagar todas as despesas liquidadas. Isto gerou atraso em diversos pagamentos, sem que o IFC pudesse fazer nada mais do que pressionar a SETEC/SPO por repasses de financeiro. Esta pressão na grande maioria das vezes não era atendida e, se atendida, era atendida com repasses parciais de recursos. Com isso, tivemos empresas que solicitaram o pagamento de juros e multas previstos em contrato, além de termos serviços de terceirizados ameaçando entrar em greve e atraso no pagamento do salário de terceirizados em alguns *campi*, entre outros problemas.

### 3.3.4 – Obrigações Assumidas sem Respetivo Crédito Autorizado no Orçamento

Na Reitoria não houve obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento. Em relação aos *campi* não há registro de informação.



## 3.3.5 – Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**Quadro 12:** Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	34.135.297,58	26.818.452,77	604.119,90	6.712.724,91
2013	6.430.740,24	5.817.590,99	394.103,80	219.045,45
2012	2.453.093,06	1.207.920,52	157.042,11	1.088.130,43
2011	30.036,05	-	-	30.036,05
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	507.972,59	495.702,25	414,00	11.856,34
2013	70.217,30	60.639,57	8.629,08	948,65
2012	6.203,08	0,33	1.496,74	4.706,01
2011	21.935,40	560,45	10.623,47	10.751,48
2010	180,00	0,00	0,00	180,00

Fonte: TESOURO Gerencial

**Análise Crítica:** Os valores inscritos em restos a pagar estão sendo gerenciados criteriosamente pelo IFC, ou seja, os objetos contratados devem ser entregues nas mesmas condições estipuladas no contrato.

Observa-se neste quadro que o grande volume de restos a pagar refere-se aos não processados, cujo objeto ainda não foi entregue ou entregue parcialmente. Observa-se também, que valores impossibilitados de serem executados estão sendo cancelados, seguindo critérios eficazes para o efetivo gerenciamento do pagamento de restos a pagar.

### 3.3.6-Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

#### 3.3.6.1 – Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, sendo que os valores devem se referir à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

**Quadro 13:** Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
<b>Nome:</b>	Instituto Federal Catarinense					
<b>CNPJ</b>	10.635.424/0001-86					
<b>UG/GESTÃO:</b>	158125/26422					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>						
<b>Contrato de repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>		1		480.297,00	480.297,00	
<b>Totais</b>						

Fonte: Siafi Operacional

#### Análise Crítica

O instrumento de transferências descrito no “Quadro 13: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios”, se refere ao Termo de Execução Descentralizado n.º 01/2014, firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o qual tem por objeto a transferência do Sistema SIG-UFRN, assim como a cooperação técnica entre as áreas de tecnologia da informação e gestão pública.

De acordo com o Termo em questão, cláusula oitava, da Prestação de Contas, a prestação de contas deverá ser apresentada, pelo órgão executor dos créditos orçamentários recebidos (UFRN), ao final da execução do objeto do termo.

Desta forma, não foram declarados conteúdos dos quadros referentes a Resumo da prestação e contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse e Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos-, não possuem dados a serem informados.

### 3.3.6.2 – Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Estes conteúdos devem ser declarados pela Recebedora dos Recursos. No caso do IFC, a recebedora é a UFRN.

### 3.3.6.3 – Visão gerencial da análise das contas prestadas

Não houve atrasos na prestação de contas.

### 3.3.6.4 – Informações Sobre a Estrutura de Pessoal Para Análise das Prestações de Contas

Desta forma, não foram declarados conteúdos dos quadros referentes a Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse e Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos-, não possuem dados a serem informados.

Por este motivo, não há informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.

### *3.3.7 – Informações sobre Realização das Receitas*

#### **Quadro 14 – Informações sobre realização de receitas**

Mês Lançamento: DEZ/2015

Fonte SOF	Natureza Receita		5	
			RECETTA ORCAMENTARIA Arrecadada	Receita Orçamentária Prevista
0250	13110000	ALUGUEIS	101.190,46	R\$ 53.768,00
	19180100	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS	719,23	R\$ 0,00
	19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	17.157,30	R\$ 0,00
	19199900	OUTRAS MULTAS	37,00	R\$ 0,00
	19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	2.986,14	R\$ 0,00
	19909900	OUTRAS RECEITAS	17.803,64	R\$ 47.383,00
	19229900	OUTRAS RESTITUICOES	793,55	R\$ 0,00
	19902100	REC.SEGUROS DECOR. INDENIZACAO POR SINISTRO	1.993,81	R\$ 926,00
	14200000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	246.967,67	R\$ 582.807,00
	14100000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	1.780,18	R\$ 13.429,00
	16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	238.586,92	R\$ 166.918,00
	16002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	370.661,68	R\$ 406.247,00
	16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	56.012,70	R\$ 54.180,00
	16005000	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	5.490,00	R\$ 390.776,00
	13152000	TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	19.451,62	R\$ 21.108,00
<b>Total</b>			<b>1.081.631,90</b>	<b>R\$ 1.737.542,00</b>

**Análise**

Todas as receitas se comportaram de acordo com as previsões. As únicas exceções foram as Receitas de Produção animal e derivados e Tarifa Inscrição Concursos e Processos Seletivos. A não arrecadação referente a Tarifa Inscrição Concursos e Processos Seletivos fora por não ter, no exercício 2015, concurso publico no Instituto Federal Catarinense.

## 3.3.8– Execução de Despesas

**Quadro 15:** Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: 26422	Código UO:		UGO:	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>32.718.946,84</b>	<b>27.957.523,21</b>	<b>24.672.176,34</b>	<b>27.556.099,37</b>
a) Convite	0,00	9.678,19	0,00	9.678,19
b) Tomada de Preços	462.252,51	857.474,74	156.623,14	857.474,74
c) Concorrência	6.027.567,71	3.284.917,82	4.281.366,80	3.284.917,82
d) Pregão	26.229.126,62	23.815.130,65	20.234.186,40	23.413.706,81
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>5.316.064,89</b>	<b>4.392.139,96</b>	<b>4.784.382,47</b>	<b>4.382.967,61</b>
h) Dispensa	4.545.917,36	3.530.168,99	4.052.811,39	3.521.263,64
i) Inexigibilidade	770.147,53	861.970,97	731.571,08	861.703,97
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>78.984,74</b>	<b>80.486,54</b>	<b>78.984,74</b>	<b>80.486,54</b>
j) Suprimento de Fundos	78.984,74	80.486,54	78.984,74	80.486,54
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>200.078.626,97</b>	<b>163.728.615,80</b>	<b>200.078.626,97</b>	<b>163.721.995,22</b>
k) Pagamento em Folha	192.361.848,32	154.328.536,31	192.361.848,32	154.328.536,31
l) Diárias	1.053.437,00	1.547.837,93	1.053.437,00	1.547.837,93
<b>5. Outros</b>	<b>6.663.341,65</b>	<b>7.852.241,56</b>	<b>6.663.341,65</b>	<b>7.845.620,98</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>238.192.623,44</b>	<b>196.158.765,51</b>	<b>229.614.170,52</b>	<b>195.741.548,74</b>

**Análise Crítica:** Verifica-se que no ano de 2015, 96,2% das despesas liquidadas foram efetivamente pagas ficando muito atrás do percentual liquidado e pago em 2014 (99,7%). Isto deve-se ao fato de que no ano inteiro de 2015 recebemos apenas percentuais de financeiro muito abaixo do liquidado. Isto ocasionou enormes problemas a administração. Nota-se que a utilização da Modalidade Pregão foi de, aproximadamente, 80% do total de licitações. No tocante a totalidade das despesas executadas por Suprimento de fundos verifica-se uma diminuição de 1,86%.

**Quadro 16:** Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Código UO:</b>	<b>UGO:</b>						
<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	134.990.086,27	107.664.423,10	134.990.086,27	107.664.423,10	0	0	134.990.086,27	107.664.423,10
OBRIGACOES PATRONAIS	27.907.153,03	22.322.918,05	27.907.153,03	22.322.918,05	0	0	27.907.153,03	22.322.918,05
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	9.509.985,48	7.403.281,07	9.509.985,48	7.403.281,07	0	0	9.509.985,48	7.403.281,07
Demais elementos do grupo	19.954.623,54	18.354.367,18	19.954.623,54	18.354.367,18	0	0	19.954.623,54	18.354.367,18
<b>2. Juros e Encargos da Divida</b>								
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Material de consumo	7.491.131,74	8.778.094,09	5.715.938,22	5.788.953,57	3.028.711,68	2.989.140,52	4.574.124,84	5.682.059,25
Locação de mão de obra	16.395.369,14	12.129.855,29	13.411.150,97	9.849.274,90	2.383.456,95	2.280.580,39	11.345.478,35	9.758.999,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	12.697.864,73	12.367.540,73	9.209.305,64	7.631.799,05	4.265.143,83	4.735.741,68	7.914.290,00	7.518.097,20
Demais elementos do grupo	11.178.429,21	8.934.870,47	9.711.648,62	8.380.811,33	1.602.402,97	554.059,14	9.192.125,29	8.364.795,44
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.716.062,97	14.179.065,67	2.741.518,74	4.265.559,86	9.913.505,81	9.913.505,81	751.351,11	4.175.231,05
OBRAS E INSTALACOES	15.681.600,11	16.744.370,32	6.254.446,00	4.105.460,77	12.692.038,10	12.638.909,55	4.248.795,61	4.105.460,77
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PJ	279.531,96	715.972,12	102.960,00	468.809,58	247.162,54	247.162,54	102.960,00	468.809,58
Aquisição de imóveis	0,00	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	45.112,17	4.593,70	45.112,17	1.718,00	0	2.875,70	45.112,17	1.718,00
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>6. Amortização da Divida</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### **Análise crítica da realização da despesa**

Observa-se um aumento de valor na maioria dos grupos de despesas, ocasionado pela expansão da rede iniciada em 2011. Sendo assim, com a expansão houve um aumento de toda a carga de despesas relativas a contratações de servidores ativos como de serviços terceirizados para dar suporte a Instituição. As exceções ocorrem nas despesas de investimento e material de consumo. O motivo por esta diminuição é que em 2015 houve um corte de 47% nas verbas de investimento e 10% de custeio. Verifica-se uma diminuição de cerca de 59,6% no crédito utilizado para Equipamento e Material Permanente ocasionado pelo contingenciamento orçamentário.

#### 3.3.9 – Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Os campi Araquari, Blumenau, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Santa Rosa e São Bento do Sul declararam não ter feito uso de suprimento de fundos.

#### **Quadro 17:** Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
<b>2015</b>	<b>158125</b>	<b>IFC/REITORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>03</b>	<b>4.941,24</b>	<b>2.102,29</b>
2015	158459	Campus Araquari	0	0	0	0	0
2015	158461	Campus Concórdia	0	0	13	24.467,13	2.454,89
2015	154706	Campus Brusque	0	0	06	4.018,00	1.000,00
2015	158458	Campus Rio do Sul	0	0	05	37.271,12	6.761,63
2015							
<b>2014</b>	<b>158125</b>	<b>IFC/REITORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>3.980,58</b>	<b>2.609,21</b>
2014	158379	Campus Videira	0	0	06	5.872,07	1.504,80
2014	158458	Campus Rio do Sul	0	0	11	40.439,01	6.225,52
2014	158459	Campus Araquari	0	0	02	5.500,00	4.000,00
2014	158460	Campus Camboriú	0	0	01	12.122,48	12.122,48
2014	158461	Campus Concórdia	0	0	14	21.169,37	1.987,48
<b>2013</b>	<b>158125</b>	<b>IFC/REITORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>03</b>	<b>7.223,14</b>	<b>3.041,05</b>
2013	158379	Campus Videira	0	0	08	7.237,06	1.745,43
2013	158458	Campus Rio do Sul	0	0	10	24.553,10	4.114,22
2013	158459	Campus Araquari	0	0	02	3.541,89	1.794,89
2013	158460	Campus Camboriú	0	0	03	20.090,06	13.560,80
2013	158461	Campus Concórdia	0	0	13	15.159,94	1.925,09

Fonte: INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR CADA UG RESPONSÁVEL ATRAVÉS DE CONSULTA AO SIAFI

**Quadro 18:** Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
<b>2015</b>	<b>158125</b>	<b>IFC/REITORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>03</b>	<b>0</b>	<b>4.941,24</b>	<b>4.941,24</b>
2015	158459	Campus Araquari	0	0	0	0	0	0
<b>2015</b>	<b>154706</b>	<b>Campus Brusque</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 517,36</b>	<b>R\$ 517,36</b>
2015	158125	Campus Concórdia	0	0	03	11.954,69	12.512,44	24.467,13
2015	158458	Campus Rio do Sul	0	0	05	1.967,94	35.303,18	37.271,12
2015			0	0				
<b>2014</b>	<b>158125</b>	<b>IFC/REITORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>0,00</b>	<b>3.980,58</b>	<b>3.980,58</b>
2014	158379	Campus Videira	0	0	06	1.285,00	4.587,07	3.872,07
2014	158458	Campus Rio do Sul	0	0	11	940,00	39.099,01	40.039,01
2014	158459	Campus Araquari	0	0	02	0,00	3.451,56	3.451,56
2014	158460	Campus Camboriú	0	0	01	0,00	12.122,48	12.122,48
2014	158461	Campus Concórdia	0	0	14	5.311,72	15.857,65	21.169,37
<b>2013</b>	<b>158125</b>	<b>IFC/REITORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>03</b>	<b>0,00</b>	<b>7.223,14</b>	<b>7.223,14</b>
2013	158379	Campus Videira	0	0	08	290,00	6.367,06	6.657,06
<b>2013</b>	<b>158458</b>	<b>Campus Rio do Sul</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>1.994,05</b>	<b>22.559,05</b>	<b>24.553,10</b>
2013	158459	Campus Araquari	0	0	02	50,00	3.541,89	3.591,89
2013	158460	Campus Camboriú	0	0	03	0,00	20.090,06	20.090,06
2013	158461	Campus Concórdia	0	0	13	6.305,52	9.032,15	15.337,67

Fonte: INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR CADA UG RESPONSÁVEL ATRAVÉS DE CONSULTA AO SIAFI



## 3.3.9.1 – Suprimento de Fundos: Classificação dos Gastos em 2015

**Quadro 19:** Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto		
Exer-cício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
<b>2015</b>	158125	<b>IFC/ REITORIA</b>	<b>339030 / MATERIAL DE CONSUMO</b>	07-GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	283,67
				11 – MATERIAL QUÍMICO	16,00
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	117,40
				17 – MAT. PROCESSAM. DADOS	198,00
				19 – MAT. ACONDICIONAM. E EMBALAGEM	27,00
				21 - MAT. DE COPA E COZINHA	50,90
				22 – MAT. LIMPEZA E PROD. HIGIENIZAÇÃO	258,50
				23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	131,50
				24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	1.274,08
				26 – MATERIAL ELÉTRICO	750,84
				28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	14,65
				29- MAT. P/ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	121,80
				42 – FERRAMENTAS	171,90
			<b>339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERC. - PJ</b>	20 – MANUT. E CONSERV. BENS MOVEIS	220,00
63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	1.305,00				
<b>2014</b>	158125	<b>IFC/ REITORIA</b>	<b>339030 / MATERIAL DE CONSUMO</b>	07-GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	395,00
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	602,80
				17 – MAT.PROCESSAM. DADOS	662,85
				23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	34,77
				24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	311,49
				26 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	669,40
				28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	45,90
				30 – MATERIAL DE COMUNICAÇÕES	207,40
				36 – MATERIAL HOSPITALAR	75,00
				42 – FERRAMENTAS	100,87
			<b>339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ</b>	16 – MANUT. E CONSERV. BENS IMOVEIS	670,00
				20 – MANUT. E CONSERV. BENS MOVEIS	55,00
				59 – SERV. DE AUDIO, VIDEO E FOTO	108,50
				63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	41,60
<b>2013</b>	158125	<b>IFC/ REITORIA</b>	<b>339030 / MATERIAL DE CONSUMO</b>	01-COMBUSTIÍVEIS E LUBRIF. AUTOMOTIVOS	291,60
				04-GAS E OUTROS MAT. ENGARRAFADOS	147,00
				07-GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	45,00
				11-MATERIAL QUÍMICO	48,00
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	478,25

<b>2013</b>	158125	<b>IFC/ REITORIA</b>	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	01-COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. AUTOMOTIVOS	291,60
				17 – MAT.PROCESSAM. DADOS	184,41
				21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	10,00
				24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	1.481,05
				25 – MATERIAL P/MANUT. BENS MOVEIS	250,90
				26 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	733,44
				28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	52,00
				30 – MATERIAL DE COMUNICAÇÕES	173,10
				39 – MAT. P/MANUT. DE VEÍCULOS	778,00
			42 – FERRAMENTAS	61,39	
			339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	16 – MANUT. E CONSERV. BENS IMOVEIS	468,00
				17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP.	341,00
				19 – MANUT. E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	475,00
20 – MANUT. E CONSERV. BENS MOVEIS	150,00				
59 – SERV. DE AUDIO, VIDEO E FOTO	1.055,00				
<b>Unidade Gestora (UG) do SIAFI</b>			<b>Classificação do Objeto Gasto</b>		
<b>Exer- cício</b>	<b>Código</b>	<b>Nome ou Sigla</b>	<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Subitem da Despesa</b>	<b>Total</b>
<b>2015</b>	<b>154706</b>	<b>Campus BRUSQUE</b>	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	R\$ 280,80
				26 – MATERIAL ELÉTRICO	R\$ 44,56
				*96 – PGTO ANTECIPADO	R\$ 22,00
			339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	17 – MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	R\$ 110,00
				19 – MANUTENÇÃO E CONSERV. DE VEÍCULOS	R\$ 60,00
*96 – Incorreção na reclassificação de despesa, equívoco no lançamento de subitem. Constatou-se que a despesa refere-se a aquisição de chaves e borrachas para carimbo.					
<b>Unidade Gestora (UG) do SIAFI</b>			<b>Classificação do Objeto Gasto</b>		
<b>Exer- cício</b>	<b>Código</b>	<b>Nome ou Sigla</b>	<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Subitem da Despesa</b>	<b>Total</b>
<b>2015</b>	<b>158461</b>	<b>Campus CONCÓR- DIA</b>	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	01-COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. AUTOMOTIVOS	147,71
				07-GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	937,92
				15 – MATERIAL PARA FESTIVIDADES	121,85
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	239,30
				17 – MATERIAL PROCESSAMENTO DE DADOS	1.847,90
				19 – MATERIAL DE ACOND. DE EMBALAGEM	433,00
				20 – MATERIAL DE CAMA, MESA, BANHO	153,67
				21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	385,31
				22 – MATERIAL DE LIMPEZA	203,80
				23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	59,60
				24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	3.448,99
				25 – MATERIAL P/MANUT. BENS MOVEIS	745,80
				26 – MATERIAL ELÉTRICO	504,00

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto						
				28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	593,00				
				31 – SEMENTES, MUDAS E INSUMOS	624,25				
				35-MATERIAL LABORATORIAL	90,00				
				39 – MATERIAL MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	370,00				
				99 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	2,50				
			339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	05 – DIREITOS AUTORAIS	2670				
				12 – LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS	220				
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	510				
				17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP.	1907,5				
				19 – MANUT. E CONSERV. VEÍCULOS	336,19				
				20 – MANUT. E CONSERV. BENS MOVEIS	380				
				51-SERVIÇOS DE ANÁLISE CLÍNICA	1534				
				59 – SERVIÇOS DE AUDIA, VIDEO E FOTO	119				
				65-SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO	400				
				63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	810				
				69 – SEGUROS EM GERAL	105,25				
				83 – SERVIÇOS DE CÓPIA E REPROD. DOC	237,7				
				2014	158461	Campus CONCÓRDIA	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	07 – GENEROS DE ALIMENTACAO	2.718,89
								11 – MATERIAL QUIMICO	280,00
16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	366,50								
17 – MATERIAL DE PROCESSAM. DE DADOS	1.990,00								
18 – MATERIAIS E MEDICAM. P/ USO VETERIN.	144,75								
19 – MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	768,20								
21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	377,99								
22 – MATERIAL DE LIMP E PROD. DE	7,50								
24 – MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS	3.187,49								
25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MOVEIS	218,70								
26 – MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.224,19								
28 – MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	210,00								
31 – SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS, INSUMOS	807,10								
39-MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEÍCULOS	266,74								
42-FERRAMENTAS	149,60								
99 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	22,71								
339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	01 – ASSINATURA DE PERIODICOS E ANUIDADES	340,00							
	05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	2.400,00							
	12 – LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAM.	110,00							
	16 – MANUT. E CONSERV. BENS IMOVEIS	535,00							
	17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP	2.302,50							
	47 – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	160,00							
51 – SERVIÇOS DE ANALISES E PESQ. CIENTIF.	172,00								

Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto					
				58 – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	4,25			
				63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	370,00			
				65 – SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO	350,00			
				70 – CONFECÇÃO DE UNIFORMES,	70,00			
				83 – SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPROD. DE DOC	282,70			
				99 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	1.332,56			
<b>2013</b>	<b>158461</b>	<b>Campus CONCÓRDIA</b>	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	01 – COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	251,41			
				07 – GENEROS DE ALIMENTACAO	2.070,37			
				15 – MATERIAL P/FESTIVIDADES E HOMENAG	498,09			
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.203,48			
				18 – MATERIAIS E MEDICAM. P/ USO VETERIN.	192,90			
				19 – MATERIAL DE ACONDIC. E EMBALAGEM	196,85			
				21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	129,70			
				22 – MATERIAL DE LIMP E PROD. DE	68,08			
				23 – UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	652,61			
				24 – MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS	2.302,74			
				25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MOVEIS	81,40			
				26 – MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	451,00			
				28 – MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	390,57			
				31 – SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS	105,00			
			35 – MATERIAL LABORATORIAL	195,78				
			39 – MATERIAL P/MANUTENÇÃO VEÍCULOS	168,58				
			99 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	6,00				
						339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	01 – ASSINATURA DE PERIODICOS	70,00
							05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	2.840,00
							17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP	738,00
			47 – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	400,00				
			63 – SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	450,00				
			65 – SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO	40,00				
			70 – CONFECÇÃO DE UNIFORMES,	400,00				
			79 – SERV. DE APOIO ADMIN. TECNICO E OPER	548,91				
			83 – SERVIÇOS DE COPIAS E REPROD. DE DOC	71,20				
			99 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	637,27				
Unidade Gestora (UG) do SIAFI			Classificação do Objeto Gasto					
Exer-cício	Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total			
<b>2015</b>	158458	<b>Campus RIO DO SUL</b>	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	01- COMBUSTIVEL	146,00			
				06 – ALIMENTO PARA ANIMAIS	1.046,46			
				07-GENEROS DE ALIMENTAÇÃO	313,13			
				08 – ANIMAIS DE PESQUISA CORTE E ABATE	17,98			

				09 – MATERIAL FARMACOLÓGICO	22,50
				12 – MATERIAL DE CAUDELARIA E PROD ZOO	51,90
				14 – MATERIAL ESPORTIVO	251,20
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.885,65
				17 – MAT.PROCESSAM. DADOS	165,00
				18 – MATERIAIS E MEDIC. P/ USO VETERIN.	1.158,39
				21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	776,62
				22 – MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	1.131,03
				23 – UNIFORMES, TECIDOS, AV.	150,00
				24 – MAT. P/MANUTENÇÃO DE BENS IMOVEIS	16.298,36
				25 – MAT. P/ MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	844,02
				26 – MATERIAL ELÉTRICO	4.247,34
				28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	1.007,07
				30 – MATERIAL DE COMUNICAÇÕES	60,00
				31 – SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	995,44
				42 – FERRAMENTAS	1.391,67
			3390.33- PASSAGENS	01 – PASSAGEM PARA O PAIS	172,00
				17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP.	1.292,46
				19 – MANUTENÇÃO DE VEICULOS	909,00
				51 – SERVIÇOS ANÁLISE PESQ. CIENTÍFICA	1.162,00
				63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	881,70
				90 – SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL	894,20
<b>2014</b>	158458	<b>Campus RIO DO SUL</b>	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVO	9,01
				04 – GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	90,00
				06 – ALIMENTOS PARA ANIMAIS	652,48
				07 – GENEROS DE ALIMENTACAO	1.163,86
				11 – MATERIAL QUIMICO	164,45
				12 – MAT DE COUDELARIA USO ZOOTECNICO	146,84
				13 – MATERIAL DE CACA E PESCA	4,60
				14 – MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	671,65
				15 – MATERIAL P/ FESTIV. E HOMENAGENS	147,60
				16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.590,65
				17 – MATERIAL DE PROCESS. DE DADOS	157,30
				18 – MATERIAIS E MEDICAM. P/ USO VETERIN	550,63
				19 – MATERIAL DE ACONDICIONAM. E EMBAL.	552,88
				21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	313,22
				22 – MATERIAL DE LIM. E PROD. DE HIGIENIZ.	3.924,41
				23 – UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	418,72
				24 – MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS	8.749,88
			3390.33- PASSAGENS	01 – PASSAGEM PARA O PAIS	1.279,86
			339039 / OUTROS SERVIÇOS DE	16 – MANUT. E CONSERV. BENS IMOVEIS	700,00
				17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP	1.884,00

2013	UG 158458	Campus RIO DO SUL	TERCEIROS – PJ	19 – MANUTENÇÃO E CONSERV. VEÍCULOS	638,88
				63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	2.181,00
				83 – SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPROD. DE DOC	499,80
				46-MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	402,00
				01 – PASSAGENS PARA O PAIS	1279,86
				16 – MANUT. E CONSERV. BENS IMOVEIS	700,00
				17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP	1.884,00
				19 – MANUTENÇÃO E CONSERV. VEÍCULOS	638,88
				63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	2.181,00
				83 – SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPROD. DE DOC	499,80
				339030 / MATERIAL DE CONSUMO	01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. AUTOMOTIVOS
			06 – ALIMENTOS PARA ANIMAIS		1.729,61
			07 – GENEROS DE ALIMENTACAO		212,45
			09 – MATERIAL FARMACOLOGICO		249,18
			11 – MATERIAL QUIMICO		80,14
			12 – MAT DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO		34,95
			15 – MATERIAL P/ FESTIVIDADES E HOMENAGENS		91,60
			16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE		845,19
			17 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS		34,00
			18 – MATERIAIS E MEDICAM. P/ USO VETERINARIO		283,49
			19 – MATERIAL DE ACONDICIONAM. E EMBALAGEM		527,00
			21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA		337,28
			22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZ.		604,29
			23 – UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS		510,14
			24 – MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS		9.207,50
			25 – MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS		458,91
			26 – MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO		3.296,83
			28 – MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA		53,30
			31 – SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS		1.337,12
39-MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	600,00				
42-FERRAMENTAS	289,60				
96 – MATERIAL DE CONSUMO – PAGTO ANTEC	55,88				
3390.33- PASSAGENS	01 – PASSAGEM PARA O PAIS	579,45			
	08 – PEDÁGIOS	533,00			
339039 / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	17 – MANUT. E CONSERV. MAQUINAS E EQUIP	849,60			
	18 – SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO VEIC	200,00			
	19 – MANUTENÇÃO E CONSERV. VEÍCULOS	1.678,70			
	20 – MANUT. E CONSERV. DE BENS MOVEIS	100,00			
	46 – SERVIÇOS DOMÉSTICOS	530,00			
63 – SERVIÇOS GRAFICOS E EDITORIAIS	1.642,55				

<b>2013</b>	UG 158458	<b>Campus RIO DO SUL</b>	339030 / MATERIAL DE CONSUMO	01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. AUTOMOTIVOS	1.055,99
				83 – SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPROD. DE DOC	556,20
				99 – OUTRSO SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	15,69

## **Análises Críticas**

### **Reitoria**

Após a elaboração das informações estruturadas conforme os quadros sugeridos, o gestor deverá fazer uma análise crítica sobre a gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos, Contas Tipo B e CPGF, durante o exercício de referência do relatório de gestão e em comparação com exercícios anteriores, consignando, inclusive, informações sobre os controles internos instituídos para assegurar, de maneira razoável, a aplicação em conformidade com a legislação vigente, além de evidenciar as razões que levaram o gestor a optar pelo uso de medidas excepcionais tais como saques, uso de conta bancária, extrapolação de limites etc.

Deve ser explicitada também a situação geral das prestações de contas retratando, em especial, as razões para eventual não apreciação de prestações de contas já apresentadas e as medidas adotadas em relação às prestações de contas não aprovadas.

### **Campus Brusque**

Devido ao caráter em implantação do Campus Brusque, este não teve concessões de Suprimentos de Fundos nos exercícios anteriores à 2015, sendo este o primeiro exercício de sua aplicação, importante ferramenta para atendimento de despesas excepcionais de pequeno vulto.

As despesas por Suprimento de Fundos no Campus Brusque ocorrem através de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, para despesas eventuais de pequeno vulto, as quais muitas vezes é inviável contratação por meio de licitação, por imprevisão dos fatos e inviabilidade de constituir estoque ou ata mesmo registro de preços em Ata devido à urgência e baixo valor dos procedimentos. Maior parte de sua utilização concentra-se em pequenos reparos e manutenções corretivas esporádicas.

Como métodos de controle, é realizada prestação de contas pelos próprios supridos diretamente no Sistema SCP – Comprasnet, através do detalhamento dos itens de nota fiscal fatura. Após o final de cada período de aplicação é realizada prestação de contas e apreciada pelo Ordenador de Despesas, através de apresentação de planilha com o detalhamento dos gastos, conforme os dados já inseridos no Sistema SCP. No exercício 2015 todas as prestações de contas apreciadas foram aprovadas sem ressalvas, estando os gastos comprovados, aplicados dentro dos limites concedidos, períodos de concessão e em conformidade com a legislação aplicável.

### **Campus Concórdia**

O Campus Concórdia utilizou o CPGF na modalidade suprimentos de fundos, no valor de R\$ 24.467,13 no ano de 2015. Os itens adquiridos são de caráter emergencial e não previstos em processos licitatórios ou não adquiridos, devido cancelamento ou itens desertados.

Os valores mais significativos estão no item manutenção de bens, visto que, o Campus Concórdia possui cinquenta anos de existência, e conseqüentemente instalações antigas. Apesar de realizar-se licitações para manutenção, torna-se impossível a previsão detalhada de todos os itens que possam sofrer avarias durante o ano.

Constata-se um aumento pouco significativo dos valores utilizados, comparativamente a 2014, tendo em vista o aumento dos preços de produtos, e também o aumento do número de alunos do Campus.

Foram realizados controles internos dos valores gastos via planilha, conforme consta nos autos dos processos realizados. Informamos também, que as prestações de contas foram prestadas



nos prazos estabelecidos.

### **Campus Rio do Sul**

Rio do Sul utiliza-se do Suprimento de fundos em consonância com a Legislação que regulamenta a matéria. Ano após anos a utilização do mesmo tem sido aprimorada e controlada pelos atores envolvidos. Deixamos sempre bem claro que a utilização do mesmo é para o modo “pronto pagamento” e despesas de “pequeno vulto”. As demais despesas sempre seguem prioritariamente a prevista na Lei 8666/93. Em termos de valores, percebe-se que, apesar dos índices inflacionários elevados, no ano de 2015 houve um decréscimo na utilização em valores nominais, corroborando com a diretriz de utilizar estritamente para o modo já relatado.

As prestações de contas são apresentadas conforme preconiza a legislação e analisadas pelos órgãos de controle (Contabilidade e auditoria por amostragem) posteriormente ratificadas pelos ordenadores de despesa.

### **Campus Videira**

No Campus Videira, o quantitativo de agentes supridos em relação ao exercício de 2014, praticamente não sofreu alteração. Cumpre ressaltar que esta Unidade Gestora continuou a optar pela concentração na utilização do cartão de pagamento, distribuindo a responsabilidade entre dois agentes supridos, inclusive para atender às finalidades do uso do cartão, quais sejam, a excepcionalidade e a urgência do gasto.

Em sua grande maioria as despesas realizadas via cartão de pagamento do governo federal, foram realizadas para atender despesas de pequeno vulto, via fatura. Já a função saque, foi utilizada apenas uma única vez, devido, ao fato, do estabelecimento onde se pretendia adquirir o material, não ser credenciado a rede de crédito, e pela necessidade do material, justificou-se o saque.

Os mecanismos de controle estabelecidos em legislação são, por si só, bastante rigorosos quanto à possibilidade de utilização dos cartões de pagamento. Além disso, as compras são registradas no sítio Comprasnet, podendo ser acompanhadas pelos órgãos de controle, e no Portal da Transparência, passível de acompanhamento por qualquer cidadão.



### 3.4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

#### 3.4.1 – Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho conforme Deliberações do TCU

#### Quadro 20 – Apresentação de indicadores de desempenho

Apresentação dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União									
Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercícios							
		2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Inscrições/Vaga	3,22	3,77	3,8	3,61	4,5	-	-
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressos/Total de Matriculados x 100	35,25%	35,47%	36,58%	43,00%	68,86%	-	-
	Relação Concluintes/Aluno	Concluintes e Integralizados em fase escolar/Total de matriculados x 100	13,08%	15,87%	18,99%	22,00%	24,12%	-	-
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Concluintes e Integralizados em fase escolar/Matriculados finalizados x 100	48,42%	53,98%	54,99%	58,00%	35,03%	-	-
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Alunos retidos/Total de matriculados x 100	23,05%	22,19%	23,94%	20,80%	6,01%	-	-
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral (Antiga)	Total de matriculados/Total de docentes	16,7	15,17	14,97	15,8	11,5	-	-
	Relação Alunos por Professor (Utilizando-se o conceito Aluno-Equivalente)	(Aluno-Equivalente/((20h*0,5)+40h+DE))*100	18,65	-	-	-	-	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de gastos/Alunos matriculados	19.481,26	18.021,80	15.382,47	12.192,20	15.901,06	-	-
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de gastos com pessoal/Gastos totais x 100	66,59%	64,20%	60,69%	61,49%	74,74%	-	-
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de gastos com outros custeios/Gastos Totais x 100	17,15%	17,67%	18,96%	19,69%	29,22%	-	-
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos com despesas de investimentos e inversões financeiras/Gastos totais	12,33%	14,05%	15,99%	14,61%	29,71%	-	-
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Amostragem – Consulte a Tabela							
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$	4,01	3,77	3,87	3,84	3,71	-	-

Em conformidade com as determinações do Tribunal de Contas da União, através dos Acórdãos nº 2.267/2005–TCU/Plenário, com alterações do Acórdão nº 600/2006–TCU/Plenário, apresenta-se a seguir os resultados dos indicadores de desempenho para aferição da atuação do IFC, obtidos no exercício de 2015.

Os dados para elaboração dos indicadores foram extraídos, calculados e posteriormente disponibilizados pela própria SETEC, a partir de consultas no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal – SIAPE.

Relativo ao indicador socioeconômico, a SETEC orientou que os próprios Institutos realizassem a coleta dos dados. Em virtude do IFC estar em fase inicial de implantação de um sistema integrado de informatização de seus processos de trabalho, bem como do mapeamento e

padronização dos subprocessos, o referido indicador foi composto a partir de uma pesquisa por amostragem nos *campi*. Com a implantação total do sistema de gerenciamento acadêmico, o indicador socioeconômico poderá representar integralmente os discentes matriculados no IFC, tornando-se mais efetivo para a tomada de decisões.

A análise dos indicadores seguiu as orientações da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através do Manual para Produção e Análise dos Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT.

As informações anteriores ao ano de 2011 não serão contempladas para a composição e análise da série histórica dos indicadores neste documento. Relatórios de Gestão anteriores já apontavam a impossibilidade de comparação, em função da ausência de informações consolidadas para a extração dos indicadores deste período.

**Quadro 21 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005**

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios					
			2015	2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga (RCV)	$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para ingresso}}$	3,22	3,77	3,80	3,61	4,50	-
	Relação Ingressos/Aluno (RIM)	$RIM = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	35,25%	35,47%	36,58%	43,0%	68,86%	-
	Relação Concluintes/Aluno (RCM)	$RCM = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	13,08%	15,87%	18,99%	22,0%	24,12%	-
	Índice de Eficiência Acadêmica– Concluintes(EAC)	$EAC = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$	48,42%	53,98%	54,99,0%	58,0%	35,03%	-
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar (REF)	$REF = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$	23,05%	22,19%	23,94%	20,8%	6,01%	-
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral (RAD)	$RAD = \frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}$	16,7	15,17	14,97	15,80	11,50	-
	Relação Alunos por Professor (Utilizando-se o conceito Aluno Equivalente)	$(\text{Aluno Equivalente}/((20 \text{ h} \times 0,5) + 40 \text{ h} + \text{DE})) \times 100$	18,65	-	-	-	-	-
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno(GCA)	$GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Matrículas Atendidas}}$	R\$ 19.481,26	R\$ 18.021,80	R\$ 15.382,47	R\$ 12.192,20	R\$ 15.901,06	-
	Percentual de Gastos com Pessoal (GCP)	$GCP = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	66,59%	64,20%	60,69%	61,49%	74,74%	-
	Percentual de Gastos com outros Custeios (GOC)	$GOC = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	17,15%	17,67%	18,96%	19,69%	29,22%	-
	Percentual de Gastos com Investimentos (GCI)	$GCI = \frac{\text{Gastos com Investimentos}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$	12,33%	14,05%	15,99%	14,61%	29,71%	-

Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar (MRF)	$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$ Faixa SM: número de alunos matriculados por faixa de renda familiar per capita em salários-mínimos (SM). Matrículas atendidas refere-se ao total de alunos da amostra pesquisada.	-	-	-	-	-	-
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)	$TCD = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{\sum \text{dos Docentes Independente de Titulação}}$ Docente com Graduação (G): Peso 1; Docente com Aperfeiçoamento (A): Peso 2 Docente com Especialização (E): Peso 3 Docente com Mestrado (M): Peso 4 Docente com Doutorado (D): Peso 5	4,01	3,77	3,87	3,84	3,71	-

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

### 3.4.1.1 – Terminologia utilizada pela SETEC para a composição dos indicadores:

*Vagas Ofertadas:* Número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise, em Editais de Oferta de Vagas por meio do Sisu, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios e/ou outras formas de ingresso.

*Inscrições (Inscritos):* Número de inscrições para as vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (Sisu, Enem, vestibular, processos seletivos, sorteios) por curso e campus.

*Número de Ingressos (Ingressos):* Refere-se ao total de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos ou outras formas de ingresso que tenham sido incluídas no SISTEC, por curso e campus.

*Matrículas Atendidas:* Corresponde ao número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula. Para efeito de cálculo dos indicadores utilizando o SISTEC, equivale a todas as matrículas que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de referência no intervalo desejado. Em síntese corresponde ao total de matrículas que estiveram “em curso” por, pelo menos, um dia, dentro de período de análise.

*Número de concluintes (Concluintes):* Concluinte é o aluno que integralizou os créditos e está apto a colar grau. No caso de cursos que exigem a conclusão de um estágio curricular, existe no sistema o status do aluno que “integralizou a fase escolar”, que não é ainda concluinte, por dever a aprovação no estágio obrigatório. O termo concluinte será utilizado como o somatório do número de concluintes e do número de integralizados.

*Integralizado Fase Escolar (Integralizado):* É o aluno que concluiu os créditos, mas que por dever a aprovação no estágio obrigatório ainda não está apto a colar grau.

*Evadido:* aluno que possui mais de 25% de falta

*Desligado:* É o aluno que solicita o cancelamento de sua matrícula junto à secretaria da unidade escolar.

*Transferido Externo:* O aluno é transferido de uma unidade de ensino técnico para outra unidade de ensino (tanto para o ensino regular ou técnico).

*Matrículas Finalizadas (Finalizados):* Refere-se as matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter concluído, integralizado fase escolar, evadido, desligado ou transferido.

*Número de alunos retidos (Retidos):* O número de alunos retidos representa o total de alunos de um dado ciclo de matrícula que estejam em situação ativo, concluinte ou integralizado fase escolar, que tenham mês de ocorrência posterior a data final prevista para o ciclo de matrícula, e que pertençam a um mesmo ciclo de matrícula. Retenção Escolar refere-se à subdivisão acadêmica de reprovação ou trancamento.

*Número de docentes:* O Docente em tempo integral (seja efetivo ou contrato temporário) presta atividades exclusivamente acadêmicas, considerando-se o regime de trabalho de 40 horas semanais. A quantidade de professores em regime de trabalho de 20 h será multiplicada por 0,5 e a quantidade de professores em regime de 40 h ou de Dedicção Exclusiva será multiplicada por 1. Este dado é atualmente conseguido através do sistema SIAPE e será utilizado para o cálculo do indicador “relação de alunos/docentes em tempo integral”, também conhecido como RAP.

*Total de gastos correntes:* Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos, pensionistas e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica. Os dados financeiros são obtidos através do sistema SIAFI e utilizados para cálculo dos indicadores de gastos.

*Investimentos:* Despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas

especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

*Inversões financeiras:* Despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

*Gastos totais:* Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

*Total de gastos com Pessoal:* Gastos com servidores (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios);

*Gastos com outros custos:* Gastos totais de OCC menos (-) benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras.

A partir da Portaria nº 818, de 13 de Agosto de 2015, ficou regulamentado o conceito de Aluno Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dessa forma. Segue-se os conceitos estabelecidos na referida Portaria:

*Aluno-Equivalente:* é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação da Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

*Fator de Equiparação de Carga Horária do Curso:* permite a equiparação de cursos com durações distintas, sendo calculado pela divisão da carga horária anual do curso por oitocentas horas. A carga horária anual do curso deve considerar a carga horária mínima regulamentada e a duração do ciclo do curso, em anos, definido no Projeto Pedagógico.

*Fator de Esforço de Curso:* ajusta a carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas que tecnicamente demandem menor Relação Aluno por Professor.

*Fator de Equiparação de Nível de Curso:* permite a equiparação de cursos de níveis diferentes quando as respectivas metas para a Relação Aluno por Professor são díspares.

*Regime de Tempo Integral:* pondera a carga horária dos professores que possuem regime de trabalho de vinte horas semanais, quarenta horas semanais ou dedicação exclusiva.

*Relação Aluno por Professor:* razão entre o total de Alunos-Equivalentes corrigido pelo Fator de Equiparação de Nível de Curso e o número de professores corrigidos para Regime de Tempo Integral.

#### 3.4.1.2 – Metodologia empregada para o cálculo dos indicadores

##### **a. Relação de Candidatos por Vaga (RCV)**

Este indicador mede a demanda do público pelas vagas ofertadas no IFC, através da divisão do número de inscrições efetivadas nos processos seletivos pelo número de vagas ofertadas em editais em todas as formas de ingresso.

$$RCV = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para Ingresso}}$$

##### **b. Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)**

O objetivo deste indicador é avaliar a capacidade de renovação do quadro discente, através da relação entre o número de alunos que ingressaram no exercício de referência em relação ao total de alunos que em algum momento de 2014 foram atendidos na Instituição, independente de sua situação final.

$$\text{RIM} = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

### c. Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)

O indicador mede a capacidade de alcance de êxito escolar, através da determinação do quantitativo de alunos que concluíram os cursos ou integralizaram a carga horária no exercício de referência em relação ao total de matrículas atendidas no IFC.

$$\text{RCM} = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

### d. Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)

O indicador, obtido pela divisão do número de concluintes pelo total de matrículas que tiveram alteração de status para *Concluído*, *Integralizado*, *Evadido*, *Desligado* ou *Transferido Externo* no intervalo de análise, determina a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam seu percurso acadêmico no IFC.

Esta metodologia de cálculo seguiu a orientação da SETEC, adequada à sistemática adotada pelo SISTEC, baseada no conceito de ciclo de matrícula. Sendo assim, este indicador passa a ser a relação entre todos os alunos que concluíram exitosamente seu curso no período (concluído ou integralizado), independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que, de alguma forma, finalizaram seu curso, independentemente do êxito ou não.

$$\text{EAC} = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100$$

### e. Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador mede a relação de alunos que não concluíram seus cursos no período previsto. É obtido pela relação entre o total de alunos que estejam com situação *Em Curso*, *Concluinte* ou *Integralizado em Fase Escolar*, após o término previsto para encerramento do ciclo de matrícula, pertencentes a um mesmo ciclo, pelo total de matrículas atendidas.

$$\text{REF} = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

### f. Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)

O objetivo deste indicador é medir a capacidade de atendimento de alunos pela força de trabalho docente. Considera que professores efetivos ou temporários com contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva equivalem a 1,0 (um) e com contratado em regime de 20 horas equivalem a 0,5 (meio).

$$\text{RAD} = \frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}$$

**g. Relação Aluno por Professor (RAP):** A Portaria nº 818, de 13 de agosto de 2015, do Ministério da Educação, regulamentou o conceito de *Aluno-Equivalente* e de *Relação Aluno por Professor*. De

acordo com essa regulamentação, nova fórmula é utilizada, sendo calculada a partir da razão entre o total de *Aluno-Equivalente* corrigido pelo *Fator de Equiparação de Nível de Curso* e a somatória de *Professor Tempo Integral*

$$RAP = \frac{\sum \text{Alunos - Equivalentes} \times FENC}{\sum \text{Professor Tempo Integral}}$$

#### **h. Titulação do Corpo Docente (TCD)**

Este indicador demonstra o índice de atualização do corpo docente. Seu numerador é composto pela soma de todos os docentes efetivos ou temporários, ponderados pela sua titulação, conforme a seguinte relação: graduação (G) - Peso 1, aperfeiçoamento (A) - Peso 2, especialização (E) - Peso 3, mestrado (M) - Peso 4, doutorado (D) - Peso 5.

O denominador do indicador é representado pelo somatório dos docentes, independentemente da sua titulação e regime de trabalho.

$$TCD = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{\sum \text{dos Docentes Independente de Titulação}}$$

#### **i. Gasto Corrente por Aluno (GCA)**

Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição. Para o cômputo dos gastos correntes, é considerado o gasto total do IFC, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW de Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.

$$GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes}}{\text{Matrículas Atendidas}}$$

#### **j. Gastos com Pessoal (GCP)**

O indicador possibilita quantificar o montante de gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição.

$$GCP = \frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

#### **k. Gastos com Outros Custeios excluído Benefícios e PASEP (GOC)**

Quantifica o total de gastos com outros custeios, deduzindo despesas com benefícios e PASEP, em relação aos gastos totais do IFC.

$$GOC = \frac{\text{Gastos com Outros Custeios}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$

#### **l. Gastos com Investimentos (GCI)**

Este indicador mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição.

$$GCI = \frac{\text{Gastos com Investimentos}}{\text{Total de Gastos da Instituição}} \times 100$$



### m. Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)

Este indicador mede a capacidade de inclusão social do IFC, a partir da contagem dos alunos matriculados em cursos regulares, aos quais tenham sido aplicados questionários socioeconômicos, para identificar em qual faixa de renda familiar per capita (RFPC) - em salários mínimos (SM) - cada aluno se enquadra, segundo a seguinte classificação:

FAIXA1:  $0 < RFPC \leq 0,5 \text{ SM}$

FAIXA2:  $0,5 < RFPC \leq 1 \text{ SM}$

FAIXA3:  $1 < RFPC \leq 1,5 \text{ SM}$

FAIXA4:  $1,5 < RFPC \leq 2,5 \text{ SM}$

FAIXA5:  $2,5 < RFPC \leq 3 \text{ SM}$

FAIXA6:  $3 < RFPC > 3 \text{ SM}$

Para composição destes dados, os Pesquisadores Institucionais dos *campi* realizaram um levantamento por amostragem. Nesse sentido, o indicador apresentado corresponde a uma amostra de 3.625 alunos.

$$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

#### 3.4.1.3 – Quantitativos referentes ao exercício de 2015 utilizados na elaboração dos indicadores

#### Quadro 22 – Informações Acadêmicas

<i>Campus</i>	Vagas	Inscritos	Ingressantes	Matrículas Atendidas	Concluídos	Integralizados	Evadidos	Desligados e transferidos externos	Retidos
Araquari	419	2.282	424	1.340	175	3	83	63	232
Avançado Abelardo Luz	35	19	19	51	0	0	11	0	21
Avançado Sombrio	250	1.294	234	658	74	0	2	76	132
Blumenau	196	196	186	416	35	0	0	22	27
Brusque	225	201	200	238	68	0	75	21	118
Camboriú	645	3.064	702	2.089	304	11	67	42	484
Concórdia	410	789	406	1.419	190	0	114	79	289
Fraiburgo	200	331	181	367	31	5	80	36	48
Ibirama	120	235	94	297	16	0	23	22	28
Luzerna	230	883	179	591	33	6	62	45	130
Rio do Sul	533	1.262	461	1.548	143	72	51	192	398
Santa Rosa do Sul	240	749	219	902	160	0	80	50	293
São Bento do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Francisco do Sul	190	965	230	444	22	0	34	22	194
Videira	563	1.420	582	1.320	277	35	164	75	298
<b>Total</b>	<b>4.256</b>	<b>13.690</b>	<b>4.117</b>	<b>11.680</b>	<b>1.528</b>	<b>132</b>	<b>846</b>	<b>745</b>	<b>2.692</b>

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

**Quadro 23 – Carga horária e titulação do corpo docente**

<i>Campus</i>	Total Docentes	Docentes 20 horas	Docentes 40 horas	Docentes DE	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores
Araquari	95	5	4	86	5	0	3	50	37
Avançado Abelardo Luz	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avançado Sombrio	37	3	0	34	5	0	3	24	5
Blumenau	37	2	0	35	2	0	3	22	10
Brusque	12	1	0	11	2	0	2	4	4
Camboriú	123	8	6	109	10	0	13	60	40
Concórdia	85	4	2	79	5	0	4	42	34
Fraiburgo	20	4	0	16	3	0	6	10	1
Ibirama	24	3	1	20	4	0	5	11	4
Luzerna	46	5	0	41	1	0	4	33	8
Rio do Sul	89	2	1	86	2	1	5	42	39
Santa Rosa do Sul	61	1	3	57	5	0	2	32	22
São Bento do Sul	1	0	0	1	0	0	0	1	0
São Francisco do Sul	31	4	0	27	1	0	2	18	10
Videira	65	11	4	50	6	0	9	43	7
<b>Total</b>	<b>726</b>	<b>53</b>	<b>21</b>	<b>652</b>	<b>51</b>	<b>1</b>	<b>61</b>	<b>392</b>	<b>221</b>

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

**Quadro 24 – Consolidação financeira da Instituição**

Dados Financeiros	R\$
Gastos Correntes (sem Bolsa Formação e e-Tec)	227.541.123,48
Gastos com Pessoal	180.875.385,74
Gastos com outros Custeios (sem Benefícios)	46.573.046,99
Investimentos e Inversões Financeiras	33.480.351,09
Benefícios	10.675.449,21
Bolsa Formação e e-Tec	697.387,79
PIS/Pasep	8.498,54
Inativos e Pensionistas	10.591.257,00
Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec)	271.612.731,57
Gastos Totais	272.310.119,36

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

## 3.4.1.4 – Análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão das IFET

**Quadro 25 – Relação de Candidatos por Vaga (RCV)**

Comparativo da Relação de Candidato/Vaga com anos anteriores								
Relação de candidato/vaga	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	4,38	3,61	3,80	3,77	3,22	5,26	-0,78	-14,59
Inscritos	19.847	14.721	14.368	14.083	13.690	-2,40	-1,98	-2,79
Vagas	4.532	4.078	3.782	3.739	4.256	-7,26	-1,14	13,82

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

A relação candidato por vaga ofertada no IFC apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior de-14,59%, causando uma variação maior dos índices possivelmente em função do aumento do número de vagas e do aumento da oferta de ensino nas regiões onde se encontram os *campi* do IFC.

**Quadro 26 – Relação candidato/vaga**

Campus	Vagas		Inscritos		Indicador	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Araquari	456	419	2.011	2.282	4,41	5,45
Avançado Abelardo Luz	40	35	32	19	0,80	0,54
Avançado Sombrio	210	250	1.152	1.294	5,49	5,18
Blumenau	165	196	527	196	3,19	1,00
Brusque	60	225	48	201	-	0,89
Camboriú	608	645	2.591	3.064	4,26	4,75
Concórdia	370	410	2.141	789	5,79	1,92
Fraiburgo	220	200	220	331	1,00	1,66
Ibirama	120	120	201	235	1,68	1,96
Luzerna	230	230	989	883	4,30	3,84
Rio do Sul	410	533	1.408	1.262	3,43	2,37
Santa Rosa do Sul	280	240	870	749	3,11	3,12
São Bento do Sul	0	0	0	0	-	-
São Francisco do Sul	120	190	564	965	4,70	5,08
Videira	450	563	1.329	1.420	2,95	2,52
<b>Total</b>	<b>3.739</b>	<b>3.739</b>	<b>14.083</b>	<b>14.083</b>	<b>3,77</b>	<b>3,22</b>

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e Relatório de Gestão 2014.

Data de referência: 01/01/2014 a 31/12/2014 e 01/01/2015 a 31/12/2015.

Na tabela acima, diversos *campi* apresentaram uma diminuição na relação candidato/vaga em comparação ao ano de 2014, sendo que nas unidades de Blumenau e Concórdia este índice foi mais significativo (de 3,19 para 1,00 e 5,79 para 1,92, respectivamente). Os *campi* Araquari, Avançado Abelardo Luz, Camboriú, Fraiburgo, Ibirama e São Francisco do Sul apresentaram um pequeno aumento no ano de 2015, enquanto Santa Rosa do Sul permaneceu praticamente nos mesmos índices.

**Quadro 27 – Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)**

Comparativo da Relação de ingressos/alunos com anos anteriores								
Relação de ingressos/aluno	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	59,90%	43,00%	36,58%	35,47%	35,25%	-14,93	-3,03	-0,62
Ingressantes	4.035	3.939	3.617	3.661	4.117	-8,2	1,21	11,07
Matrículas Atendidas	5.970	9.152	9.889	10.322	11.680	8,1	4,38	11,62

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

Este indicador esteve em decréscimo ao longo da série histórica. Uma análise sobre o biênio 2014-2015, demonstra que o indicador apresentou um percentual menor de queda (-0,62%), quando comparado ao exercício 2011-2012 (16,9%). Já a relação de ingressantes obteve um aumento significativo, passando de 1,21% de 2013 a 2014 para 11,07% de 2014 para 2015.

**Quadro 28 – Relação de ingressos/matrícula atendida (RIM)**

<i>Campus</i>	Ingressantes	Matrículas Atendidas	Indicador (%)
Araquari	424	1.340	31,64
Avançado Abelardo Luz	19	51	37,25
Avançado Sombrio	234	658	35,56
Blumenau	186	416	44,71
Brusque	200	238	84,03
Camboriú	702	2.089	33,60
Concórdia	406	1.419	28,61
Fraiburgo	181	367	49,32
Ibirama	94	297	31,65
Luzerna	179	591	30,29
Rio do Sul	461	1.548	29,78
Santa Rosa do Sul	219	902	24,28
São Bento do Sul	0	0	-
São Francisco do Sul	230	444	51,80
Videira	582	1.320	44,09
<b>Total</b>	<b>4.117</b>	<b>11.680</b>	<b>35,25</b>

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

**Quadro 29 - Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)**

Comparativo da Relação de concluintes/alunos								
Relação de concluintes/aluno	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	24,12%	22,00%	18,99%	15,87%	13,08%	-13,7	-16,42	-21,33
Concluintes (Concluídos + Integralizados)	1.440	2.010	1.607	1.617	1.660	-20,0	0,62	-2,59
Matrículas Atendidas	5.970	9.152	9.889	10.322	11.680	8,1	4,38	11,63

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

Observa-se que este indicador esteve em decréscimo ao longo do período analisado, apresentando seu menor percentual em 2015. Percebe-se que o componente matrículas atendidas foi determinante para a redução do indicador, pois este número aumentou enquanto que o somatório de concluintes manteve-se praticamente estável.

Em 2013 a extração de matriculados considerou a soma de matrículas ativas mais os ingressantes do ano, acrescidos das matrículas que foram reativadas. A partir de 2014 considerou-se para a elaboração do componente matrículas atendidas o número total de alunos que estiveram pelo menos um dia com a situação em curso na Instituição, ou seja, foram considerados também os concluídos, evadidos, desligados e transferidos externos do ano, resultando em um quantitativo maior.

Em 2015 houve uma diminuição do número de concluintes (Concluídos + integralizados), e, por sua vez, um aumento das matrículas atendidas, ocasionando a significativa variação nos índices em comparação aos anos anteriores.

**Quadro 30 – Relação de concluintes/alunos atendidos**

<i>Campus</i>	Concluintes	Matrículas Atendidas	Indicador (%)
Araquari	178	1.340	13,06
Avançado Abelardo Luz	0	51	0,00
Avançado Sombrio	74	658	11,25
Blumenau	35	416	8,41
Brusque	68	238	28,57
Camboriú	315	2.089	14,55
Concórdia	190	1.419	13,39
Fraiburgo	36	367	8,45
Ibirama	16	297	5,39
Luzerna	39	591	5,58
Rio do Sul	215	1.548	9,24
Santa Rosa do Sul	160	902	17,74
São Bento do Sul	0	0	0,00
São Francisco do Sul	22	444	4,95
Videira	312	1.320	20,98
<b>Total</b>	<b>1.660</b>	<b>11.680</b>	<b>13,08</b>

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

**Quadro 31 – Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)**

Comparativo para o índice de eficiência acadêmica com anos anteriores								
Índice de eficiência acadêmica	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	35,03%	58,0%	54,99%	53,98%	48,42%	-5,17	-1,83	-11,42
Concluintes	1.440	2.010	1.878	1.617	1.660	-6,57	-13,89	2,59
Finalizados (concluídos + integralizados + evadidos + desligados + transferidos externos)	-	3.468	3.415	2.995	3.251	-1,53	-12,29	7,87
Ingressos por período equivalente	4.111	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

O indicador da eficiência acadêmica teve uma descontinuidade na sua metodologia de elaboração. Em 2011 o método de cálculo utilizado verificou, entre os alunos que ingressaram no início do curso, quais concluíram com êxito. A partir de 2012 o cálculo passou a considerar os alunos que concluíram com sucesso ou integralizaram os créditos, em relação a todos os estudantes que deixaram de estar em curso no ano analisado.

A análise do indicador, no biênio 2013-2014, mostra uma redução no número de finalizados em virtude da diminuição no número de evadidos, integralizados e desligados. Também houve uma queda no quantitativo de concluintes, em função da redução de 29,7% no número de alunos integralizados.

Apesar do número de concluintes ter aumentado no ano de 2015, e o mesmo ocorrendo com o número de Finalizados, entre 2014-2015, houve uma queda no indicador Eficiência Acadêmica de Concluintes, (-11,42%).

**Quadro 32 – Percentual de eficiência acadêmica por Campus**

<i>Campus</i>	Concluintes	Finalizados (concluídos + integralizados + evadidos + desligados + transferidos externos)	Indicador (%)
Araquari	178	324	37,55
Avançado Abelardo Luz	0	11	0,00-
Avançado Sombrio	74	152	0,00
Blumenau	35	57	0,00
Brusque	68	164	37,82
Camboriú	315	424	73,61
Concórdia	190	383	19,58
Fraiburgo	36	152	15,94
Ibirama	16	61	32,00
Luzerna	39	146	19,23
Rio do Sul	215	458	38,36
Santa Rosa do Sul	160	290	56,62
São Bento do Sul	0	0	-
São Francisco do Sul	22	78	23,40
Videira	312	551	43,74
<b>Total</b>	<b>1.660</b>	<b>3.251</b>	<b>42,07</b>

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

**Quadro 33 – Retenção do Fluxo Escolar (RFE)**

Comparativo para o índice de retenção do fluxo escolar com anos anteriores								
Índice de retenção do fluxo escolar	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	6,01%	20,80%	23,94%	22,19%	23,05%	15,1	-7,31	3,73
Retidos	359	1.901	2.367	2.290	2.692	24,5	-3,25	14,93
Matrículas Atendidas	5.970	9.152	9.889	10.322	11.680	8,1	4,38	11,63

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

O índice de retenção do fluxo escolar apresentou um aumento de 3,73% no biênio 2014-2015, ou seja, menos alunos concluíram seus cursos no período previsto. Percebe-se que houve um aumento de 14,93% de retidos e um aumento de 11,63% de matrículas atendidas.

Um comparativo do indicador em cada *Campus*, demonstra que dos doze *campi* que tiveram este índice calculado em 2014, seis apresentaram diminuição no percentual do indicador em 2015.

**Quadro 34 – Índice de retenção do fluxo escolar**

<i>Campus</i>	Retidos	Matrículas Atendidas	Indicador (%)	
			2014	2015
Araquari	232	1.340	18,06	17,31
Avançado Abelardo Luz	21	51	0	41,18
Avançado Sombrio	132	658	0	20,06
Blumenau	27	416	2,97	6,49
Brusque	118	238	63,33	49,58
Camboriú	484	2.089	23,47	23,17
Concórdia	289	1.419	14,27	20,37
Fraiburgo	48	367	14,37	13,08
Ibirama	28	297	16,44	9,43
Luzerna	130	591	15,92	22,0
Rio do Sul	398	1.548	15,81	25,71
Santa Rosa do Sul	293	902	44,94	32,48
São Bento do Sul	0	0	-	-
São Francisco do Sul	194	444	15,47	43,69
Videira	298	1.320	27,83	22,58
<b>Total</b>	<b>2.692</b>	<b>11.680</b>	<b>22,19</b>	<b>23,05</b>

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

**Quadro 35 – Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)**

Total de Docentes	Docentes 20 horas	Docentes 40 horas	Docentes DE	Total Geral
Total de Docentes (pessoas)	53	21	652	726
Total de Docentes considerando a relação 20 h como 0,5 e 40 h/DE como 1	26,5	21	652	699,5

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

**Quadro 36 – Relação de alunos por docente**

Relação de alunos por docente em tempo integral								
Relação de alunos/docentes em tempo integral	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	11,50	15,80	14,97	15,17	16,70	-5,25	1,33	9,16
Matrículas Atendidas	5.970	9.152	9.889	10.322	11.680	8,1	4,38	11,63
Docentes	519	581	660,5	680,5	699,5	13,68	3,02	2,72

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

A partir de 2015, será utilizado o Termo Aluno-Equivalente, que é o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação da Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Analisando os dados acima, verifica-se que houve um aumento gradual das matrículas atendidas e de docentes, aumentando significativamente o indicador em 11,53% de 2014 para 2015.

**Quadro 37 – Titulação do Corpo Docente (TCD)**

Índice de titulação do Corpo Docente								
Índice de titulação dos Docentes	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	3,71	3,84	3,87	3,77	4,01	0,8	-2,58	6,37
Graduados	56	48	53	92	51	10,42	73,58	-44,56
Aperfeiçoados	1	0	0	2	1	0	200	-50,0
Especialistas	64	73	82	62	61	12,33	-24,39	-1,61
Mestres	315	339	407	378	392	20,06	-7,12	3,70
Doutores	86	124	148	181	221	19,35	22,30	22,10
Total	522	584	690	715	726			

Fonte: Relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

Ao longo dos últimos anos o número de docentes vem acompanhando o crescimento do quantitativo de estudantes matriculados no IFC.

Em 2015 houve um aumento do número de doutores e mestres, acarretando uma diminuição das demais titulações e aumentando o indicador em 6,37% no biênio 2014-2015. O indicador de mestres aumentou em 3,70%, enquanto de doutores em 22,10%, sendo este último uma mudança significativa na titulação dos docentes.



**Quadro 38 – Gasto Corrente por Aluno (GCA)**

Comparativo dos Gastos Correntes por aluno								
Gastos Correntes por Aluno	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	15.901,06	12.192,20	15.382,47	18.021,80	19.481,26	26,17	17,15	7,49
Total de Gastos Correntes (R\$)	94.929.324,48	111.582.985,75	152.117.236,00	186.021.074,40	227.541.123,48	36,33	22,28	22,04
Matrículas Atendidas	5.970	9.152	9.889	10.322	11.680	8,1	4,38	11,63

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

No ano de 2015 houve um aumento do gastos correntes por aluno em 7,49%, abaixo do índice inflacionário do país. O percentual de gastos correntes diminuiu em relação a 2014 (de 22,28 para 22,04) e as matrículas atendidas aumentaram significativamente em relação ao mesmo ano.

**Quadro 39 – Gastos com Pessoal (GCP)**

Comparativo de percentual de Gastos com Pessoal								
Percentual de Gastos com Pessoal	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	74,74%	61,49%	60,69%	64,20%	66,59%	-1,30	5,78	3,72
Gastos com Pessoal (R\$)	70.954.794,86	83.857.671,22	109.893.328,00	145.109.740,99	180.875.385,74	31,05	32,04	24,65
Total de Gastos (R\$)	94.929.324,48	136.369.606,45	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	32,78	27,43	18,01

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

O indicador de gastos com pessoal apresentou uma diminuição de 5,78% para 3,72% em relação a 2014. Apesar do aumento dos gastos com pessoal, deve-se levar em consideração que houve aumento do número de servidores docentes e técnico-administrativos na Instituição, devido ao aumento do número de vagas e matrículas atendidas no período de 2015.

**Quadro 40 - Gastos com Outros Custeios excluído Benefícios e Pasep (GOC)**

Comparativo de percentual de Gastos com Outros Custeios								
Percentual de Gastos com Outros Custeios	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	29,22%	19,69%	18,96%	17,67%	17,15%	-3,71	-6,80	-2,94
Gastos com outros custeios (R\$)	27.741.124,55	26.852.637,45	34.334.985,00	39.944.090,03	46.573.046,99	27,86	16,34	16,60
Total de Gastos (R\$)	94.929.324,48	136.369.606,45	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	32,78	27,43	18,01

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

Ainda não foram desenvolvidos indicadores de desempenho da gestão administrativa, financeira e orçamentária. Já existe uma ação na direção de criação destes indicadores. Será ministrado o curso ENAP em Rede, Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional, de 21 a 23/03 (24 horas) com o objetivo de capacitar gestores e servidores analistas.

**Quadro 41 - Gastos com Investimentos (GCI)**

Comparativo de percentual de gastos com investimentos								
Percentual de Gastos com Investimentos	2011	2012	2013	2014	2015	De 2012 para 2013 (%)	De 2013 para 2014 (%)	De 2014 para 2015 (%)
Indicador	29,71%	14,61%	15,99%	13,77%	12,33%	9,45	-13,88	- 10,45
Gastos com Investimentos (R\$)	28.201.220,08	19.920.105,44	28.958.629,00	31.765.224,57	33.480.351,09	45,37	9,69	5,40
Total de Gastos (R\$)	94.929.324,48	136.369.606,45	181.075.865,00	230.747.701,07	272.310.119,36	32,78	27,43	18,01

Fonte: Relatórios de Gestão do IFC de 2011(retificado) a 2013 e relatório consolidado do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Data de referência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

Ainda não foram desenvolvidos indicadores de desempenho da gestão administrativa, financeira e orçamentária. Já existe uma ação na direção de criação destes indicadores. Será ministrado o curso ENAP em Rede, Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional, de 21 a 23/03 (24 horas) com o objetivo de capacitar gestores e servidores analistas.

**Quadro 42- Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)**

<i>Campus</i>	0 < RFPC ≤ 0,5 SM	0,5 < RFPC ≤ 1 SM	1 < RFPC ≤ 1,5 SM	1,5 < RFPC ≤ 2,5 SM	2,5 < RFPC ≤ 3 SM	RFPC ≥ 3 SM
Araquari	12	42	51	56	24	28
Avançado Abelardo Luz	-	07	-	-	-	25
Avançado Sombrio	43	116	41	13	0	1
Blumenau	-	-	-	-	-	-
Brusque	0	0	16	23	11	7
Camboriú	265	195	85	31	5	1
Concórdia	35	201	352	311	335	-
Fraiburgo	26	113	19	2	3	-
Ibirama	-	13	69	22	10	94
Luzerna	6	19	31	15	3	4
Rio do Sul	103	39	17	12	4	1
Santa Rosa do Sul	74	75	18	7	0	3
São Bento do Sul	-	-	-	-	-	-
São Francisco do Sul	17	23	54	48	25	43
Videira	18	86	118	55	4	0
<b>Total</b>	<b>599</b>	<b>929</b>	<b>871</b>	<b>595</b>	<b>424</b>	<b>207</b>

Fonte: Dados coletados pelos Pesquisadores Institucionais dos *campi*.

A coleta da renda per capita dos estudantes matriculados no IFC tem sido realizada por amostragem, em virtude da descontinuidade na utilização do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) ao longo da série analisada, conforme já relatado em Relatórios de Gestão anteriores.

Para esse indicador foram coletados dados de **3.625 alunos**, matriculados no ano letivo de 2015, de um total de **11.832 matrículas atendidas** pelo IFC. Não foram computados nessa análise os alunos do Campus Blumenau, pois os dados não foram enviados pelo referido Campus. A fórmula utilizada para os cálculos é:

$$GCI = \frac{\text{Faixa SM}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

Pode-se perceber que na faixa **0 < RFPC ≤ 0,5 SM** encontra-se **599** alunos, que representam **5,06%** das matrículas atendidas pela Instituição (**11.832**). Já na faixa **0,5 < RFPC ≤ 1 SM** tem-se **929** alunos, representando **7,85%** das matrículas atendidas. Na faixa **1 < RFPC ≤ 1,5 SM**, foram matriculados **871** discentes, um percentual de **7,36%**. A faixa **1,5 < RFPC ≤ 2,5 SM** conta com **595** alunos, um percentual de **5,03 %**. No que se refere a faixa **2,5 < RFPC ≤ 3 SM**, foram matriculados **424 alunos**, um percentual de **3,58 %**. Por fim, na faixa **RFPC ≥ 3 SM**, percebe-se um quantitativo de **207 alunos**, perfazendo **1,75%**.

Através dessa observação, é possível concluir que o IFC atende, principalmente, discentes oriundos de famílias que possuem Renda Familiar Per Capita (RFPC) entre **0 a 1,5 salários-mínimos**, onde a amostragem demonstra que **2.399** dos alunos analisados (**66,18%**) estão nessa faixa salarial, de um total de **3.625** alunos pesquisados.

### **3.5 – INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

O IFC não possui conteúdo a declarar.

## 4 – GOVERNANÇA

### 4.1 – DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança é constituída por conselhos, comitês, unidade interna de auditoria, sistema de correição, dentre outras.

As competências das instâncias de controle orgânico da gestão, ora declaradas, não esgotam aquelas apresentadas no Estatuto e no Regimento Geral do IFC.

A estrutura de governança do IFC compõem-se de:

- CONSUPER – Conselho Superior
- CODIR – Colégio de Dirigentes
- PROJUR – Procuradoria Federal
- UNAI – Unidade de Auditoria Interna
- CPA – Comissão Própria de Avaliação
- CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação – PCCTAE
- CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
- CE – Comissão de Ética
- CGCTI – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

#### Quadro 43: Órgãos de Governança e Suas Principais Competências

<b>Órgãos de Governança e Suas Principais Competências</b>
<b>CONSUPER – Conselho Superior</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovar as diretrizes para atuação do IFC e zelar pela execução de sua política educacional;</li> <li>• Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor e dos Diretores Gerais de cada <i>Campus</i>;</li> <li>• Discutir junto à comunidade acadêmica e aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), apreciar a proposta orçamentária anual do Instituto e de cada <i>Campus</i>,</li> <li>• Aprovar o Projeto Político Institucional (PPI), bem como os regulamentos internos, com a abrangência de todos os <i>Campus</i>;</li> <li>• Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;</li> <li>• Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFC, bem como o registro de diplomas;</li> <li>• Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFC, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;</li> <li>• Deliberar sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de unidades e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino, bem como a sua criação, transformação de regime jurídico ou extinção de órgãos suplementares, na forma da legislação.</li> </ul>
<b>CODIR – Colégio de Dirigentes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, após sua discussão pela comunidade acadêmica nos <i>Campus</i>;</li> <li>• Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos;</li> <li>• Propor ao Conselho Superior a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFC;</li> <li>• Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;</li> <li>• Acompanhar a execução e recomendar alterações no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).</li> </ul>
<b>Procuradoria Federal Junto ao IFC</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal que possui as competências de:</li> <li>• Assistir o Reitor em questões referentes à legalidade dos atos a serem por ele praticados no exercício de suas fun-</li> </ul>

ções; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar e apresentar manifestações e pareceres em processos de licitação, contratos e convênios e outros que forem submetidos ao exame da legalidade;</li> </ul>
<b>UNAI – Unidade de Auditoria Interna</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A UNAI é um órgão de Controle e Auditoria Internos responsáveis por:</li> <li>• Fortalecer e assessorar a gestão;</li> <li>• Prestar apoio aos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo.</li> </ul>
<b>COOPAD – Coordenação-geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instruir e regular os procedimentos administrativos disciplinares;</li> <li>• Criar e estabelecer métodos de monitoramento dos procedimentos administrativos disciplinares.</li> </ul>
<b>CPA – Comissão Própria de Avaliação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar, coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados referentes ao processo avaliativo.</li> </ul>
<b>CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação.</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira em todas as suas etapas;</li> <li>• Propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano;</li> <li>• Apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFC e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;</li> <li>• Avaliar, anualmente, as propostas de lotação do IFC;</li> <li>• Acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFC proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram.</li> </ul>
<b>CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestar assessoramento ao Conselho Superior ou ao Reitor, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a: Dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; Contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; Alteração do regime de trabalho docente; Avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; Solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e Liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.</li> </ul>
<b>Comissão de Ética</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientar e aconselhar sobre a ética do servidor público.</li> </ul>
<b>CGCTI – Comitê Gestor Central de Tecnologia da Informação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• De caráter consultivo e subordinado ao Magnífico Reitor é responsável por acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos e ações em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com os objetivos estratégicos do IFC, de modo que as compras e contratações de recursos/materiais ou ainda de qualquer item inserida no que se denomina bens de interesse da Tecnologia da Informação, seja submetida previamente à deliberação do CGCTI.</li> </ul>

*Fonte: Gabinete da Reitoria*

## 4.2 – ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

### 4.2.1 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas:

A UNAI do IFC no exercício de 2015 era composta por uma equipe de 15 (quinze) servidores em efetivo desempenho nas atividades relacionadas à auditoria. Destes, 12 (doze) auditores de concurso, 01 (um) nomeado por portaria e 02 (dois) servidores para apoio às suas atividades.

A UNAI/IFC possui auditores lotados nos *campi* Araquari, Blumenau, Camboriú,

Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul (acumula Avançado de Sombrio), São Francisco do Sul, Videira e Reitoria (acumula Brusque e São Bento do Sul). Estando subordinados hierarquicamente ao auditor-chefe, que, por sua vez, está vinculado ao Conselho Superior.

As atividades de auditoria são despachadas por meio de Ordens de Serviço aos auditores, que realizam nos *campi* os mesmos trabalhos durante o mesmo período, sendo consolidados ao final. Salvo solicitações que surjam de maneira isolada.

*4.2.2 – Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão:*

No exercício de 2015, as atividades desenvolvidas objetivaram principalmente no cumprimento do PAINTE/2015, na busca constante de uma conscientização, padronização e melhoria nos trabalhos desenvolvidos pela nossa equipe de auditores e gestores, e também no acompanhamento quanto ao atendimento das demandas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU).

Prestamos também consultoria preventiva aos gestores através de consultas formais e informais, auxílio em várias ações de gestão, emissão de pareceres, entre outras.

Durante o exercício de 2015, a UNAI/IFC emitiu 09<sup>1</sup> (nove) Ordens de Serviço sob a coordenação do Auditor chefe, para que fossem desenvolvidos os trabalhos conforme item 5.2.3, letras “a” e “b”.

*4.2.3 – Demonstração da execução do plano anual de auditoria:*

A execução dos trabalhos de auditoria realizados durante o ano de 2015, resultou no percentual de execução das horas planejadas no PAINTE/2015 em aproximadamente 89%, considerando as participações em cursos e reuniões de trabalho, conforme tabela resumo item “e” deste relatório.

**a) Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINTE (art. 15, I da IN/SFC/CGU nº 024/2015 );**

Durante o exercício de 2015, a UNAI/IFC emitiu 08<sup>2</sup> (oito) Ordens de Serviço sob a coordenação do Auditor chefe, para que fossem desenvolvidos os trabalhos conforme abaixo:

**Quadro 44– Descrição dos trabalhos da Auditoria Interna de acordo com o PAINTE**

Ordem de Serviço (OS)	Data Emissão	Área	Subárea	Assunto	Escopo
001/2015	05/01/2015	01 – Controles da Gestão	04 – Controles Internos	06 – Atuação da Auditoria Interna	Demonstrar, por meio do PAINTE, todos os trabalhos que foram realizados pela UNAI/IFC, no ano de 2014.
002/2015	21/01/2015	06 – Gestão do	01 – Processos	01 – Formalização	Analisar <b>20%</b> do volume

1 Destas, 08 (oito) foram realizadas de acordo com o PAINTE e uma que tratou de assuntos externos ao PAINTE, conforme consta no item 5.2.3, letra “b”.

2 No total, foram emitidas 9 (nove) ordens de serviço (08 de acordo com o PAINTE e uma que tratou de assuntos externos ao PAINTE, conforme consta no item “b”).

		suprimento de bens e serviços	Licitatórios	Legal	financeiro dos processos licitatórios realizados no IFC, por modalidade, incluindo os atos relativos à dispensa e à inexigibilidade de licitação, no tocante a formalização processual e utilização correta da modalidade licitatória, avaliando quanto aos aspectos da motivação e razões da realização.
003/2015	20/02/2015	02 – Gestão Orçamentária	02 – Análise de execução	02 – Execução das despesas correntes. 03 – Execução das despesas de capital.	Os exames serão realizados por meio de amostragem de 20% dos valores financeiros recebidos/descentralizados, buscando verificar se os objetos pretendidos com a descentralização de créditos foram atingidos.
004/2015	19/03/2015	01 – Controles da Gestão	04 – Controles Internos	06 – Atuação da Auditoria Interna	Elaboração do Manual de Auditoria Interna do IFC e do Código de Ética de Auditoria Interna do IFC.
005/2015	29/04/2015	01 – Controles da Gestão	03 – Unidades Gestoras	05 – Atuação da Unidade Responsável (PROEN). 06 – Atuação das Unidades Executoras (DDE).	Verificar em 100% dos Cursos Técnico em Informática, implantados nos <i>campi</i> do IFC entre 2013 a 2015, se atendem os requisitos previstos na legislação.
007/2015	25/06/2015	01 – Controles da Gestão	03 – Unidades Gestoras	05 – Atuação da Unidade Responsável 06 – Atuação das Unidades Executoras	Avaliar o Programa de Assistência ao Estudante – PAE do IFC), buscando verificar os aspectos da legalidade e confiabilidade no gerenciamento dos processos.
008/2015	28/07/2015	01 – Controles da Gestão	03 – Unidades Gestoras	06 – Atuação das Unidades Executoras	Verificar 100% das recomendações contidas no Plano de Providências Permanente emitido pela Unai/Reitoria, no tocante ao cumprimento das providências a serem implementadas pelos gestores.
009/2015	17/08/2015	01 – Controles da Gestão	04 – Controles Internos	11 – Avaliação dos controles Internos – PRONATEC	Verificar os aspectos da legalidade e confiabilidade dos controles no gerenciamento dos processos relativos ao programa, em especial o cumprimento das horas-atividade dos servidores que prestaram serviço ao PRONATEC, bem como, a regularidade dos pagamentos realizados aos estudantes e servidores do



					IFC. Será analisada a oferta do PRONATEC no exercício de <u>2014</u> .
--	--	--	--	--	--

Fonte: arquivos da UNAI/Reitoria/IFC (janeiro/2016).

**b) Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT (art. 15, III da IN/SFC/CGU nº 024/2015 );**

A Ordem de Serviço nº 006/2015, tratou de assuntos externos ao PAINT/2015, sendo realizada com base em notícia veiculada no site G1 e despacho nº 00208/2015/IFC/PFSC/PFIFCATARINENSE/PGF/AGU da Procuradoria Federal do IFC, onde as empresas *RITNA e PONTO A PONTO* foram citadas e figuram como investigadas na operação PONTO FINAL, deflagrada pela Polícia Federal, sob suspeita de beneficiamento em licitações no âmbito do IFC, esta UNAI deliberou então pela realização de trabalho específico de auditoria para verificação, obtendo o resultado conforme quadro:

**Quadro 45- Trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT**

<b>Tipo do trabalho</b>	<b>Data de realização</b>	<b>Motivação (o que levou a fazer o trabalho)</b>	<b>Resultado</b>	<b>Obs.:</b>
<b>Ordem de Serviço nº 006/2015</b> – Análise dos processos de Licitação e dos documentos de Fiscalização dos Contratos Firmados com a empresa RITNA SERVIÇOS e PONTO A PONTO LTDA.	25/05/2015 a 24/09/2015	Devido a notícias veiculadas na mídia sobre a operação Ponto Final da Polícia Federal junto aos <i>campi</i> Santa Rosa do Sul/Sombrio, Luzerna, deu-se início aos trabalhos da OS.	Relatório Consolidado de Auditoria nº 006/2015.  Com as constatações feitas, considera-se que os setores de licitação, contratação, fiscalização, pagamento e de recebimento de materiais merecem atenção especial dos gestores, mas não pode-se afirmar, com a profundidade e documentos analisados e manifestações da equipe, a existência de direcionamento ou cartelização, salvo fragilidades de controle que podem levar a isto e até algum favorecimento da empresa, se não tomadas medidas para garantir o comprometimento com a formalidade e legalidade processual a que estão submetidos os gestores públicos.	Recomendações sob monitoramento.  Obs.: descritas no item 4

Fonte: arquivos da UNAI/Reitoria/IFC (janeiro/2016).

**c) relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos (art. 15, IV da IN/SFC/CGU nº 024/2015)**

Justifica-se a não execução dos itens 30 e 31 visto que a greve dos servidores provocou uma diminuição e até paralisação de algumas atividades administrativas, atrasando as respostas e

documentações para análise dos auditores dos demais itens constantes do PAINT, também a OS-008/2015 – (Acompanhamento do PPP) consumiu tempo superior ao previsto, o atraso no envio das respostas de alguns gestores e análises a serem feitas por alguns auditores, ficando estes itens reprogramados para serem realizados em 2016.

**Quadro 46 – Trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos**

Descrição	Justificativa para não execução	Previsão de Conclusão
Item 30 – Gestão Orçamentária <b>Acompanhamento da Execução do orçamento da entidade.</b>	Justificativa acima.	Reprogramado para dezembro do ano vigente, conforme item 29 – PAINT 2016.
Item 31 – Controles de Gestão: <b>Acompanhamento Planejamento Estratégico</b>	Justificativa acima.	Reprogramado para dezembro do ano vigente, conforme item 30 – PAINT 2016.

Fonte: arquivos da UNAI/Reitoria/IFC (janeiro/2016).

**d) Documentação e valores analisados**

Na execução de todas as Ordens de Serviço realizadas pela UNAI durante o exercício de 2015, foram analisados 95.927 documentos e em termos de valores auditados o montante R\$ 73.258.766,86 (setenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos), resultando no percentual de 61% dos valores totais das contratações do IFC, conforme quadro a seguir:

Ordem de Serviço	Documentos Analisados	Valor total	Valor analisado	% valor analisado
<b>OS nº 001/2015-RAINT/2014</b>	Não se aplica <sup>3</sup>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>OS nº 002/2015 Licitações</b>	43641	R\$ 101.104.718,64	R\$ 63.170.741,26	62,48%
<b>OS nº 003/2015 – Editais Pesquisa e Extensão</b>	5787	R\$ 2.682.140,41	R\$ 1.651.084,33	61,56%
<b>OS nº 004/2015 – Manual e Código de Ética da UNAI</b>	109 <sup>4</sup>	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>OS nº 005/2015 – Ensino - Curso Técnico em Informática</b>	11683	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>OS nº 006/2015 – Processos Licitação Operação ponto</b>	27.228	R\$ 4.872.007,50	R\$ 4.872.007,50	100%

3 Se considerarmos o total de documentos analisados no ano de 2014, podemos afirmar que foram objeto de análise da auditoria 75.491 documentos, quantia não considerada para este cálculo geral.

4 Como o trabalho foi realizado em conjunto, com a formação de equipes para cada documento, realizou-se uma média da quantia de documentos analisados por cada auditor.

<b>Final</b>				
<b>OS n° 007/2015 – Assistência Estudantil</b>	9403	R\$ 4.182.650,00	R\$793.150,00	18,96%
<b>OS n° 008/2015 – Plano de Providências Permanente – PPP</b>	8050	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>OS n° 009/2015 – Pronatec</b>	15655	R\$ 9.126.304,76	R\$ 4.422.868,10	48,46 %
<b>TOTAL</b>	<b>95.927</b>	<b>R\$ 119.285.680,90</b>	<b>R\$ 73.258.766,86</b>	<b>61,41%</b>

Fonte: RAIN'T's individuais dos auditores UNAI/IFC (janeiro/2016).

#### e) Tabela Consolidada de Atividades do PAINT/2015 (RESUMO)

Agrupamos nas tabelas abaixo, de maneira simplificada as ações que foram realizadas no transcorrer do exercício 2015. Estas atividades estão desmembradas por mês de execução no Quadro 1 do PAINT/2015.

#### Quadro 47 – Resumo de Atividades do PAINT 2015

<b>Atividades Planejadas</b>	<b>H/H</b>	<b>H/H Realizada</b>	<b>%</b>
Atividades de Auditoria	7.144	7.144	100
Atividades Administrativas	7.792	7.792	100
Atividades de Acompanhamento	3.992	2.592	65
Ações de fortalecimento da UNAI	416	416	100
Capacitação	1.872	641	34
Reserva Técnica	2.496	2.496	100
<b>Total</b>	<b>23.712</b>	<b>21.081</b>	<b>89%</b>

#### Quadro 48 - Atividades de Auditoria

<b>Item do PAINT/ 2015</b>	<b>Descrição Sumária</b>	<b>H/H</b>	<b>H/H Realizada</b>	<b>Ordem de Serviço</b>
04	Auditoria no Programa de Assistência ao Educando.	1.656	1.656	OS-007
09	Auditoria nos processos de aquisição de bens e serviços.	672	672	OS-002
13	Auditoria no Pronatec.	1.864	1.864	OS-009
17	Auditoria na PROEN - Área Pedagógica – Atividade-Fim. (Curso Técnico em Informática)	2.280	2.280	OS-005
26	Auditoria nas descentralizações de crédito. (interna e externa)	672	672	OS-003
<b>Total H/H</b>		<b>7.144</b>	<b>7.144</b>	<b>100%</b>

#### Quadro 49-Atividades Administrativas

<b>Item do PAINT/</b>	<b>Descrição Sumária</b>	<b>H/H</b>	<b>H/H Realizada</b>	<b>%</b>
-----------------------	--------------------------	------------	--------------------------	----------

2015				
1	Elaboração do RAIN/2014.	1.032	1032	100
2, 7, 11, 15, 20, 24, 28, 32	Desenvolvimento de atividades administrativas, planejamento, relatoria, emissão de relatórios, outros.	6.240	6.240	100
23	Elaboração do PAINT/2016.	520	520	100
<b>Total H/H</b>		<b>7.792</b>	<b>7.792</b>	<b>100</b>

#### Quadro 50 - Atividades de Acompanhamento

Item do PAINT/ 2015	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
10	Acompanhamento da Auditoria Anual de Contas (CGU/TCU), Decisão Normativa TCU nº 140 de 15/10/2014.	520	520	100%
22	Acompanhamento dos Planos de Providências Permanente do TCU/CGU/UNAI.	2.072	2.072	OS-008
30	Acompanhamento da Execução do Orçamento/2015.	208	-	
31	Acompanhamento do Planejamento estratégico do IFC.	1.192	-	
<b>Total H/H</b>		<b>3.992</b>	<b>2.592</b>	<b>65%</b>

#### Quadro 51-Ações de Fortalecimento da UNAI

Item do PAINT/ 2015	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
6 e 18	Ações de fortalecimento da UNAI.	416	416	100
<b>Total H/H</b>		<b>416</b>	<b>416</b>	<b>100%</b>

#### Quadro 52- Capacitação

Item do PAINT/ 2015	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
5, 14, 19 e 27	Atualizar e capacitar os servidores que desenvolvem atividades na UNAI, por meio da participação em Fóruns (FONAI), cursos ou reuniões de trabalho.	1.872	641	34%
<b>Total H/H</b>		<b>1.872</b>	<b>641</b>	<b>34%</b>

#### Quadro 53- Reserva Técnica

Item do PAINT/ 2015	Descrição Sumária	H/H	H/H Realizada	%
3, 8, 12, 16, 21, 25, 29 e 33	Reserva técnica. (incluimos aqui a execução da OS-006)	2.496	2.496	100
<b>Total H/H</b>		<b>2.496</b>	<b>2.496</b>	<b>100</b>

f - Recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não

**implementadas na data de elaboração do RAINTE;** (art. 15, VII da IN/SFC/CGU nº 024/2015)

Anualmente, a UNAI faz o monitoramento das recomendações constantes em seu PPP – Plano de Providências Permanente (item 22 do PAINT), e em 2015 foi feito através da OS 008/2015 (acompanhamento do PPP da UNAI). Com a conclusão dos trabalhos, verificou-se que apesar de serem necessárias algumas **reiteraões** nas recomendações já efetuadas, pelo não atendimento pleno, de maneira geral observamos, conforme tabela abaixo, que apresenta um índice de 81,3% de atendimento às recomendações desta UNAI/Reitoria, uma evolução de 26% de aumento de resolutividade comparado ao quadro do RAINTE/2014, demonstrando o reconhecimento e o esforço dos gestores em melhor gerir suas unidades, buscando atender as necessidades da Instituição e dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas auditadas, que muitas vezes não o fazem melhor por falta de definição e formalização de rotinas e fluxos processuais, de pessoal e capacitação, merecendo atenção especial dos gestores de todas as áreas com relação a isto.

Nota-se uma evolução significativa no índice do *campus* Rio do Sul que teve seu percentual de atendimento de ínfimos 0,36% em 2014, motivados pela não manifestação e comprovação das ações tomadas para atender as recomendações desta UNAI, para 89,5% (média da unidade urbana e sede).

Cabe esclarecer que a UNAI criou para a fase de monitoramento o status “ARQUIVADO PELO NÃO ATENDIMENTO”, representando as recomendações efetuadas pela UNAI e já foram reiteradas pelo não atendimento, e que foram para análise pela 3ª vez da UNAI, sem uma ação efetiva e resolutiva por parte do gestor. Estes itens serão retirados do Plano de Providências Permanente, passando a ter tratamento diferenciado desta UNAI junto aos gestores na busca de soluções.

**Quadro 54 - Índices de atendimento das recomendações referentes à OS-008/2015 (Plano de Providências permanente):**

<i>Campus</i>	Recomendações	Atendida	Reiterada Pelo Não Atendimento Pleno	Arquivado Pelo Não Atendimento	Índice de Atendimento (%)
<b>Reitoria</b>	260	185	59	16	71,15%
<b>Araquari</b>	262	203	32	27	77,48%
<b>Blumenau</b>	89	39	38	12	43,82%
<b>Brusque</b>	24	19	05	-	79,16%
<b>Camboriú</b>	792	713	65	14	90,03%
<b>Concórdia</b>	171	145	26	-	84,80%
<b>Fraiburgo</b>	28	28	-	-	100%
<b>Ibirama</b>	103	102	01	-	99%
<b>Luzerna</b>	132	114	18	-	86%
<b>Rio do Sul (sede)</b>	602	576	28	-	95,68%
<b>Rio do Sul (unid. urbana)</b>	06	05	01	-	83,33%
<b>Santa Rosa do Sul</b>	269	122	133	14	45,35%
<b>São Francisco do Sul</b>	18	08	01	09	44,44%

<b>Sombrio</b>	38	21	07	10	55,26%
<b>Videira</b>	137	103	34	-	75,18%
<b>Totais</b>	<b>2.931</b>	<b>2.383</b>	<b>448</b>	<b>102</b>	<b>81,3%</b>

Fonte: relatórios recebidos dos auditores da UNAI para composição do plano de providências permanentes (2015) atualizados na presente data (janeiro/2016).

Os trabalhos realizados nas OS's emitidas em 2015, propiciaram emitir recomendações estruturantes de caráter geral ao IFC (as OS' s sequenciais que foram excluídas tratam-se de itens sem recomendações), que abaixo relacionamos, não dispensando as constantes nos relatórios individuais emitidos para cada *campus*.

### **1) Recomendações gerais contidas no relatório consolidado OS 002/2015:**

- a) revisar, adequar e criar editais, manuais, rotinas, normativas e sistemáticas de controle em todos os *campus* / Reitoria do IFC, de maneira que os procedimentos relacionados a Licitações, contratos, execução e fiscalização, em cada área de competência fiquem claros e unificados;
- b) buscar no IFC, um planejamento mais consistente das ações tocantes a aquisições/contratações, tendo como objetivo o atingimento das metas previstas no planejamento estratégico do IFC e TAM – Termo de Acordo de Metas e compromissos;
- c) Orientar aos setores do IFC, que nos pedidos, as motivações e razões para a realização das aquisições/contratações, devem ser fundamentadas, de maneira evidenciar o porquê? para quê? e os benefícios que trarão à instituição, preferencialmente que possam ser mensuráveis, conforme preceitua dentre outras a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e o Manual de Procedimentos para a Contratação de Bens e Serviços pelos Órgãos Públicos Federais/2012, da AGU;
- d) que seja observado pelos gestores o atendimento do princípio da segregação de funções;
- e) Viabilizar a capacitação constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas de planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária e, em especial, fiscalização contratual;
- f) Efetuar levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária e fiscalização, adequando-os às necessidades da Reitoria e de cada *campus*.

### **2) Recomendações gerais contidas no relatório consolidado OS 003/2015:**

- a) Discutir os editais de descentralização de créditos elaborados pelas Pró-reitorias aos *campus*, envolvendo os setores envolvidos antes de serem divulgados, de modo a parametrizar os procedimentos;
- b) Disponibilizar nos editais de descentralização, como anexo, modelo padrão de prestação de contas, tanto da parte orçamentária, quanto do atingimento do objeto.
- c) Criar normativa interna quanto à obrigatoriedade do beneficiado com os recursos descentralizados, a fim de que elaborem processo único de prestação de contas, contendo toda a documentação relativa aos gastos efetuados e atingimento dos objetos.

### **3) Recomendações gerais contidas no relatório consolidado OS 005/2015:**

- 1 - Adoção de sistema de controle acadêmico único para todo o IFC;
- 2 - Propor melhoria da Resolução CONSUPER IFC nº 028/2012 em relação aos prazos de tramitação dos PPCs dos cursos que já foram aprovados, mas que retornam à Reitoria para adequações específicas, buscando dar maior celeridade processual;
- 3 - Aproximação da PROEN/Reitoria com os *campus*, no sentido de auxiliar a condução do curso em relação aos propósitos constantes nos PPCs, por meio de visitas de avaliação periódica;
- 4 - Promover pela PROEN/Coordenação Geral das bibliotecas, a capacitação dos profissionais bibliotecários no sistema PERGAMUM BIBLIOTECA, a fim de possibilitar o conhecimento e a utilização de todas as ferramentas que o sistema disponibiliza;
- 5 - Implantar estratégias para acompanhamento mensal dos planos de ensino e preenchimento dos diários de classe;
- 6 - Criar mecanismos de visita nos *campi* para verificar a compatibilidade das Atividades Pedagógicas com o Projeto Pedagógico aprovado no Conselho Superior;
- 7 - Criar Instrução Normativa que subsidie o Coordenador de Curso e seu NDB avaliar anualmente/semestralmente, a avaliação interna do curso;
- 8 - Em parceria com a PROEX aperfeiçoar a normatização que diz respeito ao estágio, principalmente no que se refere ao arquivamento das documentações,
- 9 - Criação de mecanismos pela Coordenação Geral das bibliotecas em parceria com a Direção-Geral de cada *campus* que agilize a aquisição dos livros constantes no PPC, respeitando a Organização Didática dos cursos Técnicos de Nível Médio, 084, no mínimo três referências básicas e cinco complementares;
- 10 - Aproximação da PROEN/Coordenação Geral das bibliotecas com os *campi* a fim de criar mecanismos de controle para verificar a organização dos livros em cada *campus* bem como se o acervo disponível está catalogado no sistema Pergamum;
- 11 - A PRODHS em parceria com a Direção-Geral de cada *campus* e PROEN formulem um plano de implantação/melhoria de espaços de convivências nos *campi*;
- 12 - Criar documentos norteadores, através da emissão de notas técnicas, sobre as questões mais deficitárias verificadas nesta auditoria:  
Inclusão de temas transversais no PPC;  
Acompanhamento do rendimento dos alunos, acompanhamento de como acontece a recuperação paralela, monitorias entre outros;
- 13 - Criação de um documento orientando a padronização dos documentos arquivados na secretaria, visto a importância de arquivar todos os documentos elencados no edital, dando ênfase para os documentos comprobatórios referentes às cotas;
- 14 - Aproximação da PROEN/Coordenação geral das secretarias, com os *campi*, no sentido de criar

estratégias para auxiliar e supervisionar a condução dos procedimentos realizados na secretaria acadêmica.

15 - Criar sistemática de Avaliação de Cursos, em especial para o Curso Técnico em Informática e, posteriormente, para todos os cursos técnicos ofertados pelo IFC;

16 - Buscar ampliar os critérios de acessibilidade, principalmente nos espaços onde estão instaladas as bibliotecas;

17 - Criar rotinas de revisões periódicas do PPC do curso, buscando sua constante atualização;

18 - Expedir orientações para adequação/padronização das secretarias acadêmicas visando melhoria das práticas de registros acadêmicos, principalmente relacionada com a organização dos arquivos e pastas, além de que sejam observados todos os requisitos constantes dos editais de ingresso pelos responsáveis pela secretaria acadêmica.

#### **4) Recomendações gerais contidas no relatório consolidado OS 006/2015:**

a) revisar, adequar e criar editais, manuais, rotinas, normativas e sistemáticas de controle em todos os *campi* / Reitoria do IFC, de maneira que os procedimentos relacionados a Licitações, contratos, execução, pagamento e fiscalização, em cada área de competência, fiquem claros e unificados;

b) viabilizar a capacitação constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas de planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária e fiscalização contratual;

c) promover encontros de servidores e setores envolvidos nas contratações públicas (pregoeiros, fiscais e comissões de licitação), no âmbito do IFC a fim de refinar os entendimentos, melhoria dos processos e aprimorar a fiscalização, considerando toda a especificidade das contratações que envolvem uma Instituição pública de ensino.

d) efetuar levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária e fiscalização, adequando-os às necessidades da Reitoria e de cada *campus*.

e) solicitar manifestação formal e confirmação do setor contábil de cada *campi* com relação aos valores pagos as empresas e apontados pela UNAI como irregulares;

f) buscar pelo ressarcimento dos valores pagos as empresas e apontados pela UNAI como irregulares, confirmados pelo setor contábil de cada *campi*;

g) providenciar pelos *campi* a apuração das infrações contratuais praticadas e apontadas neste relatório, pelas empresas RITNA e PONTO a PONTO, por meio de processo administrativo, permitindo ampla defesa e contraditório, aplicando as penalidades pertinentes.

h) providenciar junto a COOPAD a abertura de processo para apurar nos casos citados neste relatório, as responsabilidades dos atores por possível descumprimento do dever funcional.



**5) Recomendações gerais contidas no relatório consolidado OS 007/2015:**

- a) Criar sistemática de registro das avaliações realizadas por meio de Pareceres e/ou Atas de Avaliações;
- b) Orientar formalmente aos *campi* que observem todos os requisitos constantes dos editais de concessão. Nenhum documento pode ser omitido e nenhuma despesa declarada deve ser considerada no cálculo do IVS sem o respectivo amparo documental. Igualmente todas as rendas devem ser comprovadas em conformidade com o edital;
- c) Instituir, nos editais de concessão, da necessidade de se comprovar os beneficiários prioritários do programa, por meio de histórico escolar ou outra documentação que possibilite identificar que os estudantes são oriundos de escolas públicas ou, quando estudante de escola particular, que obteve 100% de bolsa;
- d) Orientar os *campi* para que a concessão de benefícios a estudantes com IVS superior ao estabelecido nos editais é irregular, podendo o servidor que concedeu o benefício responder a processos disciplinares;
- e) A Coordenação Geral de Assistência Estudantil/Reitoria, em conjunto com os *campus*, deve criar uma sistemática de acompanhamento das condições de vulnerabilidade durante todo o período de concessão, bem como, orientar da necessidade de visitar os domicílios para avaliar as reais condições de vulnerabilidade. As visitas podem ser realizadas a um grupo de alunos, por meio de sorteio e também contemplar os casos mais específicos que sejam de conhecimento da equipe de concessão.
- f) A Coordenação Geral de Assistência Estudantil/Reitoria, em conjunto com os *campus*, deve criar orientações/normativos sobre a correta condução dos processos de concessão, bem como de controle, de forma que seja padronizada em todo o IFC.

**6) Recomendações gerais contidas no relatório consolidado OS 008/2015:**

- a) revisar, adequar e criar manuais, rotinas, fluxos, normativas e sistemáticas de controle interno primário em todos os *campi* do IFC, de maneira que os procedimentos de cada área de competência fiquem claros, unificados e padronizados;
- b) elaborar um planejamento mais consistente de suas ações e aquisições de modo direcionar para a busca do atingimento das metas previstas no Planejamento Estratégico e Termo de Acordo de Metas;
- c) providenciar e viabilizar a capacitação (cursos, seminários, encontros de áreas, etc..) constante dos servidores que desempenham suas atividades nas áreas auditadas, em especial de gestão de pessoas, planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária, gestão e fiscalização de contratos;
- d) efetuar levantamento do quantitativo de pessoal que desempenha suas atividades nas áreas de gestão de pessoas, planejamento, licitações, execução financeira e orçamentária, gestão e fiscalização de contratos, adequando-os à necessidade de cada *campi* e Reitoria;
- e) formalizar os macroprocessos, processos e subprocessos do IFC;

f) elaborar a matriz de risco do IFC.

### **7) Recomendações gerais contidas no relatório consolidado OS 009/2015:**

Recomendação (01): publicar e manter atualizados no sítio da instituição, bem como no mural de entrada do prédio, o quadro de horários de todos os servidores que são bolsistas do Pronatec, atendendo ao art. 15, § 3º da Resolução nº 04 do CD/FNDE e artigo 9º da Resolução CONSUPER nº 062/2012;

Recomendação (02): acompanhamento efetivo por parte das coordenações adjuntas e geral do programa e chefias imediatas, quanto ao cumprimento da jornada de trabalho e sobreposição de horários dos servidores que recebem bolsa do Pronatec;

Recomendação (03): criar normativa específica que trate da criação, trâmite, análise e aprovação dos Projetos de Criação de Cursos - PCC e Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC na modalidade FIC/PRONATEC, antes de iniciados;

Recomendação (04): estabelecer procedimentos administrativos e de controle interno, com vistas a segregar funções e assegurar a efetividade dessa segregação, em obediência ao previsto no inciso IV, do item 3, da Seção VIII, do Capítulo VII, da IN/SFC nº 01/2001 e diversos acórdãos da corte de contas;

Recomendação (05): inserir nos próximos editais de seleção de bolsistas, que as atividades acadêmicas e administrativas (secretaria, orientação, supervisão, etc...), devam ser realizadas, nos dias/horários em que o curso for ofertado, a fim de possibilitar aos docentes e alunos o apoio necessário às atividades, a cargo deste colaborador/bolsista;

Recomendação (06): abster-se de autorizar pagamentos integrais a estudantes que, no âmbito do Pronatec, não possuam frequências integrais, realizando as devidas compensações das faltas registradas nos diários de classe, considerando para fins de pagamento, os dias efetivamente cursados pelos alunos no respectivo mês;

Recomendação (07): realizar referencial objetivo, para calcular o custo médio dos valores pagos a título de auxílios PRONATEC (ex. Lanches);

Recomendação (08): orientar aos responsáveis pelo pagamento, que seja registrado, nos documentos relativos ao programa (NE, OB, etc..), todas as informações necessárias à identificação integral do pagamento, em especial o nome dos cursos Pronatec relativos as bolsas pagas a servidores e dos auxílios pagos aos estudantes;

Recomendação (09): criar, normativas, rotinas, sistemáticas de controle e fiscalização, de modo padronizar e propiciar o atendimento tempestivo, das orientações contidas na Resolução nº 04 do CD/FNDE e Resolução Consuper nº 062/2012;

Recomendação (10): encaminhar à COOPAD, para abertura dos devidos procedimentos apuratórios de responsabilidades dos atores envolvidos nas constatações elencadas neste relatório, a seguir:

-Campus Blumenau: Constatação 1, recomendação 1, (Pág. 73).

-Campus Brusque: Constatação 1, recomendação 1, (Pág. 75).

Constatação 7, recomendação 2, (Pág. 78);

Recomendação (11): dar conhecimento e orientações devidamente formalizadas, quanto à legislação do Pronatec a todos os bolsistas.

*4.2.4 - Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;*

Em termos de redesenho na estrutura organizacional da UNAI, durante o exercício de 2015, tivemos a nomeação de 02 (dois) auditores da equipe para exercerem, além de suas atividades, as funções de coordenadores de Auditoria e Risco, sem gratificação.

É um fato bastante positivo, visto que o auditor chefe pode delegar a criação de programas de trabalhos, QACI's (questionários de avaliação de controles internos) e matriz de risco da UNAI, aos coordenadores nomeados, devendo estes assumir as responsabilidades atribuídas às suas áreas. Possibilitando uma maior participação nas atividades de criação da equipe UNAI e consequente desoneração do auditor chefe, viabilizando ações mais gerenciais.

### 4.3 - ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E DE APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.

Execução das atividades de correição para fins de demonstração da execução das atividades de correição na Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares (COOPAD) destacamos, conforme **Quadro 81**, os principais eventos apurados e as providências adotadas, no que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que sejam capazes de impactar o desempenho no âmbito do IFC.

Em relação ao registro das informações relativas a procedimentos disciplinares aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU n.º 1.043, de 24 de julho de 2007, notadamente no que se refere ao prazo de 30 dias para sua inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares-CGUPAD, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, informamos que o IFC está em conformidade com o prescrito na referida portaria.

Em relação ao quantitativo de eventos apurados e providências adotadas, destacamos que na COOPAD no ano de 2015 foram trabalhados em 40 eventos, destes onze (11) Sindicâncias e vinte e nove (29) Processos Administrativos Disciplinares (PAD), que resultaram em duas (02) advertência, cinco (5) suspensão, uma (01) demissão, quinze (15) arquivamentos e dezessete (17) processos estão em andamento, sendo que destes, 11 foram considerados como impactantes no desempenho, afetando os macroprocessos finalísticos da instituição.

### 4.4 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O Instituto Federal Catarinense vem buscando a sua estruturação e adequação administrativa e pedagógica, encontrando ainda várias dificuldades, seja pela necessidade de adequação do modelo gerencial, com a criação de novos setores, seja pela adequação a força de trabalho existente e a chegada de novos servidores via concurso público.

Os controles internos, de maneira não diferente, vêm passando de forma lenta e gradativa por esse processo de reestruturação e aperfeiçoamento, **necessitando ainda uma revisão e a criação de resoluções, rotinas e manuais de procedimentos de controle interno primário em praticamente todos os setores**, para propiciar ao gestor a garantia e tranquilidade de que suas ações estão de acordo com as boas práticas da administração pública.

A maioria das medidas tomadas pela gestão é corretiva e não efetivamente de controle, ocasionando assim a repetição de impropriedades. Em que pese o esforço de alguns gestores, o IFC **ainda não possui uma cultura de controle interno consolidada**, necessitando aperfeiçoar estas ferramentas, que exerce papel fundamental na legitimação das ações necessárias para implementação das políticas institucionais.

Com os trabalhos realizados pela UNAI, pode-se verificar que ainda persiste no IFC, ausência dos macroprocessos, processos e subprocessos devidamente definidos e formalizados, carência de capacitação, uniformidade de procedimentos, matriz de risco, manuais, rotinas, fluxogramas, normativas e sistemáticas de controle, **demonstrando fragilidades e até mesmo ausência de controles internos primários**, o que dificulta a governança e mitigação dos riscos.

Considera-se que o IFC precisa, a nível de gestão, realizar ações conjuntas (Reitoria e *campi*) na melhoria dos controles, de modo mitigar as fragilidades institucionais principalmente na PROAD e PROEN, que podem ocasionar prejuízos morais e organizacionais, caso não corrigidas e implantadas de forma unificada inspirando o *compliance*.

**4.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA.**

Não houve contratação de empresa de auditoria independente.

## 5 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 5.1 - CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Os principais canais de acesso do cidadão são: Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Ambos os serviços são geridos pelo ouvidor e estão localizados no mesmo ambiente. Localização: Na sala térrea do prédio da reitoria à rua das missões nº 100, Ponta aguda, Blumenau-SC.

Existem 03 (três) meios de acesso/contato com a ouvidoria e o SIC:

- 1) A distância (via internet): através do e-mail [ouvidoria@ifc.edu.br](mailto:ouvidoria@ifc.edu.br) ou através do portal e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal). E, ainda, para acessar o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) o *link* encontra-se disponível no site do IFC (<http://ifc.edu.br/>);
- 2) A distância (via contato telefônico): a ouvidoria pode ser acessada diretamente através dos números (47) 8885-6574 e (47) 3331-7800;
- 3) Pessoalmente: todos os servidores e usuários dos serviços do IFC podem solicitar um atendimento pessoal com o ouvidor na sala de atendimento da ouvidoria ou em uma de suas visitas aos diversos *campi* da instituição.

Desde o início das atividades da ouvidoria e do SIC, em Julho de 2012, já foram emitidos 03 (três) relatórios anuais de atividades abrangendo os exercícios de 2012, 2013 e 2014.

#### Quadro 55 - Dados gerais das demandas recebidas pela Ouvidoria

Nº. de Demandas Recebidas	Nº. de Demandas Atendidas	Nº. de Demandas em Andamento
A soma das demandas via e-mail e via sistemas e-SIC e e-OUV totalizaram 422.	422 atendidas.	Nenhuma se encontra pendente.

#### Quadro 56 - Descrição sintética das demandas da Ouvidoria

Descrição Sintética das Demandas	Data de Recebimento	Data de Atendimento	Encaminhamento Dado	Resultado Alcançado
<b>Denúncias:</b> 1- Aços em contradição com normas vigentes 2-Uso indevido de carro oficial 3- Pedido de agendamento 4- Sumiço de material	2015	Todas foram atendidas dentro do prazo de 20 dias ou prorrogadas para 30 dias conforme previstos pela L.A.I (Lei de acesso à informação).	Levantar fatos e contatar envolvidos; Disponibilização de dados e informações.	Tema já tratado na instância devida ; Má interpretação dos fatos; Não compareceu; Demanda atendida.
<b>Reclamações:</b> As reclamações derivaram-se da falta de clareza nos editais e da dificuldade de se encontrar informações no site.	Uniforme ao longo do ano.	No máximo 72 horas após a demanda	Cheragem da procedência e atendimento específico de cada demanda.	Satisfação do demandante expressa em seu agradecimento ou ausência de retorno
<b>Podido de informação:</b> Devem-se à não assimilação pela	Mais frequente no	Sempre antes do prazo de	Imediata busca interna da informação requerida	Satisfação do demandante expressa

população em geral da marca IFC e pouca divulgação de nossas mídias.	início e ao final de ano letivo.	20 dias da LAI.	e sua disponibilização ao demandante	em seu agradecimento e/ou ausência de retorno.
<b>Sugestões, Críticas e Consultas;</b> São categorizadas para efeito estatístico, possuem, entretanto, o mesmo teor e peso das classificações principais.	Ao longo do ano.	No prazo legal da LAI.	Mesmo encaminhamento dado nos casos em que ocorre a mesma solicitação repetidamente.	Satisfação do demandante expressa em seu agradecimento e/ou ausência de retorno

## 5.2 - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Embora se tenha feito um esboço da “Carta de Serviço ao Cidadão”, consideramos que ela ainda está em processo de elaboração em razão de sua complexidade expressa no propósito aparentemente inconciliável de:

- 1- Ser simples para que todo cidadão possa ler e entender todos os serviços que a instituição presta e ao mesmo tempo;
- 2- Ser abrangente ao ponto de fornecer todos os detalhes pormenorizados destes serviços, atuando como um guia ou manual de procedimentos para localizar, acessar e obter a prestação de todos estes serviços oferecidos pela instituição a este cidadão.

Procuramos modelos de cartas de outras instituições e nos deparamos com este dilema, aquelas que eram simples e objetivas não foram aceitas pela CGU e aquelas que mais parecem uma tese de doutorado não são acessíveis ao cidadão comum.

Entendemos que para elaborar a Carta do Cidadão dentro dos critérios de simplicidade e abrangência recomendadas, é necessário que os macroprocessos finalísticos, de suporte e gerenciais estejam mapeados.

O mapeamento dá visibilidade sobre o fluxo e responsabilidade das atividades dos respectivos processos. Esta visibilidade é fator fundamental para que cada setor possa perceber, entender e descrever os serviços que presta aos cidadãos.

O IFC não realizou até o momento a identificação e o mapeamento dos seus processos. No entanto, já há uma iniciativa embrionária de utilização da ferramenta BPM-Business Process Management para gerenciamento dos processos do IFC, surgida a partir da participação de servidores da reitoria e dos *campi* nas oficinas sobre BPM da XI Semana Orçamentária da ESAF.

Alguns servidores já estão focados em propor a implantação da ferramenta e exercitando-a através do mapeamento de suas próprias atividades. Estas iniciativas pontuais já estão gerando fluxos e padronizações das atividades que estão permitindo descrever alguns serviços dentro dos padrões recomendados para a carta de serviços.

É o caso exemplificativo do serviço de Cadastramento de Fornecedores no SICAF, cujas orientações estão disponibilizadas no site, na página <http://dap.ifc.edu.br/category/servicos/cadastro-no-sicaf/>

Portanto, os princípios da Carta de Serviços ao Cidadão estão sendo internalizados pelo IFC e há iniciativas pontuais sendo implementadas. A estratégia adotada para a consecução deste objetivo é implementar o BPM e na medida em que os processos vão sendo mapeados, deverão ser também descritos e disponibilizados aos cidadãos.

## 5.3 - AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Pelo fato de ainda não ter sido possível aplicar meios mais precisos para mensurar o grau de satisfação do usuário em nossas unidades, prosseguimos usando a observação e contagem do

número de recursos registrados no sistema e-SIC, e-OUV e dos retornos de e-mails e/ou telefonemas da ouvidoria e através do *feedback* da interação direta com os usuários.

#### **5.4 - MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE**

Esta demanda é atendida através da publicação periódica no site da instituição, de documentos públicos e ações rotineiras de interesse geral, especialmente daquelas que já tenham sido objeto de reclamação frequente na própria ouvidoria ou de solicitação de informação no próprio SIC - Serviço de Informação ao Cidadão. Em virtude disso, se tornou mais evidente a necessidade e urgência da necessidade de sua disponibilização antes mesmo da manifestação do cidadão.

#### **5.5 - MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES**

- Presença de intérpretes e tradutores/as de libras efetivos/as na instituição;
- Realização de palestras de sensibilização/conscientização sobre a convivência com pessoas com deficiência, nas quais foram abordadas a temática da deficiência/necessidade específica, a inclusão social e outros aspectos relacionados;
- Garantia de condições especiais de prova para os candidatos de concursos e processos seletivos da instituição (docentes, técnicos administrativos, discentes);
- Orientações quanto a adaptação de materiais para alunos com baixa visão/cegueira (conforme solicitação dos estudantes);
- Avaliação multiprofissional no ingresso de servidores com deficiência/necessidade específica para posterior orientação às unidades de lotação quanto às adaptações necessárias para garantir a acessibilidade;
- Publicação de textos sobre inclusão, acessibilidade e tecnologias assistivas no Informativo IFC;
- Disponibilização de site acessível para pessoas com baixa visão;
- Averiguação da acessibilidade das estruturas já existentes nos *campi*, e possível reestruturação para atender a acessibilidade, segundo a ABNT, buscando o preceito de ir e vir e de educação para todos.
- Os projetos de engenharia e arquitetura de edificações novas são elaborados de acordo com as normas de acessibilidade.



## **6 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **6.1 – DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO**

Não há conteúdo a declarar.

O recebimento de financeiro para o IFC é uma consequência das liquidações realizadas. Eventuais contingenciamentos, limitações de gastos, dentre outros, ocorrem na esfera orçamentária e não financeira.

### **6.2 - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

O Instituto Federal Catarinense conta com 15 campus divididos em campus, campus em implantação e campus avançados e, pela quantidade de unidades gestoras, não está aplicando, de forma global, os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão) e NBC T 16.10 (estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público). A entidade não possui um sistema adequado para gerenciamento e controle dos itens do ativo imobilizado, motivo pelo qual não atende os dispositivos contidos nas normas de contabilidade. Está prevista a implantação o sistema SIPAC até abril de 2017, que tem o intuito de emitir informações gerenciais bem como realizar a depreciação dos bens móveis de forma padronizada em todos os campus do IFC. Além disto, Encontra-se em fase de construção um manual sobre a reavaliação de bens, para padronizar a sistemática de estimativa de vida útil econômica dos ativos.

Atualmente, apenas o campus de Araquari utiliza metodologia para o cálculo da depreciação através do sistema SIGA-ADM. Abaixo, seguem as informações referentes ao campus:

Os bens móveis ingressados desde janeiro de 2014 são depreciados. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia do calculo e taxas utilizadas são definidas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção, no entanto como não temos um sistema de controle que proporcione informação fidedigna, não é realizada a baixa de valores de material de consumo.

Em relação à amortização, algumas unidades fazem apenas o controle de amortização de aplicativos Softwares pelo critério temporal.

### **6.3 - SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE**

O Instituto Federal Catarinense não possui um sistema de gerenciamento de custos sobre a execução orçamentária. Desta forma, não há a apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas. Entretanto, a administração pública federal controla os custos através do Sistema de Informação de Custos (SIC). Atualmente, o IFC não possui acesso ao SIC.

A importância da apuração de custos se dá na verificação de itens que possam trazer melhoria dos serviços destinados à população, bem como proporciona instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso dos recursos públicos. Tem por objetivo ainda, subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público.

#### **6.4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS**

As demonstrações contábeis exigidas pela lei nº 4320/1964 e notas explicativas devem ser emitidas apenas por entes federais que não executarem sua contabilidade SIAFI (Lei nº 4320/64, NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1133/2008)

## 7 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 7.1 GESTÃO DE PESSOAS

#### 7.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

**Quadro 57 - Força de Trabalho da UPC**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	1800	1478	191	109
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1800	1478	191	109
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1796	1474	189	107
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	01	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	02	02	02	02
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	01	00	00
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	287	116	67	124
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	Não há	Não há	Não há	Não há
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	2087	1594	258	233

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

**Quadro 58 - Distribuição da Lotação Efetiva**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	780	698
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	780	698
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	777	697
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	116
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	780	814

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

**Quadro 59** – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1.Cargos em Comissão</b>	95	94	18	16
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	95	94	18	16
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	93	92	18	16
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	01	01	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	01	01	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2.Funções Gratificadas</b>	267	258	84	79
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	267	258	84	79
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Funções Comissionadas Coordenação de Curso - FCC</b>	98	73	31	22
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	98	73	31	22
<b>4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)</b>	460	425	133	117

Fonte: SIAPE/DGP-IFC

### 7.1.2 – Demonstrativo de Despesa do Pessoal

A seguir, são apresentadas as informações acerca de Despesas do Pessoal, no exercício de 2015.

#### Quadro 60 – Demonstrativo de Despesa do Pessoal

##### Demonstrativo de Despesa do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00
<b>Servidores de Carreira vinculados ao órgão da Unidade Jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	111.742.102,83	5.875.759,95	10.707.318,53	4.616.561,64	9.091.316,24	2.804.480,20	410.162,64	118.926,76	452.539,11	R\$ 145.819.167,90
	2014	88607126,91	5.336.336,79	9.329.688,44	3.578.889,54	8.532.924,19	2.475.367,32	378.182,53	125.557,44	762.933,89	R\$ 119.127.007,05
<b>Servidores de carreira SEMVINCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	-	90.631,44	7.552,62	2.517,53	33.772,40	3.292,20	-	-	-	R\$ 137.766,19
	2014	-	76.905,91	7.011,23	1.124,14	18.344,00	3.292,20	-	-	-	R\$ 106.677,48
<b>Servidores SEMVINCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00
<b>Servidores Cedidos com Ônus</b>											
Exercícios	2015	888.712,83	-	75.999,67	38.100,67	31.332,00	3.318,48	-	399,96	1.490,52	R\$ 1.039.354,13
	2014	809.837,62	-	74.881,86	44.614,82	33.647,53	5.302,62	-	-	1.490,52	R\$ 969.774,97
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2015	5.049.217,00	-	434.073,19	538.655,97	542.618,49	-	-	-	-	R\$ 6.564.564,65
	2014	4.925.246,18	-	417.816,37	358.984,65	572.233,91	-	-	-	-	R\$ 6.274.281,11

### 7.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.

Como risco podemos considerar o quantitativo e a distribuição de cargos, tanto de Técnicos Administrativos em Educação, quanto de Docentes, além da matriz de distribuição das funções e cargos comissionados.

O Decreto nº 7.311/2010, dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação.

Atualmente, o limite do quantitativo de cargos efetivos do quadro de lotação dos cargos de Técnico-administrativos em Educação do Instituto Federal Catarinense é o constante na Portaria Interministerial nº 161/2014, publicada no DOU de 22/05/2014, conforme abaixo:

**Quadro 61** – Quantitativo de cargos efetivos de TAEs

Nível de Classificação	Quantitativo limite
C	148
D	410
E	316
Total	874

Em paralelo ao quantitativo de cargos por nível de classificação, definido pelo Decreto nº 7.311/201 e pela Portaria Interministerial nº 161/2014, é necessário ainda considerar o “Modelo” de cargos, definido pelo MEC, com o quantitativo de vagas por cargo para cada Instituição. Este modelo está aquém das necessidades institucionais e não contempla os cargos de maior demanda:

Os cargos com maior demanda e em quantidade insuficiente são:

**Quadro 62** – Quantitativo de cargos efetivos de TAEs por nível de classificação

Nível de Classificação	Cargo
C	Assistente de Alunos
	Auxiliar de Biblioteca
	Auxiliar em Administração
D	Assistente em Administração
	Técnico em Agropecuária
	Técnico em Tecnologia da Informação
E	Administrador
	Bibliotecário
	Analista de Tecnologia da Informação
	Pedagogo/Área
	Psicólogo/Área
	Técnico em Assuntos Educacionais
Tecnólogo/Formação	

Em relação ao quantitativo de docentes, o Decreto nº 7.312/2010, com alterações dadas pelo Decreto nº 8.259/2014, por sua vez, dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados

ao Ministério da Educação, constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a [Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012](#), efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor-equivalente, computados multiplicando o quantitativo de professores pelo fator correspondente, observados os seguintes parâmetros:

**Quadro 63** – Quantitativo de docentes

Cargo	Vínculo	Regime de Trabalho	Fator
Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Efetivo	40 horas	1
		Dedicação Exclusiva	1,59
		20 horas	0,67
Professores Titulares-Livres	Efetivo	40 horas	1,96
		Dedicação Exclusiva	4,43
		20 horas	1,20
Professores Substitutos e Visitantes	Temporário	40 horas	1
		20 horas	0,67

Atualmente, o limite Banco de Professor-equivalente do Instituto Federal Catarinense é 1.843,93, conforme Anexo do Decreto nº 7.312/2010, com redação dada pelo Anexo II do Decreto nº 8.259/2014.

Em relação ao número de servidores lotados e em exercício no Instituto Federal Catarinense, os quantitativos estão aquém do ideal, frente às necessidades institucionais, visto que frequentemente recebemos solicitação tanto dos *campi* quanto da Reitoria para novos provimentos, especialmente para Técnico-administrativos.

No que se refere a possíveis impactos decorrentes de afastamentos de servidores sobre a força de trabalho disponível, temos que estes impactos são mais frequentes em relação ao quadro de servidores técnico-administrativos, visto que para esta categoria não há reposição decorrente de afastamentos. Por outro lado, para os docentes, existe a possibilidade de contratação de professores substitutos em virtude de vacância do cargo, afastamento ou licença na forma do regulamento ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor-geral de Campus.

Ainda, como risco podemos considerar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, principalmente referente aos níveis C e D. Há elevada rotatividade nos cargos destes níveis em função da baixa remuneração e pouca perspectiva na carreira. Outro item é o valor dos benefícios como auxílio-alimentação e auxílio-creche, que apresenta defasagem se comparados com outros poderes da União, como o legislativo e Judiciário, além de orçamento insuficiente para cursos e capacitações. Diante disto, é difícil para a Instituição reter pessoas com competências para desempenhar as tarefas necessárias para o alcance dos objetivos institucionais.

Outro ponto que podemos considerar como risco é a alta demanda judicial em matéria de pessoal em virtude de legislação precária e falta de normas e procedimentos apropriados. Ainda, vale citar que o sistema disponível para processamento de rotinas de pessoal não atende às necessidades de controle e gerenciamento.

### 7.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

**Quadro 64** - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	38	55	54	52	R\$ 385.363,18
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	38	55	54	52	R\$ 385.363,18
<b>2. Nível Médio</b>	9	21	22	23	R\$ 84.173,31
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	9	21	22	23	R\$ 84.173,31
<b>3. Total (1+2)</b>	47	76	76	75	R\$ 469.536,49

**Fonte:** SIAPE/DGP-IFC

### 7.1.5 Contratação de Consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

O IFC não trabalha com a contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. As ações de internacionalização são feitas pela Assessoria de Relações Internacionais

## 7.2 GESTÃO DE PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

### 7.2.1 - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

#### a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

##### **Araquari**

A Direção-Geral do *Campus* instituiu através da Portaria nº 207/IFC-*Campus* Araquari/2010 publicada em 03/12/10 o Regulamento dos Procedimentos Gerais para Utilização de veículos oficiais do IFC – Campus Araquari.

<http://portarias.arauvari.ifc.edu.br/portaria-202010-procedimentos-gerais-para-utilizacao-dos-veiculos-oficiais-no-ambito-do-instituto-federal-catarinense-campus-araquari/>

##### **Blumenau**

Resolução *Ad Referendum* Nº 003/2011/Conselho Superior/14/02/2011 – Regulamento Para Uso de Veículos Oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

##### **Brusque**



Estatuto do IFC, agosto/2009, Título VI – Do Patrimônio.

Resolução nº 001, de 02 de maio de 2011, Conselho Superior do IFC.

Resolução Ad Referendum nº 003, de 14 de fevereiro de 2011, do Conselho Superior – Regulamento Para Uso de Veículos Oficiais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

Resolução Ad Referendum nº 012, de 22 de junho de 2010, do Conselho Superior, Título IV – Da Comunidade Escolar, Capítulo IV – Dos Recursos Materiais.

### **Camboriú**

Resolução Ad Referendum nº 003/2011/Conselho Superior/IFC de 14 de fevereiro de 2011.

### **Concórdia**

O IFC Campus Concórdia segue as normas da Resolução Ad Referendum nº 003/2011/Conselho Superior/14/02/2011 e Decreto nº 6.403/2008, Instrução Normativa nº 03/2008/SLTI/MPOG, alterada pela Instrução Normativa nº 01/2009/SLTI/MPOG que regulamentam o uso de veículos oficiais do Instituto Federal Catarinense e demais legislações pertinentes.

São emitidas ordens de serviço, pelo Gabinete/Direção-Geral do Campus, para autorizar servidores que necessitam utilizar veículos oficiais, exceto para o motorista de cargo efetivo ao qual a atribuição do cargo de motorista isenta a emissão da ordem de serviço. As ordens de serviço expedidas determinam o veículo a ser utilizado, percurso e período da utilização.

### **Fraiburgo**

A utilização dos veículos oficiais é regulamentada pela Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 aonde na qual regulamenta a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais do Governo Federal. A gestão de frota e controles são baseadas nas seguintes leis e normativas: Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, e Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

### **Ibirama**

Decreto nº 6.403/2008, Instrução Normativa nº 03/2008/SLTI/MPOG, alterada pela Instrução Normativa nº 01/2009/SLTI/MPOG e demais legislações pertinentes.

### **Luzerna**

É publicado no site institucional, mensal, relatórios de despesas e quilometragem rodada de cada veículo, bem como os documentos necessários para a condução da frota institucional.

*URL de disponibilização:* <<http://infraestrutura.luzerna.ifc.edu.br/category/transporte/>>

### **Rio do Sul**

Aderimos a RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 003/2011/CONSELHO SUPERIOR 14/02/2011 e o Decreto Nº 6.0403 de 17 de março de 2008 para normatizar a utilização.

### **Santa Rosa do Sul / Sombrio**

Decreto nº 67.326, de 05/10/1970;

Lei nº 9.327, de 09/12/1996;  
 Resolução CONTRAM nº 231, de 15/03/2007;  
 Decreto nº 6.403, de 17/03/2008;  
 Instrução Normativa do MPOG nº 03, de 15/05/2008;  
 Estatuto do IFC, agosto/2009, Título VI – Do Patrimônio;  
 Resolução *Ad Referendum* nº 012/2010/Conselho Superior do IFC, de 22/06/2010, Título IV  
 – Da Comunidade Escolar, Capítulo IV – Dos Recursos Materiais;  
 Resolução *Ad Referendum* nº 003/2011/Conselho Superior do IFC, de 14/02/2011; e  
 Resolução 001/2011/Conselho Superior do IFC, de 02/05/2011.

### **São Francisco do Sul**

Conforme Portaria 03/2013 GAB/DG/CASFS/IFC/2013.

### **Videira**

A legislação que regulamenta a utilização da frota de veículos na Instituição são: o Ad Referendum 003/2011/Conselho Superior, a Instrução Normativa Nº 03, de 15/05/2008/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um Manual de Normas Internas que serve como reforço as demais legislações para o bom uso dos bens. Os documentos podem ser observados nos anexos I, II e III, respectivamente.

### **b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da unidade administrativa:**

Considerando que os *Campus* do IFC estão distribuídos pelo Estado de Santa Catarina, guardando distância de cerca de 370 km da Reitoria, que situa-se em Blumenau; considerando, ainda, que os *Campus* atendem às comunidades, parceiros, fornecedores e alunos localizados em vários municípios circunvizinhos; a frota de veículos foi utilizada para:

- O deslocamento para participação do reitor, pró-reitores, diretores e servidores membros de Comissões e conselhos, em reuniões itinerantes em diversos *Campus*; • A participação de servidores em reuniões de comissões e conselhos do IFC;
- O transporte de servidores no exercício de suas atribuições são utilizados nos serviços administrativos, no desenvolvimento dos programas CERTIFIC, PRONATEC, PROEJA e FICs, que são executados fora do *Campus*;
- As visitas de docentes da área de pesquisa e extensão às empresas e a outras instituições de ensino, e acompanhamento de estagiários;
- O deslocamento de professores e servidores até sala de aulas utilizadas de parceiros, localizadas fora e distantes dos *Campus*;
- O deslocamento de técnicos administrativos em participações em eventos oficiais, técnicos e científicos - feiras, seminários, congressos e cursos de capacitação – principalmente nos estados da Região Sul;
- O deslocamento de docentes e técnicos da educação para divulgação dos cursos oferecidos pelo *Campus* em empresas e outras instituições de ensino;

- A entrega e coleta de malotes, de ordens bancárias em instituições financeiras, serviços de correio, entrega de documentos e ofícios, transporte de materiais diversos, dentre outras atividades de logística;
- A assistência aos alunos em casos de doenças com necessidade de deslocamento para atendimento no serviço de saúde local. Os veículos no transporte de carga e realização de atividades específicas são utilizados nas tarefas de aulas práticas, manutenção das atividades de escola fazenda e serviços de manutenção de *Campus*, preparo do solo, plantio de grãos, elériculas e forragens, aplicação de defensivos agrícolas, colheita de forragens, roçagem, movimentação de terra, limpeza de estradas e vias de acesso, abertura de valas, dentre outras.

**Quadro 65 – Veículos próprios: classificação, quantidade, quilometragem, idade média e custos**

(Fonte: Baseado nas normas do Decreto nº.6403, de 17/03/2008 e IN nº 3, de 15/05/2008 – SLTI/MPOG)							<b>Custos</b>				
<b>Grupo</b>	<b>Utilização</b>	<b>Características</b>	<b>Usuário</b>	<b>Qtde. (ATENÇÃO: Em uso ou sob a responsabili- dade da unida- de)</b>	<b>Média Anual Km Rodados</b>	<b>Idade Média (anos)</b>	Manutenção Conservação	Combustíveis e Lubrificantes (***)	Reparos (***)	Seguros obrigatórios (*) (***)	Pessoal Res- ponsável pela frota
Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridades em serviço	Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Dirigentes de autarquias e fundações; ocupantes de cargo de grupo-direção e assessoramento superiores (DAS)	1	10.660	3	R\$ 2.230,00	R\$ 2.936,00		R\$ 105,25	
Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo	59	29.085,8	5,2	R\$ 150.962,10	R\$ 147.985,43	R\$ 14.016,32	R\$ 11.388,34	
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço	6	10.648	21,7	R\$ 13.901,64	R\$ 18.970,16	R\$ 4.750,86	R\$ 3.246,48	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço	18	8.799	9	R\$ 17.286,82	R\$ 44.462,37	R\$ 1.066,07	R\$ 3.119,17	
		Transporte de carga pesada	Servidor na execução de atividades específicas (**)	5	3.698	19	R\$ 13.927,61	R\$ 6.074,56	R\$ 4.729,62	R\$ 1.309,96	
		Atividades específicas		18	1.646,70	16,8	R\$ 43.848,31	R\$ 43.391,43	R\$ 5.580,34	R\$ 0,00	
<b>Fonte dos Dados Coletados</b>		<b>Data e Hora da Coleta</b>		<b>TOTAIS</b>							
		22/02/2016 14:30HRS.									

\* Não informaram valor de seguros obrigatórios: Campus Camboriú

\*\* O Campus Videira declarou 1(um) veículo de tração e 52hs no item média anual de km rodados, não computadas para o cálculo deste campo.

\*\* Do mesmo modo, o Campus Araquari declarou 5(cinco) veículos de tração e 5274hs no item média anual de km rodados, não computadas para o cálculo deste campo.

\*\*\* O Campus Araquari não declarou custo com combustíveis e lubrificantes, reparos e seguros.

**Observação:****Campus Rio do Sul**

O Campus Rio do Sul declarou assim os dados da tabela acima para toda a frota, sem distinção de classificação:

O custo anual de manutenção e combustíveis foi de R\$ 181.269,48. A frota de veículos oficiais é composta de: 02 ônibus, 01 micro-ônibus, 02 vans, 01 moto, 03 camionetes, 01 furgão, 01 caminhão de pequeno porte, 07 veículos de passeio.

O total de quilômetros rodado pela frota no exercício de 2015 foi de 205.297 km, dando em média 11.405 km por veículo. A idade média da frota é de 10,84 anos.

Estes dados não foram computados na tabela.

**Campus São Bento do Sul**

O Campus São Bento do Sul declarou assim os dados da tabela acima:

**Quadro 66 – Gestão de frota de veículos São Bento do Sul**

08-2-1 Gestão da frota de veículos

Tipo de veículo	Quantidade de veículos	Custo de manutenção (R\$)	Quilômetros rodados	Horas de uso	Idade média (em anos)	Veículos próprios	Veículos contratados de terceiros
Representação	2	R\$ 8.578,92	23053	0	1 ano e meio	2	0
Transporte	0		0	0	0	0	0
Agrícola	0	R\$ 0,00	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>R\$ 8.578,92</b>	<b>23053</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Estes dados não foram computados na tabela.

**g) Plano de substituição da frota:**

Não possuem plano de substituição da frota: Reitoria e os *campi* Blumenau, Brusque, Camboriú, Fraiburgo, Luzerna, São Francisco do Sul

**Araquari**

Está previsto no Planejamento Plurianual do *Campus* a substituição gradativa dos veículos cuja manutenção se torna onerosa demais. O *Campus* fez aquisição de 04 veículos de transporte de servidores no último quadriênio o que torna a frota com idade nova.

**Camboriú**

Está previsto no Planejamento Plurianual do Campus a substituição gradativa dos veículos com o objetivo de reduzir a idade média da frota.

A redução da idade média visa melhorar a segurança aos usuários dos veículos, proporcionar melhor mobilidade e zelar pela economicidade e respeito ao meio ambiente, principalmente no sentido de reduzir despesas excessivas com manutenções economicamente inviáveis.

No período de 2010 à 2015 o Campus Concórdia adquiriu seis veículos e recebeu em transferência/doação dois veículos da Reitoria, totalizando oito veículos, conforme segue abaixo:

**Quadro 67 – Total de Veículos / Reitoria IFC**

<b>Número patrimônio</b>	<b>Descrição</b>	<b>Modalidade Aquisição</b>	<b>Data aquisição</b>	<b>Valor R\$</b>
32149	Veículo modelo Pickup Montana 1.4 flex branco.	Compra	10/02/2010	30.699,00
43029	Caminhão, ford Cargo 816s, 160 cv.	Compra	24/01/2013	126.600,00
44477	Veículo Ford Foccus, 2.0, 4 portas, branco, cap. 5 pessoas.	Compra	15/05/2013	60.000,00
44478	Veículo Fiat Uno Vivace, 1.0, 4 portas.	Compra	15/05/2013	29.317,71
44479	Veículo Space Fox	Transferência Doação	15/05/2013	47.750,00
Ainda não patrimoniados	Chery Celer Sedan, Flex , 1.5, 113 cv, 5P	Transferência Doação	13/11/2015	R\$ 48.890,00
Ainda não patrimoniados	Chery Celer Sedan, Flex , 1.5, 113 cv, 5P	Compra	13/11/2015	R\$ 48.890,00
47509	Veículo Strada Trekking, 1.6.	Transferência Doação	30/09/2014	39.163,04

**Ibirama**

Neste exercício 2015 não evidenciaram razões para substituição, uma vez que os recursos orçamentários foram priorizados em outras execuções. Porém foram mapeados os modelos e anos de fabricação dos mesmos para iniciarmos com o estudo de substituição.

**Rio do Sul**

O plano de substituição de frota inclui a compra de aquisição de três automóveis e descarte da Nissan, placa MCT – 3348 para o ano de 2016.

**Videira**

No ano de 2013 o IFC *Campus* Videira adquiriu três novos veículos que vieram a somar para o atendimento das demandas envolvidas com veículos, atendendo, desta forma, às necessidades atuais deste *Campus* de maneira adequada.

Em virtude do crescimento do *Campus*, é provável que em alguns anos torne-se necessário a aquisição de novos veículos, ou, pelo menos, a substituição de alguns existentes, uma vez que torna-se claro que veículos com mais tempo de uso tendem a apresentar maiores gastos com manutenção e consumo de combustível.

Em 2016, criou-se no *Campus* Videira uma portaria nomeando servidores para comporem uma comissão de desfazimento de bens patrimoniais que estão inservíveis ou ociosos. Na relação destes bens, incluiu-se um dos veículos (Parati, placas MEW-9380) com o objetivo de desfazimento por meio de doação do veículo a outra instituição que venha a tornar novamente útil este bem.

Quanto à aquisição de veículos novos, a principal necessidade do *Campus*, neste momento é em relação a um veículo para transporte de alunos (ônibus), uma vez que os alunos dependem das visitas técnicas para assimilar o conteúdo abordado em sala.

Fonte: Setor de Transportes, Fevereiro de 2016.

## **h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:**

### **Reitoria**

Considerando a alta quilometragem rodada e uso contínuo, os custos de aquisição são menores que os da locação.

### **Araquari**

Ainda não temos estudo pelo setor competente da viabilidade desta opção.

### **Blumenau**

Custos menores de aquisição em detrimento da locação devido a alta quilometragem rodada e do contínuo uso dos veículos

### **Brusque**

O valor de custo final para o campus é mais vantajoso e menos oneroso se comparado com a locação.

### **Camboriú**

A locação aumentaria muito os custos operacionais da frota.

O IFC-*Campus* Camboriú dispõe de motorista oficial para os veículos de transporte de passageiros e de carga.

### **Concórdia**

Não existe estudo de viabilidade para justificar as razões da escolha da aquisição da frota de veículos baseado em análise econômica, porém, em relação à questão operacional, pode-se analisar que a existência da frota própria de veículos elimina o risco de interrupção das atividades por possível inadimplemento contratual de locação de veículos. Ainda, considerando a quantidade considerável de veículos que o Campus possui em sua frota própria, julga-se inconveniente o desfazimento destes bens para uma possível locação de terceiros.

Serviço, emitidas pelo Gabinete/Direção-Geral do Campus, exceto para o motorista de cargo efetivo ao qual a atribuição do cargo de motorista isenta a emissão da ordem de serviço. As ordens de serviço expedidas determinam o veículo a ser utilizado, percurso e período da utilização.

Durante a utilização dos veículos oficiais os servidores preenchem um formulário que contém campos para informação de data, horário, km, [...] e motorista, referentes a saída e retorno da utilização.

A Coordenação de Serviços de Apoio – CSA, faz o controle de quilometragem e horários destes formulários preenchidos pelos servidores. Mensalmente, a Coordenação de Serviços de Apoio – CSA emite relatório de cada veículo da frota.

### **Fraiburgo**

Para que seja decidido entre as opções de locação ou aquisição leva-se em consideração principalmente a viabilidade e a demanda de utilização. Para veículos do tipo leve de até 7 (sete) passageiros conclui-se da viabilidade de aquisição dos veículos pois qualquer servidor devidamente habilitado com carteira de habilitação classe B poderá conduzi-lo e também pela alta demanda de

utilização. Entretanto para veículos de transporte que necessitem habilitação específica para condução e que possuam baixa demanda de utilização, como, por exemplo, ônibus, vans e caminhões, conclui-se da viabilidade da locação ou contratação de prestação de serviços devido ao alto custo de aquisição, alto custo de manutenção e baixa demanda de uso.

### **Ibirama**

A Frota de veículos está em bom estado de conservação e uso com resultados satisfatórios em relação à locação, vez que composição do quadro discente, docente e dos técnicos administrativos é relativamente pequena, ou seja, composta por cerca de 300 alunos, 25 professores e 19 técnico-administrativos.

### **Luzerna**

Considerando que o custo por quilômetro rodado, manter os veículos da instituição, é mais vantajoso em relação a locação destes bens.

### **Rio do Sul**

O custo de aquisição e manutenção da frota é menor que a locação de veículos.

### **São Francisco do Sul**

Em função da estrutura *multicampi* do IFC, são corriqueiros os deslocamentos para reuniões, treinamentos, entre outras funções, sendo necessário o uso com uma frequência que impossibilitaria ou tornaria inviável a locação dos mesmos.

### **Videira**

Os principais fatores que norteiam a decisão da opção de adquirir em vez de contratar serviços de locação dos veículos são:

- **Economicidade:** a relação custo/benefício por quilômetro rodado é maior para a Instituição quando se trata de veículos próprios em relação a veículos fretados de empresas terceirizadas;
- **Disponibilidade:** estando disponíveis no *Campus*, os veículos poderão ser utilizados de maneira menos burocrática e mais rápida, facilitando assim o apoio as diversas atividades e tarefas regulares ou aquelas em situações emergenciais.

**i) Estrutura de controles de que a unidade administrativa dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.**

### **Reitoria**

A Reitoria até Março de 2015 utilizava a caderneta como em 2014.

A partir de Abril de 2015 começou a usar um formulário de Autorização para Condução/Deslocamento de Veículo que o servidor faz a solicitação colocando nome, cargo, mat.SIAPE, número habilitação, validade e categoria da carteira, preenche também data



da saída e data retorno, a quilometragem inicial e a final e a finalidade do afastamento, pegando a assinatura da chefia imediata. Foi criado este formulário devido antes haver portaria para conduzir veículos, sendo que este formulário já está autorizando o servidor a conduzir o veículo não precisando mais da portaria.

### **Araquari**

O *Campus* não tem em seu quadro servidor Motorista, assim os servidores são autorizados a dirigirem os veículos após a leitura da “Regulamentação dos procedimentos gerais para utilização de veículos oficiais do IFC-Campus Araquari” e a emissão de “Autorização para dirigir os veículos oficiais”. A requisição dos veículos se faz através do Sistema SIGA-ADM, setor requisição de veículos, que será autorizada no sistema pela sua chefia imediata com antecedência mínima de 48 h. O setor de transporte faz o controle de quilometragem e horários através de ficha mensal que é preenchida pelos usuários. Mensalmente a Coordenação de Transporte e Controle de Veículos emite relatório de cada veículo da frota.

### **Blumenau**

Utilização de Caderneta de Controle de Veículos, a qual fica em cada um dos veículos e o servidor quando o utiliza, anota onde foi, a quilometragem de saída e de chegada, com os horários, com seu nome, motivo e destino do deslocamento, bem como observações necessárias

### **Brusque**

É feito o controle de número de usuários. Quando há deslocamento, sempre utilizar o maior número de pessoas em um veículo. Além disso, no deslocamento para outros Campus ou Reitoria todos os servidores são comunicados para levarem e entregarem os documentos no local de destino. Também é feito o controle diário do estado dos veículos bem como agendamento prévio, via solicitação, para utilização dos veículos informando data, hora, destino, número de pessoas e motivo. Possui contrato com a empresa Ticket-Car que intermedeia os serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis de toda a frota. A Ticket-Car disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas de toda a frota.

### **Camboriú**

O IFC-*Campus* Camboriú possui contrato com a empresa Ticket Car que intermedeia os serviços de manutenção e fornecimento de combustíveis de toda a frota. A Ticket Car disponibiliza um sistema de gerenciamento e controle do consumo de combustível e das manutenções corretivas e preventivas de toda a frota.

A Coordenação de Mecanização e Transportes do IFC-*Campus* Camboriú possui planilhas de controle mensal de utilização e de gastos de cada veículo da frota.

Todas as saídas com veículos da frota são agendadas e realizadas mediante o preenchimento de uma “Requisição de Transporte” onde constam as informações necessárias a execução do serviço. Este sistema tem possibilitado a junção de saídas em uma só, respeitando o limite máximo de passageiros por veículo.

Cada veículo possui uma ficha de registro mensal das viagens realizadas.

### **Concórdia**

Ordens de Serviço, emitidas pelo Gabinete/Direção-Geral do Campus, exceto para o motorista de cargo efetivo ao qual a atribuição do cargo de motorista isenta a emissão da ordem de serviço. As ordens de serviço expedidas determinam o veículo a ser utilizado, percurso e período da utilização.

Durante a utilização dos veículos oficiais os servidores preenchem um formulário que contém campos para informação de data, horário, km, [...] e motorista, referentes a saída e retorno da utilização.

A Coordenação de Serviços de Apoio – CSA, faz o controle de quilometragem e horários destes formulários preenchidos pelos servidores. Mensalmente, a Coordenação de Serviços de Apoio – CSA emite relatório de cada veículo da frota.

### **Fraiburgo**

O controle da utilização de veículos oficiais é feito através de requisições impressas aonde o solicitante efetua requerimento prévio antes de utilizá-lo, salientando que Instituto Federal Catarinense Campus Fraiburgo possui manual de utilização de veículos oficiais aonde determina as métricas e regras de utilização dos veículos, tão quanto os formulários necessários para requisição de uso. Os controles de utilização, desempenho, abastecimento e manutenção foram concebidos utilizando como referência os anexos presentes na Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008. Entretanto vale salientar que o sistema de informação para gestão de frota está em desenvolvimento pelo setor de tecnologia da informação da reitoria e ainda não está disponível para uso dos campus da instituição.

### **Ibirama**

São empregadas atualmente duas formas de controle:

1. Por utilização do veículo
  1. por meio do Caderno de Controle de Movimentação do Veículo, o qual consta registrado a data/horário de utilização, quilometragem, motorista e assuntos tratados executados e
  2. por meio do Check List de Verificação – Veículos Oficiais, o qual objetiva avaliar as condições gerais dos veículos, antes e após cada utilização.
2. Mensalmente
  1. por meio do Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial, que registra, por veículo, a quilometragem inicial e final, consumo de combustível por litros, média de quilometragem rodada e seu custo em Reais e despesas com combustível, manutenção e reparos e por meio de Relatório de Quilometragem dos Veículos Oficiais, que registra a quilometragem inicial e final de toda a Frota do Campus.
  2. por meio de Relatório de Quilometragem dos Veículos Oficiais, que registra a quilometragem inicial e final de toda a Frota do Campus.

### **Luzerna**

O controle é feito através da emissão de uma autorização de condução de veículos, emitida pelo coordenador de infraestrutura e serviços que faz agendamento com dois dias de antecedência. Nestas autorizações constam dados pessoais do servidor (CNH, Siape, nome e função) local de saída e destino, bem como horários, motivo do afastamento e acompanhantes em viagem caso haja um ou mais servidores se deslocando junto. O coordenador de infraestrutura e serviços faz controle dos abastecimentos, lavagem de veículos e quilometragens rodadas.

É publicado no site institucional, mensal, relatórios de despesas e quilometragem rodada de cada veículo, bem como os documentos necessários para a condução da frota institucional.

*URL de disponibilização: <<http://infraestrutura.luzerna.ifc.edu.br/category/transporte/>>*

### **Rio do Sul**

A estrutura de controle é realizada através de blocos em cada veículo e ordens de autorização, onde é feito o controle de quilometragem, o responsável pela viagem e o motorista.

### **São Francisco do Sul**

Existe uma programação de reservas de veículos oficiais via sistema próprio, visando

agrupar deslocamentos para uma mesma região, visando a otimização dos recursos e consequentemente a economia de custos.

### **Videira**

A organização e utilização da frota é feita através de documentos como planilhas eletrônicas e relatórios. Esses arquivos têm a finalidade de apontar o real custo que cada veículo significa por quilômetro rodado, facilitando assim a gestão econômica da frota. Abaixo, uma rápida descrição de alguns meios de controle da frota:

- **Autorizações de Condução:** é o documento que autoriza o servidor utilizar um veículo da frota. Para fazer uso, o servidor deverá solicitar e justificar a utilização do patrimônio junto ao seu Superior, que por sua vez, após apreciação e autorização, encaminha ao setor responsável pela organização que irá preencher e autorizar o deslocamento do servidor por meio de veículo oficial;
- **Planilha de Controle de Despesas:** é uma planilha eletrônica salva em nuvem (google drive) que possibilita o lançamento e controle de todos os gastos envolvendo veículos oficiais. Os dados são alimentados diariamente a cada nova ocorrência de despesa com manutenção, taxas de regulamentação, combustível, etc. Esta planilha permite a observância com maior precisão dos custos de cada veículo, e portanto, auxilia na administração das despesas.
- **Sistema de Administração de Frota:** A partir de fevereiro de 2014 adotou-se o sistema de controle de frota TicketCar. Este sistema permite o controle das despesas com manutenções e gastos com combustível, permitindo a geração inúmeros relatórios e maior controle sobre os gastos com veículos. Outra grande vantagem deste sistema é o fato do mesmo permitir abastecimento via cartão pós-pago, proporcionando segurança e praticidade nos abastecimentos que se fazem necessários em viagens institucionais.
- **SIPAC – Módulo Transportes:** Em 2016, objetiva-se inserir nos controles de frota veicular as rotinas administrativas e recursos oferecidos pelo Sistema Gerencial (SIPAC) adquirido por este Instituto. Tal ferramenta deverá proporcionar melhores recursos para a gestão da frota em cada *Campus*, além de criar rotinas padronizadas de uso e controle dos veículos.

#### *7.2.2 - Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais Sobre Veículos Nestas Condições*

a) A unidade possui política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso? Em caso afirmativo descrever a política.

Não possuem política de destinação de veículos inservíveis: Reitoria e os *campi* Araquari, Brusque, Blumenau, Camboriú, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, São Francisco do Sul,

### **Concórdia**

Atualmente, o Campus através dos controles internos acerca dos gastos relativos à manutenção e reparos gerados pelos veículos, no período que corresponde à 12 meses, avalia a viabilidade acerca da manutenção dos veículos na frota do Campus. Caso seja considerado que um determinado veículo não possui mais condição de uso, a Direção-Geral constitui comissão para encaminhar processo de leilão e assim, providenciar a baixa no patrimônio do Campus.

### Rio do Sul

Quando o veículo torna-se inservível ou fora de uso o mesmo é leiloado ou doado a Instituições Filantrópicas.

### Videira

Atualmente a unidade possui sim um único veículo que não está em uso.

Por se tratar de um *Campus* relativamente novo (completando 6 anos de funcionamento), ainda não havia, até o ano de 2015, uma política de destinação dos veículos inservíveis, uma vez que bens patrimoniais só podem ser considerados inservíveis após cinco anos de uso.

Porém, no início do ano de 2016 foi publicada a Portaria nº 074/GAB/DG/CVID/IFC/2016 de 16 de Fevereiro de 2016, a qual nomeia uma comissão permanente para desfazimento de bens. Por meio desta medida, pretende-se instituir uma política de desfazimento dos bens patrimoniais que estão inservíveis ou em desuso no *Campus*, incluindo, portanto os veículos oficiais.

b) Forneça informações gerenciais sobre veículos nestas condições. Quantos e veículos (Marca, modelo, número patrimônio, o que foi feito com ele no exercício de 2014)?

### Rio do Sul

Existe apenas um veículo NISSAN placa MCT – 3348 que será avaliado pela comissão de baixas patrimoniais e posteriormente encaminhado para leilão ou doação.

### Videira

Conforme informação supracitada, há apenas 1 (um) veículo considerado em desuso no *Campus* atualmente. Seguem os dados:

- Veículo Oficial, Marca Volkswagen, Modelo Parati 1.8, Placas: MEW-9380, Ano de fabricação/Modelo: 2000/01, Cor: Prata. Informações sobre estado do veículo: o veículo encontra-se parado, porém em condições de uso, necessitando uma revisão apenas para voltar a rodar.

## 7.2.3 Gestão de Patrimônio Imobiliário da União

### a) Distribuição geográfica dos imóveis da União

**Quadro 68** – Distribuição Geográfica dos Bens Imóveis

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC
		EXERCÍCIO 2015
SC	UF	QUANTIDADE
	Araquari - Campus	01
	Blumenau - Campus	01
	Blumenau - Reitoria	01
	Brusque - Campus	01
	Camboriú / Abelardo Luz – Campus e Campus Avançado	09
	Concórdia - Campus	01 <sup>(*)</sup>
	Fraiburgo - Campus	01

	Ibirama - Campus	01
	Luzerna - Campus	03
	Rio do Sul	05
	São Bento do Sul	01
	São Francisco do Sul	01
	Santa Rosa do Sul - Campus	01
	Sombrio – Campus Avançado	01
	Videira - Campus	01
	<b>Total</b>	<b>29</b>
(*) RIP Utilização: 8083 00002.5000, Área Construída (m2): 34.780,96 N° de prédios 60, sem contar as pequenas construções.		

#### *7.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas*

A Reitoria e os campi Araquari, Brusque, Fraiburgo, Luzerna e São Bento do Sul não cederam espaço físico

**Quadro 69:** Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC

<b>Cessão Total ou Parcial de imóvel da União na responsabilidade da UPC</b>		
<b>Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense</b>		
<b>Campus Araquari</b>		
<b>Imóvel - Caracterização   Objeto de Cessão</b>	RIP	8025.00004.500-3
	Endereço	Rodovia BR SC 280, Km 27 - Colégio Agrícola - Araquari – SC 89245-000
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	01.063.027/0001-96
	Nome ou Razão Social	ANTENOR JOSÉ SPROTTE PIRES ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de produtos de panificação industrial. Fabricação de produtos de panificação industrial.
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 02/05/2015 a 01/05/2016.
	Caracterização do espaço cedido	Área para exploração concedida 83,24 m². Sala Térrea. Trata-se de uma sala com área coberta (e parte aberta) situada no prédio do IFC.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	A compensação à UPC pela cessão do espaço negociado é realizado através de pagamento mensal. Valor recebido em 2015 totaliza, R\$ 12.414,32
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores recebidos são contabilizados na conta 4.33.11.01.00 - Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Custear despesas com ensino
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio dos gastos com o espaço cedido é feito através de um acréscimo de 10% no valor mensal recebido para despesas com energia elétrica.
<b>Campus Blumenau</b>		
<b>Imóvel - Caracterização   Objeto de Cessão</b>	RIP	8047000034.500-8
	Endereço	Rua Bernandino José de Oliveira, 81 , Badenfurt, Blumenau, SC
<b>Identificação do Cessionário</b>	CNPJ	83899526/0001-82
	Nome ou Razão Social	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
	Atividade ou Ramo de Atuação	<b>Universidade Federal Pública</b>
<b>Caracterização da Cessão</b>	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Termo de Cooperação Acadêmica e Científica
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Compartilhamento de espaços físicos de laboratórios e salas de aula
	Prazo da Cessão	De 08/09/2014 a 31/12/2015
	Caracterização do espaço cedido	6 Salas de Aula, 1 Sala para laboratório de Física e compartilhamento de 3 laboratórios de informática.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	Não houve recebimento de valor em espécie, somente compensações com a cedência de 3 postos de trabalho para limpeza, 2 postos de recepção e 1 posto de vigilância; Promover o intercâmbio de conhecimento entre as instituições e profissionais de áreas afetas ao Termo de Cooperação
	Tratam. Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao	Não se aplica

	Imóvel	
<b>Campus Camboriú</b>		
<b>Imóvel -</b> Caracterização   Objeto de Cessão	RIP	8061.00019.500-1
	Endereço	Rua Joaquim Garcia S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	85.266.468/0001-85
	Nome ou Razão Social	DELMOLEALDASILVA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de Cantina e Lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses renováveis por até 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Sala Térrea com cozinha e espaço para refeições
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$19.517,35
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento de Recita Mensal através do código 28802-0
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Receita própria destinada a finalidade da Instituição(fonte 250)
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	
<b>Campus Concórdia</b>		
<b>Imóvel -</b> Caracterização   Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	
Identificação do Cessionário	CNPJ	CNPJ 12.536.047/0001
	Nome ou Razão Social	Eunice Correa da Silveira da Silva ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fornecimento de alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Processo Licitatório de Concorrência Pública 01/2012, Processo número 23351.000432201
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 28/12/2012 a 27/12/2013, aditivado até 31/12/2016.
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	
<b>Campus Ibirama</b>		
<b>Imóvel -</b> Caracterização   Objeto de Cessão	RIP	8135.00011.5005-5
	Endereço	Rua Getúlio Vargas, nº 3.006 – Bairro Bela Vista – CEP 89.140-000 – Ibirama/SC.
Identificação do Cessionário	CNPJ	464.089.249-72
	Nome ou Razão Social	João Batista Réus Ávila Duarte
	Atividade ou Ramo de Atuação	Técnico em Laboratório
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Disponibilidade aos horários noturnos e finais de semana.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Moradia
	Prazo da Cessão	Indeterminado

	Caracterização do espaço cedido	Casa de alvenaria de 160 metros quadrados.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 244,28
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte 025026422 – ND 3390000 – UG 152125
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Aquisição de Bens Consumíveis para o Campus.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O cessionário arca com os custos de limpeza.
<b>Campus Rio do Sul</b>		
<b>Imóvel 01 -</b> Caracterização   Objeto de Cessão	RIP	8291.00014.500-9
	Endereço	Estrada do Redentor 5665, Bairro Canto Galo.
Identificação do Cessionário	CNPJ	74.121.716/0001-83
	Nome ou Razão Social	Sérgio Coelho ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Implantação e exploração da cantina da sede do campus rio do sul, com área total de 43,62 m <sup>2</sup>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Concorrência Pública nº. 001/2011
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 01/01/2015 a 31/12/2015
	Caracterização do espaço cedido	Espaço de cantina de 43,62 m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 9.511,32
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores recebidos são contabilizados na Conta 41311.00.00 alugueis na UG 158458
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no programa orçamentário “funcionamento da educação Profissional”
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A empresa recolhe, além do aluguel, os valores de energia elétrica.
<b>Campus Rio do Sul</b>		
<b>Imóvel 02 –</b> Carac- terização   Objeto de Cessão	RIP	8291.00015.500-4
	Endereço	Rua Abrahan Lincoln 210, jardim América
Identificação do Cessionário	CNPJ	21.523.768/0001-10
	Nome ou Razão Social	Bianca Paladino
	Atividade ou Ramo de Atuação	Concessão onerosa de uso do espaço físico destinado à implantação e exploração da cantina da unidade urbana do IFC-Campus Rio do Sul, com área total de 34,15 m <sup>2</sup> ,
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº. 01/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão onerosa de uso do espaço físico destinado à implantação e exploração da cantina da unidade urbana do IFC - Campus Rio do Sul, com área total de 34,15 m <sup>2</sup>
	Prazo da Cessão	15/07/2015 a 01/11/2016 – rescisão a pedido
	Caracterização do espaço cedido	Espaço de cantina de 43,62 m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 1.493,32
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores recebidos são contabilizados na Conta 41311.00.00 alugueis na UG 158458
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no programa orçamentário “funcionamento da educação Profissional”
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há



<b>Campus Santa Rosa do Sul</b>		
<b>Imóvel -</b> Caracterização   Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Rua das rosas, s/nº, bairro Vila Nova , Santa Rosa do Sul/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	79.846.044/0001-97
	Nome ou Razão Social	<b>GOURMELICIA ALIMENTOS LTDA ME</b>
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Concorrência nº 02/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	De 08/09/2015 a 07/09/2016.
	Caracterização do espaço cedido	Área total de 30,52m², sendo espaço da cantina e depósito.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 3.101,00 (três mil e cento e um reais) mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento via GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel		
<b>Campus Avançado Sombrio</b>		
<b>Imóvel –</b> Caracteri- zação   Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Av. Prefeito Francisco Lummertz Júnior, 818 – Januária – Sombrio/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	85.320.323/0001-15
	Nome ou Razão Social	Maria Maria Lanches Ltda Me
	Atividade ou Ramo de Atuação	Alimentos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência nº 01/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de espaço para exploração de serviço de cantina e lanchonete.
	Prazo da Cessão	30/09/2015 a 29/09/2016
	Caracterização do espaço cedido	Área total de 48,80m²,
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 1.555,00 (Um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais) mensais
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Pagamento via GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel		
<b>Campus São Francisco do Sul</b>		
<b>Imóvel -</b> Caracterização   Objeto de Cessão	RIP	8319.00070.500-8
	Endereço	Rodovia Duque de Caxias, km 6 – S/N – Iperoba – SFS/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.742.760/0001-86
	Nome ou Razão Social	Maná do Brasil Restaurante LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	5611-2/01 – Restaurantes e Similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Licitação – Concorrência Pública
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração Comercial
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogados por mais 6 meses
	Caracterização do espaço cedido	Restaurante e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$15.302,00
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Valores recebidos na conta 1.1.1.1.2.20.01, fonte 0250026422; Orçamento executado na	

		conta 6.2.2.9.2.00.00; Conta de controle de GRU recebida: 824230101, na conta-corrente 28802
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos foram utilizados para manutenção predial, contratação de empresa para viagem do Ensino Médio, aquisição de material de ensino e pagamento de taxa de liberação de ABITS
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A empresa da concessão é responsável pela limpeza, manutenção, água e luz do imóvel.
<b>Campus Videira</b>		
<b>Imóvel -</b> Caracterização   Objeto de Cessão	RIP	8379.00018.500-8
	Endereço	Rodovia SC 135, KM 125, Campo Experimental, Videira/SC.
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.504.021/0001-60
	Nome ou Razão Social	Minimercado Farroupilha Ltda - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção/Contratação do Cessionário	Concorrência nº 0001/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão onerosa de uso do espaço físico destinado à implantação e exploração comercial da cantina.
	Prazo da Cessão	01/08/2015 a 31/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cantina do IFC – <i>Campus</i> Videira com área total de 298,84 m <sup>2</sup>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UPC Cedente	R\$ 31.540,76 (trinta e um mil, quinhentos e quarenta reais e setenta e seis centavos) recolhidos pelo Minimercado Farroupilha Ltda, nos termos do Contrato 0012/2014. Os valores supracitados referem-se ao valor total da concessão no exercício de 2015.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos pelo Cessionário através de Guia de Recolhimento da União até o 10º dia do mês subsequente ao uso.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os valores creditados via GRU retornam para o orçamento do campus, como receita própria, para custeio de despesas diversas.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O cessionário efetua o pagamento mensal de água e energia elétrica que são apurados por meio de medidores localizados na cantina. O pagamento das contas de energia elétrica e água é realizada através de GRU, devendo ser comprovada até o último dia da primeira quinzena de cada mês.

### 7.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

**Quadro 70:** Quantidade e Valores dos Imóveis Locados

Imóvel	Valor da Locação	Valor do Imóvel Locado
Imóvel 1 - Reitoria	9.433,49	Não informado
Imóvel 2 - Campus Brusque	156.000,00 <sup>(1)</sup>	Não informado
Imóvel 3 – Campus Fraiburgo	15.170,40	170.769,95
Imóvel 5 – Campus Santa Rosa	3.101,00	Não informado
Imóvel 6 – Campus Sombrio	1.555,00	Não informado
Imóvel 7 – Campus São Francisco do Sul	12.526,60	Não informado
Imóvel 8 – Campus São Francisco do Sul	12.000,00	Não informado
<b>Total de Imóveis Locados</b>	<b>Valor Total das Locações</b>	<b>Valor Total dos Imóveis</b>
8	209.786,49	-

<sup>(1)</sup> Valor para dois anos: R\$ 6.500,00 mensais valido até 30/09/16.

### Análise Crítica dos Imóveis Locados

#### Reitoria

A necessidade de locação do imóvel deve-se ao fato que o prédio atual da reitoria não comportava mais a quantidade de servidores. Não houve reformas ou manutenção no imóvel.

#### Campus Brusque

A necessidade de locação do imóvel deve-se ao fato que o prédio do campus Brusque está em construção.

Sobre a forma de manutenção do imóvel locado, este é previsto na Cláusula sexta do respectivo Contrato, a qual dispõe: Obrigações do locatário, conforme Art. 23 Lei 8.245/9, o locatário é obrigado a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que recebeu conforme vistoria realizada no início da locação, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal.

As manutenções recorrentes são os ares-condicionados, conserto de persianas, vidros, vasos sanitários.

#### Campus Fraiburgo

Quanto ao imóvel locado, este visa ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

A locação fora realizada motivada pela Obra de Ampliação e Adequação do Campus, que exigiu a desocupação da sede para maior segurança de alunos e servidores.

O prazo de locação será até o término das obras do prédio do IFC – *Campus* Fraiburgo, podendo ser prorrogado ou reiniciado, sem qualquer ônus, pelo Campus.

A locação foi originada através da dispensa de licitação nº 012/2014 e processo nº 23352.000566/2014-51.

Não houve reformas ou manutenção no imóvel.

### **Campus São Francisco do Sul**

Os valores investidos são condizentes com o espaço locado e o período utilizado no ano de 2015.

### **e) Despesas de manutenção e a qualidade e completude dos registros contábeis relativamente aos imóveis.**

#### **Reitoria**

Foi verificado em todas as UG's e constatado que não há relato de manutenção, o que existe são ampliações. Ainda assim as ampliações não especificam exatamente em qual matrícula, entre várias, onde está sendo executada a obra, isso é comum a todas as UG's em imóveis novos e antigos.

### **Campus Araquari**

Em 2015 foram gastos com manutenção de bens imóveis no Campus Araquari, o montante de R\$ 1.490.135,63 (um milhão, quatrocentos e noventa mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos) envolvendo os contratos de vigilância, manutenção predial e limpeza.

Os bens móveis ingressados desde janeiro de 2014 são depreciados. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia do cálculo de depreciação e taxas utilizadas são definidas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção, no entanto como não temos um sistema de controle que proporcione informação fidedigna, não é realizada a baixa de valores de material de consumo.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado econômico apurado pelo Campus Araquari é observado, em especial, no montante da depreciação acumulada de bens móveis, que totalizou em 2015, R\$ 129.724,86.

A partir da implementação do módulo de Patrimônio e Almoxarifado do Sistema SIG-UFRN, tem-se a expectativa de realizar a depreciação de todos os bens móveis e a baixa dos valores de material de consumo.

Atualmente o controle dos bens imóveis do IFC campus Araquari é realizada somente no Spiunet, SIAFI. Contudo o IFC adquiriu junto à UFRN, um sistema de controle administrativo que promete fazer um controle paralelo dos bens imóveis de toda a instituição. O Spiunet apresenta

problemas na estrutura do sistema, pelo menos para controle de instituições como o IFC já que temos apenas uma matrícula de utilização e diversos imóveis em uma mesma matrícula impossibilitando um controle individualizado de cada prédio. Dessa forma a cada nova atualização do Spiunet, por reforma, recebimento de obras e outros é necessário na descrição manter um histórico do que foi realizado no passado e da atualização que está ocorrendo.

Ressalta-se que os registros contábeis no SIAFI estão em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade e são todos lançados diretamente pelo Spiunet, conforme orientação da STN.

Há de se ressaltar que não estão contabilizados no patrimônio do IFC Campus Araquari alguns bens imóveis que foram construídos pela UFSC até 2009 e não foram transferidos na época pela referida autarquia. O IFC protocolou um ofício junto a reitoria da UFSC solicitando a transferência desses bens, inclusive com a relação individual de cada prédio pendente, porém até o presente momento não obteve-se retorno

### **Campus Blumenau**

O imóvel teve seu recebimento definitivo em abril de 2015. Após foi contratada empresa com profissional de manutenção predial, bem como serviço terceirizado para manutenção externa. Tem a interligação do SPIUnet com o Sistema Integrado de Administração Financeira, automatizando os lançamentos contábeis facilitando a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

### **Campus Brusque**

No momento o Campus Brusque está em obras os gastos com a mesma são registrados no site SIMEC OBRAS e os registros contábeis estão sendo atualizados pela contadora que iniciou seus trabalhos a pouco tempo.

### **Campus Camboriú**

Os registros contábeis estão de acordo com as informações do SPIUNET, entretanto, não é feita a depreciação dos imóveis relacionados.

Possuímos apenas os dados dos imóveis construídos a partir de 2010. Em relação à área antiga do Instituto e todos os imóveis anteriores a 2010 constam apenas a informação da área com benfeitorias (gleba/fazenda), período que essa área era pertencente a UFSC.

Os registros contábeis dos imóveis estão de acordo com as informações do SPIUNET, e o processo de depreciação está em fase de implementação.

O campus possui 220 escrituras e 14 números de matrículas (antigas). Estamos procedendo à unificação de todas as áreas e a regularização dos prédios antigos, pois os mesmos não possuem os projetos das edificações. O setor de engenharia do campus com o da Reitoria está buscando esforços para que se possa regularizar essa situação o mais breve possível.

No sentido de se regularizar essas situações, pertinentes a regularização dos imóveis do campus, o IFC formou uma equipe interdisciplinar de engenharia que possibilitará a realização de trabalhos conjuntos que visam a regularização dos imóveis.

Os custos de manutenção no ano de 2015, estão relacionados no tabela a seguir:

**Quadro 71 – Custos de manutenção**

<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Informação</b>	<b>Despesas empenhadas (29)</b>	<b>Despesas Liquidadas (31)</b>	<b>Despesas Inscritas em RPNP (33)</b>	<b>Despesas Pagas (34)</b>
33903024	Material para manutenção de bens imóveis/instalações	87.668,23	75.063,48	12.604,75	53.956,64
33903704	Manutenção e Conservação de bens imóveis	135.485,19	85.456,27	50.028,92	78.643,40
33903916	Manutenção e conservação de bens imóveis	301.083,50	137.648,29	163.435,21	77.630,99
33903702	Limpeza e Conservação	533.165,92	486.546,30	46.619,62	274.778,72
33903978	Limpeza e Conservação	7.900,00	7.900,00		7.900,00
33903701	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional Pedreiro.	49.200,49	102.509,52	53.309,03	102.509,52
33903701	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional Eletricista.	68.113,10	66.638,07		66.639,07
33903701	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional Manutenção Predial.	56.411,78	53.918,03		53.918,03
33903701	Apoio Administrativo, Técnico e Operacional Manutenção Auxiliar de serviços Gerais.	71.838,48	86.553,40	14.714,92	86.553,40
<b>TOTAIS</b>		<b>1.310.866,69</b>	<b>1.102.233,36</b>	<b>340.712,45</b>	<b>802.529,77</b>

Fonte: SIAFI 2015.

**Campus Concórdia**

Não se aplica.

**Campus Fraiburgo**

Não tivemos gastos com manutenção do imóvel no que refere-se aos materiais de consumo (339030-24.) No exercício de 2015 o prédio sede do Campus Fraiburgo encontrava-se em Obra de Ampliação e Adequação da sua estrutura.

A readequação da estrutura da edificação do IFC – *Campus* Fraiburgo, tanto arquitetônica, estrutural, elétrica, telefônica, hidráulica, sanitária, como preventiva, se fez necessária, pois as atuais instalações já não atendiam a crescente demanda, visto que o prédio atual apresentava avarias que impossibilitavam a utilização de grande parte do seu espaço físico.

Nesse sentido, através da concorrência 001/2014, o imóvel está em fase de Ampliação e Adequação de suas instalações, com início em outubro de 2014, e previsão de entrega para o primeiro semestre de 2016, conforme o cronograma de obras e aditivos ao contrato 0015/2014.

Após a conclusão e averbação da obra, deverá ser realizada uma nova avaliação do imóvel e serão atualizados os lançamentos do imóvel no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

Informamos que realizamos o inventário anual de bens móveis e que neste foi sugerida a possibilidade de implantação de rotinas para acompanhamento de necessidades de manutenção do imóvel sob responsabilidade do Campus.

Todas as despesas em relação ao imóvel são apropriadas mensalmente pela contabilidade, através de seus respectivos lançamentos e naturezas contábeis, respeitando o Regime de Competência. Em relação ao SPIUnet, o valor do imóvel e das benfeitorias foram reavaliadas em 06 de outubro de 2015, através de Comissão designada pela Reitoria. O novo montante do valor do Imóvel foi reavaliado em R\$ 6.276.121,92, sendo o Terreno reavaliado em R\$ 1.500.047,87 e as Benfeitorias/Edificações em R\$ 4.776.074,05, valores estes já contabilizado no SIAFI. No momento não é realizado a depreciação do imóvel, pois está em fase de implantação o SIPAC – Módulo Patrimônio, que tem previsão de funcionamento para maio de 2016. A partir desta data, deverá iniciar a depreciação dos Bens do Patrimônio.

### **Campus Ibirama**

Todas as despesas em relação ao imóvel são apropriadas mensalmente pela contabilidade, através de seus respectivos lançamentos e naturezas contábeis, respeitando o Regime de Competência.

Em relação ao SPIUnet, o valor do imóvel e das benfeitorias foram reavaliadas em 06 de outubro de 2015, através de Comissão designada pela Reitoria. O novo montante do valor do Imóvel foi reavaliado em R\$ 6.276.121,92, sendo o Terreno reavaliado em R\$ 1.500.047,87 e as Benfeitorias/Edificações em R\$ 4.776.074,05, valores estes já contabilizado no SIAFI.

No momento não é realizada a depreciação do imóvel, pois está em fase de implantação o SIPAC – Módulo Patrimônio, que tem previsão de funcionamento para maio de 2016. A partir desta data, deverá iniciar a depreciação dos Bens do Patrimônio.

### **Campus Luzerna**

As despesas de manutenção dos bens imóveis, resumem-se em três contratos de serviços terceirizados: vigilância, manutenção predial e limpeza e conservação, ambos são firmados através de processo licitatório e visam manter e conservar as dependências do instituto.

Os registros contábeis relativos aos imóveis são feitos automaticamente quando ocorre qualquer alteração no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União- SPIUnet, seja inclusão, exclusão e/ou avaliação de bens imóveis. A conciliação dos valores de um sistema para outro é feita através de relatórios extraídos de ambos os sistemas. No SPIUnet no menu Consulta/Contabilização SIAFI/Balancete e no SIAFI comando >balancete conta contábil 1421111000.

Em relação aos registros de depreciação, foi efetuado lançamento automático de depreciação ao final do exercício de 2015, lançamento este, originado do SPIUnet para o SIAFI com base nas informações dos imóveis contidas no primeiro sistema.

### **Campus Rio do Sul**

Os custos relacionados a manutenção somaram em 2015 o valor de R\$ 522.198,23

### **Campus Santa Rosa / Sombrio**

São contabilizadas tempestivamente as despesas com manutenção dos imóveis no SIAFI. As informações do SPIUnet são fidedignas aos documentos históricos das obras e dos imóveis, atualizados com base nas informações do Relatório enviado ao DAP pelo engenheiro do IFC. Quanto à depreciação dos imóveis do SPIUnet, a mesma tem sido efetuada pela SPU de

Florianópolis com base nos dados registrados no SPIU na UG 158462.

### **Campus São Bento do Sul**

O Campus São Bento do Sul está em fase de implantação, no exercício 2015, não houve despesas com manutenção, haja vista, que está sendo realizado a obra de execução do Campus.

O Campus São Bento do Sul desempenha as suas atividades administrativas em imóvel disponibilizado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, sem ônus para a União. Estas atividades são exercidas na Rua Luiz Fernando Hastreiter, n.º 320, Bairro Centenário, São Bento do Sul/SC, CEP. 89.283-081. Espaço compartilhado com a Incubadora Tecnológica de São Bento do Sul – ITFETEP.

Além da cessão do espaço físico, ficou a cargo da Prefeitura Municipal, enquanto não ocorrer a mudança para a sede definitiva, as despesas com energia elétrica, água e esgoto, internet, manutenção predial, limpeza e segurança patrimonial. Entretanto, a obra de execução do Campus está sendo gerida pelo Contrato n.º180/2013, da Reitoria, que tem como Contratada a Empresa CRC Engenharia Ltda., Processo n.º 23348.000443/2013-06, DOU: 10/10/13, Seção 3, n.º 197, p. 57.

O terreno onde está sendo executada esta obra foi doado pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

### **Campus São Francisco do Sul**

Todas as informações pertinentes estão devidamente registradas no Siafi, bem como as informações referentes ao imóvel, encontram-se registradas no Spiunet e Siafi, porém não é realizada a depreciação devido não ter sistema para gerenciamento de bens patrimoniais e suas respectivas depreciações. Esse sistema está sendo implantado pela reitoria.

### **Campus Videira**

Os registros contidos no sistema propiciam ao gestor conhecimento da realidade dos imóveis, sob a sua responsabilidade, dando segurança parcial no ato de decidir. Porém para obter maior completude dos dados, se faz necessário que o sistema fosse capaz de avaliar os bens constantemente, em função da depreciação dos bens imóveis, assim como, permitir uma análise espacial, com o uso de georreferenciamento e imagens de satélite.

O sistema atual não permite o controle de despesas com manutenção dos imóveis, tal controle, é realizado, através do Sistema de Administração Financeira -SIAFI através do uso de rubricas orçamentárias específicas, porém ele não tem conexão com o SPIUNET, portanto, quem opera tal sistema, não tem conhecimento dos valores totais das despesas operacionais.

**f) Descrever sucintamente a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.**

### **Reitoria**

Não há sistema informatizado para essa função, nem plano de manutenção. Apenas, e foi sugerido a implantação de um *software* grátis, com auxílio da Tecnologia da Informação, como o *openproject* que auxiliaria também nesse quesito.



### **Campus Araquari**

O departamento de patrimônio é responsável pela entrada, tombamento, distribuição e controle dos bens patrimoniais da instituição. Anualmente são realizados vários trabalhos de levantamento de carga patrimonial e atualização através de transferências e inventários realizados.

Os controles patrimoniais de bens móveis atualmente realizados pelo departamento de patrimônio são feitos através do sistema SIGA-Adm. Foi adquirido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte o SIG (Sistema Integrado de Gestão) e está em processo de implantação, este sistema deve possibilitar uma gestão mais efetiva dos bens patrimoniais.

### **Campus Blumenau**

O Campus possui um controle através de planilhas, porém já vem preparando a migração para o Sistema de Informações Gerenciais que está em implantação. São confrontados a cada mês valores com a contabilidade através do RMB, para manter os resultados em conformidade. São feitas verificações constantes no imóvel e a sua proteção e guarda é realizada 24 horas por dia com vigilância Patrimonial Armada.

### **Campus Brusque**

O Campus Brusque está em implantação, o controle do patrimônio é realizado através de planilhas e relatório mensal de bens (RMB).

### **Campus Camboriú**

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no IFC- Camboriú e sua qualidade comportam quatro fases: Cadastro no SPIUnet, Cadastro no SIG, Avaliação, Contabilização e Depreciação, explicadas a seguir.

#### a) Cadastro no SPIUnet

No IFC-Camboriú, a gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet), no sistema de gerenciamento SIG. Esses sistemas têm como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

Os setores contábeis dos *Campus* e da Reitoria foram responsáveis pela inclusão dos dados no SPIUnet para o ano de 2015.

O setor de patrimônio alimenta o sistema de gerenciamento SIG.

A atualização dos valores foi feita no SPIUnet, que, por sua vez, aciona, automaticamente e em tempo real, o lançamento dos valores no SIAFI.

Cada UG forneceu e atualizou as informações sobre seus próprios imóveis ou sobre imóveis de propriedade da União que estejam sob a sua responsabilidade.

Uma vez cadastrados os imóveis, geraram um RIP imóvel, que correspondeu ao cadastro do imóvel no total e resultou da soma dos RIPs de utilização.

No SPIUnet, o RIP Imóvel contém as informações referentes ao imóvel e o RIP Utilização contém as informações referentes às benfeitorias do imóvel. No SIAFI, aparece o RIP Utilização, chamado de “Conta-Corrente” com o seu respectivo valor, localizado no campo “Valor da Utilização”.

#### b) Avaliação

Para avaliação dos imóveis em 2015, tomou-se como base o memorando 320/2015 – CGENG/DIDES/REITORIA/IFC de 06 de outubro de 2015 emitido pelo Setor de Engenharia da Reitoria.

#### c) Contabilização

Para verificar se os valores do SPIUnet estão de acordo com o SIAFI, os setores de contabilidade acessam o menu “Consulta”, em seguida “Contabilização SIAFI” e em seguida a verificação no “Balancete” da UG no SIAFI. Comparam, então, se o valor contido no SPIUnet, no campo Valor enviado ao SIAFI, é igual ou diferente do contido no balancete no SIAFI na conta 1.4.2.1.1.10.00 – Imóveis de Uso Especial.

#### d) Depreciação

A depreciação de bens ainda está em processo de adaptação, pois é necessário promover base de calculo real para posterior depreciação.

A base de calculo foi majorada em 2015 através de reavaliação de bens imóveis por meio do Setor de Engenharia da Reitoria.

Contaremos com o auxílio do sistema gerencial SIG, com implementação para 2016.

### **Campus Concórdia**

Foi informado que atualmente a unidade não possui controle interno de gestão de patrimônio imobiliário, somente realiza o cadastramento dos dados no SPIUnet.

### **Campus Fraiburgo**

O IFC – Campus Fraiburgo, o imóvel é registrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União SPIU-net. É realizado cadastro informando que o Campus possui um Terreno com área de 5.350,45 m<sup>2</sup>, cadastrado no SPIUnet sob o RIP n° 8107.00003.500-6 e 01 (uma) construção com área de 2.800,00 m<sup>2</sup>, sob o n° RIP 8107.00004.500-1. Tratando-se de 02 (dois) prédios, sendo um deles com 03 pavimentos e outro com apenas 01 (um) pavimento.

É realizado o inventário anual de bens imóveis na qual é realizada a conferência com base no formulário de vistoria do imóvel e demais documentos necessários. O inventário visa a atender à determinação legal, identificando possíveis necessidades de reparos e reformas, se o valor avaliado do imóvel está compatível com as suas condições físicas, se está devidamente averbado, além das demais providências cabíveis à comissão designada.

## **Campus Ibirama**

A estrutura de controle e gestão do Patrimônio é efetuada por meio de planilha eletrônica, confrontando seus valores com o SIAFI, com balancete de verificação emitido pela contabilidade, e o Imóvel, através do SPIUnet. As atualizações do RIP ocorrem mediante lançamento em conta contábil, quando há incorporação ou construção de obra nova, o procedimento contábil adotado é o seguinte: primeiramente consta na conta contábil Obras em Andamento, e quando totalmente finalizados é feito um lançamento de transferência do valor total desta conta contábil para a conta contábil: Imóveis de Uso Educacional.

Existe um Cronograma e Controle de Manutenções, geridos em conjunto pelo DAP, Coordenação de Materiais e Patrimônio e Coordenação de Infraestrutura e Serviços, através do qual são efetuados diversos trabalhos de manutenção no imóvel, assim como nos equipamentos acessórios ao bom funcionamento e segurança do imóvel.

O Campus Ibirama possui uma área territorial de pequena monta e com várias benfeitorias, normalmente os investimentos ocorrem por meio de reformas prediais.

O RIP do Campus Ibirama é único para todas as benfeitorias, e o imóvel funcional está localizado na área dos fundos, próximo ao estacionamento, e este não tem seu valor individualizado, constando assim no mesmo RIP, pois sua matrícula imobiliária equivale com as demais benfeitorias. Para o Campus Ibirama a cedência deste imóvel auxilia na presença de servidor responsável nos horários noturnos e finais de semana, assim zelando pelo patrimônio, em conjunto com a equipe de Vigilância.

## **Campus Luzerna**

Além do sistema SPIUnet não temos nenhum outro sistema ou software para controle e gestão dos imóveis. Quanto a funcionalidade do sistema SPIUnet no quesito gestão, este apenas alerta para as próximas datas de reavaliação dos bens cadastrados.

## **Campus Rio do Sul**

O *Campus* Rio do Sul possui todos os imóveis Registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet). Esse sistema tem como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

## **Campus São Bento do Sul**

Pelo fato de não ter sido realizado o recebimento definitivo da obra de execução do Campus São Bento do Sul, há sob responsabilidade da UPC o terreno, que tem o seu controle realizado pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

## **Campus São Francisco do Sul**

O único bem imóvel que temos sob nossa responsabilidade é o referente à RIP 8319.00070.500-8, o qual encontra-se registrado tanto no SIAFI quanto no Spiunet, temos uma empresa de mão de obra terceirizada de vigilância, outra de manutenção predial e uma referente à limpeza e conservação.

## Campus Videira

A unidade gestora em questão utiliza o sistema SPIUNET para gerenciar os imóveis sob sua responsabilidade, quanto ao uso de controles e procedimentos através de manuais, a unidade não os possui.

### g) Apontar os riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

#### Reitoria

Não há plano de contingência, setor na engenharia, assim com na UFSC, de manutenção.

## Campus Araquari

A Instituição tem mais de 60 anos de fundação, até 2008 era vinculado a Universidade Federal de Santa Catarina e através da Lei 11.882 de 31 de dezembro de 2008, onde deu origem o Instituto Federal Catarinense (IFC) e deixou de ser vinculado a UFSC. Com a autonomia administrativa e o ingresso de novos servidores, começou um processo de estruturação e organização do setor responsável.

Quando da desvinculação da UFSC, não houve um levantamento patrimonial para se ter a real situação dos bens, com isso, o IFC Campus Araquari assumiu uma carga patrimonial de mais de 60 anos e que na época os meios de controle eram menos efetivo. Atualmente utilizamos o SIGA-Adm e recentemente o IFC adquiriu junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte um sistema mais complexo.

Quanto a manutenção, em 2015 o Campus teve gasto em contratos de manutenção de bens móveis e imóveis um valor de R\$ 798.430,89 conforme descrição abaixo:

### Quadro 72 - Contratos de manutenção de bens móveis e imóveis / Campus Araquari

SERVIÇO	VALOR ANUAL / R\$
Prestação de serviços elétricos	46.510,30
Prestação de serviços hidráulicos	37.294,10
Prestação de serviços de vigilância	504.338,40
Prestação de serviços de pintura	44.626,20
Manutenção predial	23.994,48
Serviço de pedreiro	16.151,45
Manutenção de máquinas e equipamentos	125.515,96
<b>TOTAL</b>	<b>798.430,89</b>

Atualmente não existe um plano específico, o que existe são ações da gestão dentro da sua capacidade orçamentária. Em 2015 fomos surpreendidos com o contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal e tivemos que reduzir custos principalmente em contratos de serviços terceirizados, como foi o caso na redução do número de vigilantes do Campus e como consequência houve um princípio de invasão no imóvel da unidade.

## Campus Blumenau

O campus pode sofrer riscos com as intempéries que são frequentes na região além da ação

de desgaste ocorrido pelo uso constante das instalações. Porém toda e qualquer situação anormal é comunicada a Coordenação de Infraestrutura e Diretoria de Administração e Planejamento para atender e resolver os problemas apresentados. Qualquer problema relacionado a infraestrutura é imediatamente comunicada a engenharia para análise e proposta de solução do problema.

### **Campus Brusque**

O campus Brusque não possui sede própria ainda, por isso faz manutenções quando necessário através de dispensas ou pelo uso do cartão institucional para os reparos, troca de materiais, etc.

### **Campus Camboriú**

A estrutura de controle e gestão do patrimônio é aquém das necessidades que o setor deveria possuir. Existe na coordenação do patrimônio apenas o chefe do setor que faz toda a gestão administrativa dos bens imóveis.

O IFC Campus Camboriú possui mais de 204 hectares e grande parte desta área não é cercada, sendo alvo constante de furtos e vandalismo. Quanto à manutenção dos bens imóveis, é realizada por uma equipe de colaboradores terceirizados e efetivos, composta por eletricitas, pedreiros, auxiliares de serviços gerais, também em número insuficiente. Não existe ocupação irregular de imóveis funcionais no *Campus*.

Os imóveis necessitam de constante reforma e manutenção, mas devido ao grau de comprometimento dos recursos orçamentários com despesas como terceirização de serviços básicos como limpeza e vigilância, bem como insumos, dentre eles os gêneros alimentícios, água, luz e telefonia as reformas não ocorrem constantemente.

Em relação aos procedimentos patrimoniais o IFC Campus Camboriú elaborou o Manual de Patrimônio com todas as orientações, normativas e ações referentes ao tema, bem como ações de conscientização em relação à responsabilidade e compromisso com os bens da Instituição.

### **Campus Concórdia**

Como a instituição não possui um controle interno quanto à gestão dos bens imobiliários, não é possível identificar os riscos.

### **Campus Fraiburgo**

O imóvel está em obra com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2016, conforme aditivos ao contrato 0015/2014.

### **Campus Ibirama**

São realizados todos os procedimentos necessários para manter a integridade do Patrimônio desta. UPC.

### **Campus Luzerna**

Não há informação a declarar.

### **Campus Rio do Sul**

Não há um grande risco em gestão de imóveis que possam afetar a missão institucional, o que há é a carência de um sistema informatizado, que vem sendo implantado aos poucos pela Reitoria do IFC

### **Campus São Bento do Sul**

O Campus São Bento do Sul está em fase de implantação, desta forma, não tem mapeado os riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

### **Campus São Francisco do Sul**

Possuímos uma empresa de vigilância que zela pelos bens patrimoniais (prevenção contra roubos e furtos) e um plano contra incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros local.

### **Campus Videira**

Os riscos relacionados à gestão do imóvel podem ser descritos como fatores específicos de localização do imóvel que apresentam um risco para a propriedade, sua operação ou para as pessoas que a utilizem. Um dos principais fatores são os desastres naturais, desastres causados pelo homem (tais como terrorismo, crime, instabilidade política e agitação civil) e riscos de proximidade.

Considerando essa descrição de riscos, o campus Videira não possui no momento nenhum sistema de controle, visando mitigá-los. Para o desenvolvimento de tal sistema, demandaria a implantação de processos básicos para a identificação dos riscos, tais como a análise de riscos; a avaliação de riscos; e o tratamento de riscos por meio da prevenção, eliminação ou redução.

7.2.6 Informações sobre principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

**Quadro 73 – Obras concluídas em 2015**

CAMPUS	ID	OBRA		TOTAL Contrato	Início	Término	Prazo Con.	Aditivos de Praz	Acréscimo de Valor	Supressão de Va	Empresa	Total Obra
Araquari	46946	Reforma Das Coberturas 1 E 2 Da Suinocultura – Maternidade	x	R\$ 59.551,05	10/11/14	09/01/15	105	X	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Renan Simer Mauricio - Me	R\$ 59.551,05
Concórdia	46626	Alojamento Masculino 3a	x	R\$ 1.190.000,01	30/09/14	27/02/15	150	X	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Construtora Foscarini	R\$ 1.190.000,01
Rio do Sul	27597	2 Bloco Unidade Urbana	x	R\$ 1.589.714,57	27/11/12	31/03/15	364	218	R\$ 370.525,81	R\$ 0,00	Sbcc Construcoes Ltda	R\$ 1.960.240,38
Concórdia	24093	Auditório Multiuso	x	R\$ 1.475.770,63	10/12/13	26/05/15	377	155	R\$ 278.770,71	R\$ 70.693,22	Fundamento Construtora Ltda Epp	R\$ 1.683.848,12
Camboriú	27572	Bloco De Salas De Aulas Ii	x	R\$ 1.151.748,39	13/01/14	07/06/15	120	390	R\$ 114.999,96	R\$ 143.732,30	Salver Empreiteira De Mao De Obra Ltda	R\$ 1.123.016,05
São Francisco do Sul	23854	Construção Do Câmpus Avançado São Francisco Do Sul	x	R\$ 7.466.319,58	21/01/13	26/08/15	547	307	R\$ 1.405.820,69	R\$ 444.329,43	Crc Engenharia Ltda	R\$ 8.427.810,84
Luzerna	47114	Ampliação Do Centro Cultural	x	R\$ 281.128,72	05/01/15	30/08/15	206	61	R\$ 45.540,78	R\$ 228.663,13	Dalvemar Pre Fabricados Ltda – Me	R\$ 274.203,91
Concórdia	47115	Construção De Moradia Estudantil Feminina	x	R\$ 518.561,22	05/01/15	09/09/15	150	142	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Construtora Foscarini	R\$ 518.561,22
Concórdia	48311	Pavimentação De Estares E Passeios	x	R\$ 253.040,61	28/07/15	25/11/15	60	60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Balbinot Maquinas Locacao E Servicos Ltda – Epp	R\$ 257.350,84
Concórdia	46624	Bloco De Laboratórios Engenharias	x	R\$ 912.882,42	08/10/14	22/12/15	303	545	R\$ 52.739,24	R\$ 26.349,67	Mateus Spricigo - Me	R\$ 939.271,99
												R\$ 0,00
x	x	x	TOTAL	R\$ 14.898.717,20	x	x		x	R\$ 2.268.397,19	R\$ 913.767,75		R\$ 16.433.854,41

## 7.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 7.3.1 – Principais sistemas de informações

**a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.**

R.: PDTI é o instrumento de gestão adotado no Instituto Federal Catarinense para orientar a execução das ações da TI organizacional, possibilitando justificar os recursos aplicados em Tecnologia da Informação e Comunicações com o objetivo de minimizar os desperdícios, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado a comunidade do IFC.

As necessidades elencadas no PDTI são alinhadas com Planejamento Estratégico Institucional e outros documentos de referência, onde a sua fonte pode ser consultada na tabela de necessidades contida no próprio PDTI, acessível através do link <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/>.

**b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.**

R.: O Comitê Gestor Central de Tecnologia da Informação – CGCTI do Instituto Federal Catarinense é um órgão colegiado de natureza executiva e de caráter permanente, criado no ato do Magnífico Reitor pela Portaria nº 1.968/2013, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISPI.

O CGCTI tem como atribuição básica acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação com os objetivos do IFC, além de priorizar os projetos nessa área, recomendando, sempre que necessário, atualizações e ajustes nos projetos de tecnologia da informação e comunicação.

Compete ao CGCTI as seguintes atribuições:

I. Propor a Política de Informação do IFC a ser submetida ao Conselho Superior da Instituição.

II. Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e revisar o que estiver vigente, alinhado aos objetivos estratégicos do IFC e em consonância com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação para a Administração Pública Federal, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, revisando-o anualmente.

III. Analisar, em conformidade com as Políticas do IFC e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, o planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de tecnologia da informação e comunicação.

IV. Estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas, promover a sua implementação e zelar pelo seu cumprimento.

O CGCTI deverá ter representação das Pró-Reitorias, das diretorias sistêmicas e dos *Campus*, conforme composição descrita no Regimento Interno do CGCTI aprovado pela Resolução nº 047 – CONSUPER/2014, onde lê-se:



“CAPÍTULO II  
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º – A presidência do CGCTI ficará a cargo do Diretor de Tecnologia da Informação do IFC.

Parágrafo único - O presidente, em caso de ausência, deverá indicar um suplente, membro deste Comitê.

Art. 4º – O CGCTI é composto, além do presidente, p Art. 4º ou um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos:

I – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento;

II – Pró-Reitoria de Ensino;

III – Pró-Reitoria de Extensão;

IV – Pró-Reitoria de Pesquisa;

V – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Social e Humano;

VI – Diretoria sistêmica de Desenvolvimento Institucional;

VII – Diretoria sistêmica de Gestão de Pessoas;

VIII – Presidente do Comitê Local de Tecnologia do *Campus* e Reitoria.

Parágrafo único - Feitas as indicações pelos órgãos elencados nos incisos do art. 4º, caberá ao presidente do CGCTI providenciar a emissão da Portaria de designação, de competência da Reitoria.

Quanto às reuniões, são previstas pelo regimento do CGCTI onde lê-se:

“CAPÍTULO IV  
DO FUNCIONAMENTO

Art. 10 – O CGCTI reunir-se-á trimestralmente, em sessões ordinárias, e, extraordinariamente, sempre que necessário, para apreciar e decidir matérias relevantes ou inadiáveis.

As principais decisões tomadas têm o caráter de propor Políticas de Tecnologia da Informação, planejar aquisições e contratações de TI e estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação.

O regimento completo, bem como as atas de reuniões podem ser obtidos em: <http://dti.ifc.edu.br/cgti/>

**c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.**

R.: Planilha constante no Apêndice 4

**d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.**

R.: O plano de capacitação consiste na necessidade de contratação de cursos específicos para o pessoal da TI, também existe a possibilidade de aproveitar as estruturas dos *Campus* para projetar cursos de redes de computadores. O IFC recebe algumas vagas da Escola Superior de Redes para participação nos cursos disponíveis no catálogo dessa instituição, porém não supre a necessidade de capacitação de todo pessoal da TI do IFC.

Os cursos elencados no PDTI são estes:

- Curso básico e avançado de protocolo IPv6
- Roteamento avançado com BGP
- Administração de Banco de Dados
- Oficina Federação CAFe
- Linux básico e avançado
- CCNA CISCO
- Firewall
- Segurança em aplicações Web
- COBIT 5
- ITIL V3

Abaixo são demonstrados os cursos realizados:

**Quadro 74 – Cursos realizados na área de TI no exercício 2015**

UNIDADE (CAMPUS)	ÁREA DO CURSO	CURSO	NÚMERO DE SERVIDORES (EXECUTADO)
Reitoria	Comunicação	Capacitação em Identidade Visual do IFC, Comunicação Institucional e Marketing Institucional e Pessoal	3
Reitoria	Rede	Workshop de Tecnologias de Redes	2
Reitoria	Gestão	Contratações de TI	1
Reitoria	Gestão	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	2
Reitoria	Banco de dados	Administração de Banco de Dados	1
Reitoria	Comunicação	E-MAG Conteudista (Internet)	1
Reitoria	Gestão	Elaboração do Plano Diretor de TI	1
Reitoria	Desenvolvimento	WorkShop Técnico SINFO-UFRN	1
Reitoria	Desenvolvimento	Mestrado Profissional em Computação (cursando)	1
Reitoria	Administração	BPM Day Blumenau	1
Araquari	Infraestrutura	IPv6 Básico	1
Araquari	Desenvolvimento	Java	0
Blumenau	TI	IPv6 Básico	1
Brusque	Estrutura de TI	IPv6 Básico	1
CAMBORIÚ	Segurança de Redes	Segurança de Redes	1
CAMBORIÚ	Redes	IPv6	1
Concórdia	Tecnologia da Informação	Mestrado	1
Concórdia	Infraestrutura	IPV6 Básico	1
Fraiburgo	-	Nenhum Curso foi realizado	0
Ibirama	-	Nenhum Curso foi realizado	0
Luzerna	TI	IPv6 Básico	1
Rio do Sul	-	Nenhum Curso foi realizado	0
São Francisco do Sul	Redes de Computadores	IPv6 Básico	1

São Francisco do Sul	Segurança em Redes de Computadores	Análise Forense	1
São Francisco do Sul	Redes de Computadores	WTR - Workshop de Tecnologias de Redes	1
São Bento do Sul	Redes	IPv6 Básico	1
São Bento do Sul	Redes e Segurança	Introdução à Segurança de Redes	1
São Bento do Sul	Administração Pública	Modalidades, Tipos e Fases da Licitação	1
São Bento do Sul	Gestão de Tec. da Informação	Seleção de Fornecedores de TI	1
São Bento do Sul	Gestão de Tec. da Informação	Gestão de Contratos de TI	1
Santa Rosa do Sul	Redes	Introdução a rede IP	1
Santa Rosa do Sul	Redes	Gerência de Redes	1
Santa Rosa do Sul	Administração de Sistemas	ADM Linux Redes e Segurança	1
Santa Rosa do Sul	Administração de Sistemas	Virtualização de Servidores	1
Santa Rosa do Sul	Governança de TI	Planejamento e Contratação de Serviços de TI	1
Sombrio	Administração de Sistemas	ADM Linux Redes e Segurança	1
Videira	Redes	IPV6 Básico	1
Videira	Redes	Mestrado em Redes	1
Videira	Sistemas	Mestrado em Sistemas	1

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

**Quadro 75 -** Quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

UNIDADE (CAMPUS)	1 – CARREIRA DE TI	2 – OUTRAS CARREIRAS	3 – CARREIRA DE TI DE OUTROS ORGÃOS	4 – OUTRAS CARREIRAS DE OUTROS ORGÃOS	5 – TERCEIRIZADOS	6 – ESTAGIÁRIOS
Reitoria	6 analistas de TI; 4 técnicos de TI	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Araquari	4	1	0	0	0	2
Blumenau	3	0	0	0	0	0
Brusque	2	0	0	0	0	0
Camboriu	5	1	0	0	0	2
Concórdia	4	0	0	0	0	0
Fraiburgo	4	0	0	0	0	0
Ibirama	3	0	0	0	0	0
Luzerna	5	1	2	0	0	0
Rio do Sul	2 analista de TI; 2 técnicos de TI	0	0	0	0	0
São Francisco do Sul	3	1	0	0	0	0
São Bento do Sul	1	0	0	0	0	0
Santa Rosa do Sul	4	0	0	0	0	1
Sombrio	1	0	0	0	0	0
Videira	6	0	0	0	0	0
Legenda:						
	<b>1 – CARREIRA DE TI</b>	servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade				
	<b>2 – OUTRAS CARREIRAS</b>	servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade				
	<b>3 – CARREIRA DE TI DE OUTROS ORGÃOS</b>	servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades				
	<b>4 – OUTRAS CARREIRAS DE OUTROS ORGÃOS</b>	servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades				

**f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

R.: Considerando que as unidades de TI nos campus não estão subordinadas administrativamente e hierarquicamente à DTI, cada unidade pode adotar sua estratégia, de forma que as informações são descritas abaixo.

**REITORIA**

Sabe-se da necessidade de utilização de ferramentas para gerenciamento de serviço de TI, a exemplo das metodologias ITIL e COBIT, porém ainda não foram implementados da unidade.

**ARAQUARI**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

**BLUMENAU**

Não encaminhou as informações solicitadas

**BRUSQUE**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

**CAMBORIÚ**

Portal Captive – Sistema de Controle de Acesso a Rede do Ifc-Camboriú, Software Livre e equipamentos de rede da própria unidade; Sistema de Folha Ponto – Sistema de Controle Frequência dos Servidores, Software Livre e equipamentos de rede da própria unidade; Sistema de Produção – Sistema de Controle de Insumos Agrícolas, Software Livre e equipamentos de rede da própria unidade.

**CONCÓRDIA**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

**FRAIBURGO**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

**IBIRAMA**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

**LUZERNA**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

**RIO DO SUL**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

**SÃO FRANCISCO DO SUL**

Aplica a metodologia de 5S no ambiente da Coordenação de TI para gestão e gerenciamento dos dispositivos permanentes e materiais de consumo e ITIL (parcialmente) para o gerenciamento dos processos embasando nossos procedimentos na ISSO 20000 e ISSO 27001.

Utiliza o software GLPI para a gestão e gerenciamento de dispositivos e serviços de TI, tais como:

- Abertura de chamados de suporte e manutenção;
- Cadastro do parque tecnológico do campus vinculado à CTI;

- Licenças;
- Número de série;
- Marca;
- Localização; etc.
- Gerenciamento de reservas de dispositivos (lousas digitais e projetores);
- FAQ – perguntas mais frequentes para auxiliar o usuário do campus;
- Base de conhecimento – Coordenação de TI;
- BSD – Base de Software Definitivo – softwares padrão que todos os usuários utilizam.
  - Antivírus;
  - Pacote Office;
  - Navegadores; etc.

### **SÃO BENTO DO SUL**

Como o *Campus* ainda está em implantação, ainda não é necessária a utilização de nenhum processo de gerenciamento de serviços.

### **SANTA ROSA DO SUL**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

### **SOMBRIO**

Não aplica nenhuma metodologia de gerenciamento de serviços de TI.

### **VIDEIRA**

O gerenciamento de serviços é feito unicamente através do GLPI desde 2012 onde os apontamentos e decisões de chamados mais pontuais são resolvidos através de reunião com a equipe responsável.

### **g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.**

R.:

Considerando que as unidades de TI nos campus não estão subordinadas administrativamente e hierarquicamente à DTI, cada unidade pode adotar sua estratégia, de forma que as informações são descritas abaixo.

### **REITORIA**

- **SIG:** Implantação do sistema integrado de gestão à ser utilizado nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administrativa.
  - **Resultados esperados:** Melhoria nos fluxos institucionais, padronização das informações e maior agilidade nos processos institucionais.
  - **Alinhamento com o planejamento estratégico e PDTI:** Este projeto é o objetivo nº 1 (um) dentro do Planejamento Estratégico Institucional (disponível em: [http://issuu.com/institutofederalcatarinense/docs/livreto\\_planejamentoestrat\\_gico\\_di](http://issuu.com/institutofederalcatarinense/docs/livreto_planejamentoestrat_gico_di) ) e também elencado no como meta dentro do Planejamento de TI (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/> )
  - **Prazo de conclusão:** Abril/2017
  - **Valores orçados e despendidos:** Custo total: R\$ 1.440.891,00 – Valor despendido em 2015: R\$ 480.297,00

- **CAFe:** A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) consiste de uma federação que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras e é mantida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).
  - **Resultados esperados:** O principal objetivo da CAFe é permitir que usuários destas instituições possam acessar todos os serviços oferecidos na federação CAFe fazendo uso de suas credenciais de acesso (nome de usuário e senha) de sua instituição de origem. Assim, usuários não precisarão criar um nome de usuário e senha para cada serviço que desejar acessar.
  - **Alinhamento com o planejamento estratégico e PDTI:** Este projeto é elencado como necessidade de serviço dentro do Planejamento de TI (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/> )
  - **Prazo de conclusão:** Dezembro/2015
  - **Valores orçados e despendidos:** Sem custo para as instituições parceiras da RNP (Rede Nacional de Pesquisa)
  
- **Definição de processos e fluxos de trabalho:** Mapeamento e definição dos procedimentos executados pela TI para atendimento aos usuários.
  - **Resultados esperados:** Fornecer visão clara dos procedimentos executados pela TI aos usuários desta, bem como transformar conhecimento tácito em conhecimento explícito.
  - **Alinhamento com o planejamento estratégico e PDTI:** Este projeto é elencado como necessidade de informação dentro do Planejamento de TI (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/> )
  - **Prazo de conclusão:** Contínuo
  - **Valores orçados e despendidos:** Sem custo

## ARAQUARI

Nesse período tivemos um corte orçamentário que não permitiu realizarmos os projetos elencados no PDTI.

- **Projeto: Aquisição de Switchs**  
 ID-I23 - Concentradores e comutadores de Rede (switches core e de borda e switches KVM, conversores de mídia) - Meta M25 - A6  
 2 Switchs foram adquiridos para substituir os equipamentos da Fábrica de Software que não permitiam o uso de Vlans, QoS, e outras tecnologias. Além de aumentar a capacidade de processamento de pacotes, foi possível disponibilizar um número maior de pontos de rede aos bolsistas e docentes.  
 1 Switch está aguardando a finalização das obras do Bloco E - Ensino Médio que servirá para disponibilizar os serviços de rede do nosso Campus e Reitoria;  
 Valor: R\$ 53.850,00
- **Projeto: Ampliação/Disponibilização de rede Wi-Fi**  
 ID-I25 - Equipamentos de radiofrequência indoor ou outdoor para transmissão de redes sem fio (antenas, roteadores, ponto de acesso). - Meta M25 - A6  
 6 Access Points foram adquiridos para disponibilizar rede Wi-Fi para o Bloco E - Ensino Médio, está aguardando a finalização da obra para realizar sua instalação;  
 3 Access Points foram adquiridos para ampliar e melhorar a qualidade da rede Wi-Fi do Bloco D - Ensino Superior, a instalação permitiu disponibilizar um maior número de conexões simultâneas, subdividir a rede em diferentes SSIDs, além da criação de Vlans aplicando uma camada adicional de segurança.  
 Valor: R\$ 42.930,00
- **Projeto: Continuidade dos serviços de impressão**  
 ID-I30 - Impressoras multifuncionais coloridas e monocromáticas de grande, médio e

pequeno porte para atender setores administrativos e acadêmicos. - Meta M16 (Outsourcing (terceirização do serviço) ou aquisição de impressoras multifuncionais coloridas e monocromáticas de grande, médio e pequeno porte para atender setores administrativos e acadêmicos. A1

Renovação do parque de impressoras com objetivo de oferecer impressão, scanner, fotocópia aos usuários.

Valor: R\$ 47.157,03

## **BLUMENAU**

Não encaminhou as informações solicitadas

## **BRUSQUE**

- ***Projeto: Instalação de rede elétrica e No-break no laboratório de Informática e sala da TI***  
Instalação de uma rede elétrica, paralela a existente no prédio, ligada a um No-break, proporcionando uma maior segurança aos ativos de rede do campus e aos trabalhos desenvolvidos nos computadores do laboratório de informática.  
Alinhado à ação A3: [BRU-2] Adquirir computadores completos tipo All-In-On com sistema operacional Windows para montar um laboratório de informática Campus Brusque, meta M33: Computadores e periféricos para laboratórios de informática.  
Valor orçado e despendido: R\$ 2.329,39
- ***Projeto: Aquisição de consumíveis para aulas da disciplina de redes.***  
Compra de materiais para uso dos alunos nas aulas da disciplina de redes no Curso Técnico de Informática para um maior entendimento e fixação do conhecimento repassado pelos professores.  
Alinhado à ação A15: [BRU-8] Bens consumíveis de TI em geral Campus Brusque, meta M11: Materiais consumíveis de tecnologia para suporte aos serviços e equipamentos do Data Center, Rede de computadores administrativo e acadêmico, e fornecimento de material didático para os cursos da área de informática. Valor orçado: R\$ 3.000,00. Valor despendido: R\$ 1.633,33

## **CAMBORIÚ**

Durante o ano de 2015, não foi realizado nenhum projeto de TI, somente contratações de serviços e aquisições de bens.

## **CONCÓRDIA**

M24 - Computadores portáteis (netbook, notebook, ultrabook e tablet) para os setores administrativo, ensino, pesquisa e extensão.

A3 - foram entregues os notebooks adquiridos em 2014 para os professores.

M22 - Computadores estação de trabalho para os setores administrativo, ensino, pesquisa e extensão.

A3 – foram entregues os computadores adquiridos em 2014.

## **FRAIBURGO**

Durante o ano de 2015, não foi realizado nenhum projeto de TI, somente contratações de serviços e aquisições de bens.

## **IBIRAMA**

Tomando-se como base o PDTI vigente em 2015 (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/>) pode-se elencar:



**Quadro 76 – Aquisição de itens de TI / Campus Ibirama**

ID	Descrição	Origem	Observação
I7	Computadores e periféricos para laboratórios de informática	IBI-7	Adquiridos 25 (vinte e cinco) computadores do tipo <i>Desktop</i> para laboratórios de informática, através de Pregão SRP, Processo SUAP N° 23349.001495/2015-43, no valor de R\$ 86.250,000
C8	<i>Outsourcing</i> de impressão com locação e suporte de equipamentos e suprimentos	IBI-18	Para atender aos setores administrativo e ensino. Contrato N° 02/2013, renovado para o período 06/12/2014 a 05/12/2015, com custo de R\$ 26.900,00 e desembolsado o valor de R\$ 16.907,13

**LUZERNA**

Não foi possível realizar os projetos, devido a falta de recursos financeiros.

**SÃO FRANCISCO DO SUL**

Tomando-se como base o PDTI vigente em 2015 (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/>) pode-se elencar:

- Projeto: Cabeamento Estruturado**  
**[ID: I2]:** Elaboração e execução de projeto de interconexão dos prédios e departamentos através de fibra óptica e disponibilização de cabeamento estruturado para suas estruturas internas e externas, garantindo o acesso aos meios de comunicação disponíveis para a comunidade do *campus* [Meta: M4; Ação: A5].  
**Valor: R\$ 429.237,22**  
**Conclusão: julho de 2015**
- Projeto: Contratação de empresa especializada em outsourcing de impressão**  
ID-31 - Impressoras multifuncionais coloridas e monocromáticas de grande, médio e pequeno porte para atender setores administrativos e acadêmicos. - Meta M16: *Outsourcing* (terceirização do serviço) ou aquisição de impressoras multifuncionais coloridas e monocromáticas de grande, médio e pequeno porte para atender setores administrativos e acadêmicos. [SFS-10 – Meta M25 - A6]. Oferecer impressoras com objetivo de prover serviços de impressão, scanner, fotocópia aos usuários do *campus*.  
**2014: Valor R\$ 8.154,78**  
**Conclusão: 2014**  
**2015: Valor R\$ 16.422,18**  
**Conclusão: 2015**
- Projeto: Locação de Central Telefônica**  
I11 – Aquisição ou Locação de Central Telefônica compatível com serviço VoIP e fone@RNP. Contratação de Serviços para Instalação e Manutenção de Central Telefônica; Software para bilhetagem da Central Telefônica. [SFS-7 – Meta M14 – A3].  
**2014: Valor: R\$ 8.172,00**  
**Conclusão: 2015**  
**2015: Valor: R\$ 8.172,00**  
**Conclusão: 2015.**

- **Projeto: Aquisição de switches**  
ID-I23 - Equipamentos e tecnologias para equipar o Data Center do *campus* – [SFS-7 – Meta M14 – A3]  
Foram adquiridos quatro switches para aumentar a capacidade de processamento de pacotes, sendo assim possível disponibilizar um número maior de pontos de rede aos servidores e discentes, dado que estes eram limitados em função dos poucos dispositivos disponíveis no *campus*.  
**2015: Valor: R\$ 8.570,00**  
**Conclusão: dezembro de 2015.**
  
- **Projeto: Disponibilização do Pacote Microsoft Office online.**  
I56 – Licenças de uso de softwares suíte de escritório Microsoft Office para setores administrativos.  
Homologação do serviço junto a Microsoft para disponibilizar o Pacote MS Office *online* a toda a comunidade acadêmica. Em conjunção, toda comunidade do *campus*, inclusive os discentes, possuem um endereço eletrônico com o domínio @saofrancisco.ifc.edu.br. [SFS-11 – Meta 28 – A3].  
**Valor: Nenhum custo ao campus.**  
**Conclusão: setembro de 2015.**
  
- **Projeto: Disponibilização de um sistema de antivírus corporativo**  
Homologação do serviço de antivírus corporativo junto à Avast para disponibilizar o Sistema Antivírus Avast for Business [SFS-11 – Meta 28 – A3].  
**Valor: Nenhum custo ao campus.**  
**Conclusão: abril de 2015**

## SÃO BENTO DO SUL

Tomando-se como base o PDTI vigente em 2015 (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/>) pode-se elencar:

Durante o período compreendido entre janeiro e dezembro de 2015 foram realizadas compras de alguns equipamentos necessários a implantação do *Campus* de São Bento do Sul, sendo que entre estas compras podemos destacar:

- R\$ 215.500,00 para a aquisição de 65 computadores, sendo que estes serão divididos entre 2 (dois) laboratórios de informática com 25 máquinas cada e o restante dos computadores serão utilizados na parte administrativa, esta compra está alinhada ao nosso planejamento estratégico e elencado no PDTI da instituição, conforme pode ser constatada na meta M22, ação A5, com previsão de gastos de R\$ 120.000,00 e na meta M33, ação A7, com previsão de gastos de R\$ 360.000,00.
- R\$ 180.134,80 referentes a cabeamento de dois laboratórios, datacenter, 2 Racks Abertos e 1 Rack Fechado Servidor, instalação de piso elevado, 16 pontos de rede e 16 pontos para APs e mais R\$ 62.000,00 para 4 switches, elencados no PDTI na meta M4, ação A12, com custo estimado de R\$ 200.000,00 e na meta M12, ação A9, com custo estimado de R\$ 50.000,00.
- R\$ 37.000,00 para 10 Wireless Access Point Cisco Indoor, elencado no PDTI na meta M29, ação A9, com custo estimado de R\$ 55.000,00.
- 2 Nobreaks e banco de baterias 8 KVA no valor R\$ 37.469,14 e mais 4 No-break 2000 va e 4 no-break 1000 va no valor de R\$ 8.492,00, elencado no PDTI na meta M37, ação A9 com custo estimado de destinação de R\$ 40.000,00.
- 1 (uma) Etiquetadora R\$ 155,00, elencado no PDTI na meta M6, ação A63 com custo estimado R\$ 3.000,00.

- 5 (cinco) Telas de Projeção R\$ 1.

### **SANTA ROSA DO SUL**

Tomando-se como base o PDTI vigente em 2015 (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/plano-diretor-de-ti/pdti-2014-2015/>) pode-se elencar:

Projeto: Aquisição de Switches

id-I23 – Concentradores e comutadores de Rede (switches core e de borda e switches KVM, conversores de mídia). Meta M25 – A18

Foram adquiridos 17 switches para atender todos os setores do campus Santa Rosa do Sul e campus Sombrio, aumentar o número de pontos e também permitir o uso de Vlans para gerenciamento.

Valor: R\$ 84.104,00

Projeto: Ampliação/Disponibilização de rede Wifi

ID-I25 - Equipamentos de radiofrequência indoor ou outdoor para transmissão de redes sem fio (antenas, roteadores, ponto de acesso). Meta M29 – A8

Adquiridos 10 pontos de acesso indoor para disponibilizar acesso wifi nas dependências do campus. A instalação permitiu disponibilizar um maior número de conexões simultâneas, subdividir a rede em diferentes SSIDs.

Valor: R\$ 39.300,00

Projeto: Aquisição de servidores de rack

ID – I21 - Servidores para gerenciamento e segurança de redes. Meta M30 – A9

Adquiridos 5 servidores de rack 2U para suprir a necessidade do campus Santa Rosa do Sul e campus Sombrio. Os servidores foram usados como firewall em ambas instituições, contando com backup e redundância. Com a instalação desses equipamentos aumentamos a confiabilidade e consistência de todos nossos serviços, provendo maior segurança e agilidade nos serviços de TI.

Valor: R\$ 52.850,00

Projeto: Aquisição de notebooks

ID-I8 - Computadores portáteis (netbook, notebook, ultrabook e tablet) para os setores administrativo, ensino, pesquisa e extensão. Meta M24 - A8

Adquiridos 5 notebooks para o campus Santa Rosa do Sul e Sombrio. 3 notebooks foram adquiridos para o setor de TI, onde ajudarão na gerência e administração da rede de TI, switches e servidores do campus. 2 notebooks foram adquiridos para o setor de educação do campus, estes, servirão de apoio técnico-pedagógico aos professores e alunos.

Valor: R\$ 16.574,95

Projeto: Aquisição de computadores

ID-I6-Computadores estação de trabalho e periféricos para os setores administrativo, ensino, pesquisa e extensão. Meta M22 - A8

Adquirido 20 computadores completos (monitor+gabinete) para atender a demanda do campus Santa Rosa do Sul e campus Sombrio. Os computadores serão destinados a novos servidores e também para atualizar o parque computacional dos campus.

Valor: R\$ 68.922,60

Projeto: Aquisição de Rack para datacenter

ID-I22 - Rack e acessórios para instalação de Data Center ou laboratórios de informática. Meta M8 – A1, A28

Adquirido 01 rack 42U para o campus Santa Rosa do Sul. O rack atendera a demanda do setor de TI

para a instalação dos novos servidores, storage e telefonia.  
Valor: R\$ 5.510,00

### **SOMBRIO**

Este campus é vinculado ao Campus Santa Rosa do Sul e, sendo que ainda não possui independência administrativa, os projetos são executados com Santa Rosa do Sul.

### **VIDEIRA**

1 – Ativação e configuração de AP outdoor, para acesso à rede Wifi em ambiente de convivência externo dos alunos, custo somente da mão de obra pois foi adquirido em 2014. início em Dez/2014 e concluído em Fev/2015.

2 – Entrega de notebooks para os docentes do IFC-Videira ( VID-10), custo somente da mão de obra pois foram adquiridos em 2014. Início jun/2015 concluído em out/2015.

### **h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.**

R.:

Considerando que as unidades de TI nos campus não estão subordinadas administrativamente e hierarquicamente à DTI, cada unidade pode adotar sua estratégia, de forma que as informações são descritas abaixo.

### **REITORIA**

A medida tomada para mitigar eventual dependência tecnológica foi a criação da Instrução Normativa 002/2015 de 31/07/2015 do IFC (disponível em: <http://dti.ifc.edu.br/contratacoes-de-ti/>), que é baseada na Instrução Normativa N° 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP, e define um fluxo a ser seguido, bem como instrumentos para avaliação da melhor solução a ser adotada para cada aquisição/contratação de TI.

### **ARAQUARI**

Seguimos a Instrução Normativa 002/2015 de 31/07/2015 do IFC, baseada na Instrução Normativa N° 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP para avaliar a melhor solução a ser adotada.

### **BLUMENAU**

Não encaminhou as informações solicitadas

### **BRUSQUE**

Seguimos a Instrução Normativa 002/2015 de 31/07/2015 do IFC, baseada na Instrução Normativa N° 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP para avaliar a melhor solução a ser adotada.

### **CAMBORIÚ**

Desenvolvimento de aplicativos internos.

### **CONCÓRDIA**

Não há serviços de TI terceirizados além dos serviços de impressão. Não há dependência de tecnologia terceirizada.

### **FRAIBURGO**

No ano de 2015, havia somente um contrato de serviço terceirizado de Outsourcing de Impressão, sendo que devido a natureza do serviço prestado a empresa contratada não utiliza equipamentos que

geram dependência tecnológica para o *campus*.

### **IBIRAMA**

O campus segue a Instrução Normativa 002/2015 de 31/07/2015 do IFC, realiza estudo técnico preliminar da contratação, bem como, análise de riscos, com o objetivo de evitar dependência tecnológica de empresas terceirizadas e encontrar a melhor solução que atenda as necessidades existentes no campus, sempre alinhada com o PDTI vigente.

### **LUZERNA**

Hoje possuímos apenas as empresas terceirizadas relacionadas com impressoras e uma empresa que presta ajuda no serviço da nossa central telefônica, porém toda a configuração dos ramais e manutenção está relacionado com os servidores da TI lotado no *campus*.

### **SÃO FRANCISCO DO SUL**

Seguimos a Instrução Normativa 002/2015 de 31/07/2015 do IFC, baseada na Instrução Normativa N° 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP para avaliar a melhor solução a ser adotada. Ainda, seguimos a Instrução Normativa 003/2015 de 10/09/2015 do IFC que define quais itens são considerados bens e serviços de informática no âmbito do Instituto Federal Catarinense com o intuito de também mitigar possíveis aquisições e/ou contratações erroneamente não vinculadas à TI.

### **SÃO BENTO DO SUL**

Como o *Campus* ainda está em implantação, ainda não possui empresas que prestam serviços de TI.

### **SANTA ROSA DO SUL**

Não houve serviços prestados.

### **SOMBRIO**

Não houve serviços prestados.

### **VIDEIRA**

Não houve serviços prestados.

No Apêndice 05 constam as contratações na área de Tecnologia da Informação, no exercício 2015, as contratações de Bens e Serviços de TI e os Principais Sistemas de Informações.

## **7.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

### *7.4.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras*

**Quadro 77 - Critérios de sustentabilidade ambiental**

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis	Sim	Não
1 Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	<i>Campus:</i> Brusque	<i>Campus:</i> Ibirama, Araquari, Videira, Santa Rosa do Sul/Sombrio, Blumenau,

			Camboriú
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	<i>Campus:</i> Ibirama, Araquari, Brusque, Blumenau (parcialmente), Camboriú	<i>Campus:</i> Videira, Santa Rosa do Sul/Sombrio
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	<i>Campus:</i> Ibirama, Araquari, Videira, Santa Rosa do Sul/Sombrio, Brusque, Blumenau, Camboriú	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	<i>Campus:</i> Ibirama, Videira, Blumenau (parcialmente), Camboriú	<i>Campus:</i> Araquari, Santa Rosa do Sul/Sombrio, Brusque
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	<i>Campus:</i> Ibirama, Videira	<i>Campus:</i> Blumenau, Camboriú
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	<i>Campus:</i> Videira, Blumenau (parcialmente), Camboriú	<i>Campus:</i> Ibirama,
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		<i>Campus:</i> Ibirama, Videira, Blumenau, Camboriú
	Caso positivo, indique o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		<i>Campus:</i> Ibirama, Videira Blumenau, Camboriú
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		

As informações acima foram encaminhadas pelos Coordenadores locais do NGA's dos *campi*. Os *campi* Abelardo Luz, Concórdia, Rio do Sul e São Bento do Sul, não enviaram o relatório de atividades anual.

### **Ações desenvolvidas pelos *campi* e Reitoria**

**Reitoria:** Até junho de 2015, as ações na Reitoria eram desenvolvidas pelo NGA Institucional. Assim, foi criado o NGA da Reitoria, com a participação de um membro de cada setor, a fim de tornar a discussão mais plural e facilitar a divulgação das informações nos setores, realizando reuniões mensais.

Eventos:

- Caminhada ecológica e visitação ao parque São Francisco em Blumenau com servidores;
- Palestra sobre reciclagem;
- Distribuição de caneca ecológica aos servidores.

Atividades em andamento:

- Foi realizado um diagnóstico pelo NGA da quantidade de lixeiras, tipos e localização nos diversos setores.
- Em fase de discussão e elaboração a arte gráfica para identificação destas;
- Em elaboração campanha educacional da importância da separação do lixo comum do reciclável;
- Solicitação de estudo sobre a demanda de energia e possibilidade de redução do consumo e gastos na Reitoria;
- Estudo sobre a possibilidade e necessidade de aquisição de máquina de picotamento de papel, considerando a lei que direciona para a digitalização dos documentos oficiais;
- Elaboração de material educativo sobre o bom uso das geladeiras;
- Elaboração de material educativo sobre a direção sustentável.

**Araquari:** O ano de 2015 é considerado um ano atípico, devido ao acúmulo de outras atividades pelo coordenador e membros do NGA local, havendo a necessidade de reestruturação do mesmo realizado através de chamada a todos os servidores, os quais foram nomeados pela portaria nº 218/2015, de 07 de julho de 2015, que organizou a Semana do Meio Ambiente, a qual teve a apresentação do grupo de teatro “IFC Com T” com uma temática voltada a conscientização ambiental, apresentação da palestra “Complexidade ambiental: a necessidade de uma nova concepção sobre a questão ambiental”, ministrada pelo professor João Paulo Camargo, que resultou em um grupo de discussão em uma rede social. O NGA Araquari priorizou as ações práticas voltadas ao enfrentamento de conhecidos passivos ambientais no âmbito do *Campus* Araquari, porém sua atuação foi prejudicada devido ao grande número de servidores que aderiram ao movimento de greve do ano de 2015. Existem também outras ações desenvolvidas dentro do *Campus*, porém estão registradas em outros setores como pesquisa e extensão.

**Blumenau:** Sobre os itens questionados no relatório de gestão, é importante destacar que: a) Embora a unidade não participe da A3P, os princípios que norteiam nossas ações ambientais vão ao encontro dos princípios da Agenda Ambiental da Administração Pública. b) Com relação a separação de resíduos, está em andamento a realização do Termo de Convênio com RECIBLU - Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Recicláveis de Blumenau. c) Com relação ao Plano de Logística Sustentável, ocorre atualmente o preenchimento da planilha. A partir da discussão dos dados coletados, pretende-se ao longo de 2016 implementar ações no sentido de atender aos tópicos estabelecidos no PLS.

**Camboriú:** O Núcleo de Gestão Ambiental Local (NGA-CAM), criado através da Portaria No 068/GDG/IFC-CAM/2013, de 13/03/2013 e atualizado pela Portaria No 189/GDG/IFC-CAM/2014, de 16/06/2014, acompanha e registra em seu relatório anual as atividades de cunho ambiental realizadas no e pelo Instituto Federal Catarinense – *Campus* Camboriú. As informações dessas atividades são repassadas pelos coordenadores e/ou docentes dos cursos técnicos e superiores além dos Departamentos de Produção e Infraestrutura, Departamento de Administração e Planejamento. PLS: O *Campus* continua sem comissão específica para a elaboração e execução do documento, porém, a partir do PLS de 2013, membros do NGA estão elaborando o PLS 2014 e 2015. A elaboração desse documento tem como objetivo criar um grupo de acompanhamento das metas e resultados obtidos, que envolva servidores responsáveis pelos setores administrativos, em especial os setores de Patrimônio, Infraestrutura e Produção, Administração e Planejamento e Engenharia. Algumas Instituições Ambientais possuem representantes do *Campus*, como: GTEA – RH 07. O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Região Hidrográfica 07 do Estado de Santa Catarina é órgão colegiado, vinculado à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Santa Catarina – CIEA/SC, criado pela resolução nº001/2009 e regulamentado pelo Decreto nº



3.499 de 15 de setembro do mesmo ano. O IFC é representado pelos servidores Joeci Ricardo Godoi e Michela Cancellier, em substituição às servidoras Letícia Rabelo e Maria Amélia Pellizzetti conforme Ofício nº 111/2015-GDG/CAM/IFC de 15 de junho de 2015. As reuniões ocorrem bimestralmente e de forma itinerante. Comitê Camboriú: O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú é um órgão colegiado que tem como objetivo a gestão dos recursos hídricos em Camboriú e Balneário Camboriú. É composto por entidades dos municípios e o IFC – Camboriú sedia as reuniões que acontecem na última quarta-feira de cada mês. As servidoras Letícia Rabelo e Maria Amélia Pellizzetti representam a instituição. COMMADES: Conselho Municipal de Meio Ambiente de Camboriú e Desenvolvimento Sustentável – criado pela Lei Complementar 67/2013, com finalidade consultiva, deliberativa e de assessoramento ao Poder Executivo no que se refere às questões ambientais. Seus representantes são do Poder Público e Sociedade Civil. O IFC – Camboriú é representado pelos professores Marcos Alexandre Heinig e Letícia Rabelo. As reuniões ocorrem nas dependências da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável – FUCAM - uma vez ao mês. Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema. Dificuldade na articulação junto aos cursos e setores em relatar as produções e atividades desenvolvidas por esses durante o ano para constar no relatório anual do NGA e sua divulgação; Dificuldade na participação em processos decisórios em grandes intervenções de infraestrutura promovida pela gestão do *Campus*; Dificuldade na inserção dos critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios. Exemplo: logística reversa; avaliação de outros critérios além do melhor preço.

#### **Fraiburgo:**

O NGA Fraiburgo realizou em 2015 diversas atividades relacionadas com a Responsabilidade Socioambiental, preconizada pela Agenda A3P do Ministério do Meio Ambiente. Uma das ações de destaque do NGA foi a abertura de vagas para uma Oficina de modelos de ensino das ciências utilizando materiais recicláveis, ligadas ao Projeto de Extensão “Desafios sustentáveis”, de autoria de sua Coordenadora atual, Professora Débora dos Santos, aprovado no Edital nº 15/2015 da PROEX, IFC Fraiburgo. Esta oficina proporcionou ao seus alunos, entre jovens da comunidade e professores de outras escolas da região, além de um espaço para exercitar a criatividade e reforçar o estudo das disciplinas de biologia, física e química a conscientização sobre a reciclagem do lixo e o fator de economicidade para a Administração Pública, a partir do incentivo ao uso dos recicláveis.

A realização da III Semana do Meio Ambiente, do IFC Fraiburgo, com o tema “Redução de Consumo de Água e Luz no IFC Fraiburgo”. Foram apresentadas diversas palestras com os alunos do diurno e do noturno sobre a questão da água e das fontes de energia. No mês de agosto foi lançada a campanha de recolhimento de lixo eletrônico em parceria com a FCDL. Uma iniciativa que visou premiar as escolas que arrecadaram maior quantidade de peças de informática, pilhas e baterias que não teriam mais utilidade e não poderiam ser descartadas diretamente no lixo comum.

O Plano de Logista Sustentável foram analisados os valores gasto com papel A4, implementação em 95% das máquinas a fonte ecológica (Ecofonte), consumo de energia elétrica, água e esgoto, valores gastos com diárias e licitações sustentáveis.

**Luzerna:** Realizado projeto de extensão vinculado ao edital 05/2015 (Apoio a projetos de pesquisa e extensão do IFC *Campus* Luzerna), denominado “Luzerna, Cidade Digital”, dentre as ações do projeto foi estabelecido um local para coleta de lixo eletrônico, pilhas e baterias. No dia mundial da água (23/03/2015), foi realizada uma atividade em parceria com os professores de Sociologia e Química, trabalhando nas turmas de ensino médio o documentário Entre Rios. Durante a semana do Meio Ambiente foram desenvolvidas atividades que colaboraram para a construção de um pensamento crítico em relação à conscientização de diversos problemas ambientais e sociais, realização da palestra “Tecnologia que trata a água e preserva a via” em conjunto com a II Semana da Indústria. Também foi realizada a separação de resíduos produzidos na instituição, com os estudantes do segundo ano do ensino médio que confeccionaram cartazes com instrução sobre separação dos materiais e descarte corretos de alguns resíduos. Outras atividades foram



desenvolvidas em parceria com a disciplina de arte com intervenções artísticas com a temática ambiental, projetos integradores: Aspectos ambientais e de Segurança no descarte do lixo hospitalar; Trajetória organizacional e os equipamentos de proteção na defesa do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores na área de reciclagem; O lixo eletrônico e seus riscos ao ambiente e aos trabalhadores.

**Santa Rosa do Sul:** Para o Plano de Logística Sustentável foi preenchimento a planilha disponibilizada pelo *google drive* até o mês de maio, quando houve a saída do coordenador geral Karlan Rau, por motivo de afastamento para cursar o doutorado. O não preenchimento foi devido a dúvida sobre o SIMEC que solicitava ao financeiro do *Campus* o preenchimento todo o mês com as mesmas informações, sendo questionada a coordenadora substituta Cristiane Tagliari, que não respondeu, deixando esta atividade prejudicada. A Comissão especial responsável pelo aproveitamento, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento de material oriundo do programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e livros do acervo deste *Campus* pertencentes ao patrimônio. Incluído pela Portaria 327/GAB/DG/CSOM, de 18 de junho de 2014, a comissão no ano de 2015 encaminhou ao Procurador Federal o processo com minuta para doação dos Livros do PNLD descaracterizado por trituração, respondido pelo Parecer nº 00065/2015/IFC/PFSC/PFIFCATARINENSE/PGF/AGU desaprovando a minuta de edital, recomendando que os livros didáticos triturados sejam vendidos e que o produto desta alienação seja convertido aos cofres da Autarquia Federal. Procedendo-se então o início dos estudos para adequação do processo, em cumprimento ao apresentado pelo procurador. Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos – FCCIAT, designado pela portaria nº 159/GAB/DG/CSRS, de 17 de abril de 2015, na pessoa do Coordenador do NGA local e seu substituto Mauricio Duarte Anastácio e Marcelo Turati Tramontim respectivamente. Participando de 4 reuniões da plenária do FCCIAT e da comissão de regulação do referido fórum. Semana do Meio Ambiente “MEIO AMBINETE BO DIFERENTES OLHARES” Instaurada pela Portaria nº 123/GB/DG/CSRS, de 2 de março de 2015 e desenvolvido durante todo o mês de julho com diversas atividades envolvendo toda a comunidade escolar, como palestras, pedágio da árvore com doação de mudas nas cidades do entorno do *Campus* Santa Rosa do Sul, concurso de redação sobre meio ambiente, exposições de trabalhos ambientais desenvolvidos no IFC como Apicultura “captura de enxames”, produção de mudas e árvores nativas, projeto gota. Reservando um espaço na reunião de pais para divulgação das atividades desenvolvidas pelos alunos e acadêmicos do *Campus*. Reposta da Plano de Providências Permanente OS 008, juntada de documentação comprobatória dos itens aos itens solicitados pela auditoria. Um destes foi a continuação dos critérios de sustentabilidades adotados nos editais de compras do *Campus*, já do projeto Educação Ambiental Através da Compostagem, apoiado pela NGA local foi apresentado o relatório final, sendo que o mesmo foi premiado em primeiro colocado entre os trabalhos extensão na VIII Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar – MICTI. NGA Institucional, em reunião via webconferencia os coordenadores locais dos NGAs do IFC definiram que a coordenação geral ficaria com Santa Rosa do Sul na pessoa do servidor Mauricio Duarte Anastácio, deixando também definido nesta reunião que a pasta do NGA Institucional deverá ficar na Reitoria com um servidor da Pró-Reitoria de Administração. Seminário de Compras Públicas Sustentáveis, em 26 de outubro de 2015, os membros do NGA Institucional tiveram a oportunidade de participar deste seminário que abordou temas de compras conjuntas, critérios para itens sustentáveis, projetos sustentáveis no Instituto Federal Catarinense – IFC, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Dificuldades de 2015, neste ano novamente enfrentamos dificuldades principalmente com a saída do coordenador geral do NGA Institucional, com o excesso de tarefas da maioria dos membros do NGA local, ocasionando dificuldades para realização de reuniões e execução de atividades. Porém a falta de conscientização ou muitas vezes esquecimento da comunidade dos *Campus* Santa Rosa do Sul e *Campus* Avançado Sombrio sobre as

questões ambientais são os grandes desafios para o próximo período, mas já damos o primeiro passo.

**São Francisco do Sul:** Campanha com cartazes informativos nas salas de aula, setores administrativos e outros locais de acesso público sobre o uso racional da água, energia, impressões e destinação do lixo reciclável. No *Campus* foram instaladas lixeiras para separação do lixo reciclável, plantio de árvores frutíferas, coletado óleo e mural do NGA *campus* São Francisco do Sul. Também realizou-se o planejamento para 2016 das contas de água, luz e reuniões de planejamento 2016.

**Videira:** Foram realizadas diversas reuniões durante o ano para programação das atividades: Nove reuniões da equipe, além de duas reuniões com representantes do grêmio estudantil, representantes de turmas, Foi realizada sensibilização com todas as turmas da escola, envolvendo aspectos como: economia de água e energia elétrica, além de descarte correto de resíduos. As sensibilizações ocorrem no mês de março e agosto. A planilha do PLS solicitada pela reitoria foi preenchida mensalmente com os dados que conseguimos acessar, pois alguns dados não são possíveis de serem aferidos no *Campus* ainda. O PLS do *Campus* Videira foi aprovado em reunião do COMCAMPUS. Realizada a gincana do Meio Ambiente no mês de junho, com atividades envolvendo todas as turmas. Confeção de poltrona e puf com reutilização de garrafas pet's, criação de chamado Z-eco que fala sobre questões relacionadas ao meio ambiente, em “tirinhas” que são divulgadas o site do *Campus* Videira, também foram reutilizadas folhas do setor de reprografia para fazer marcadores de página com frase do Z-eco. Realização de campanha de coleta de medicamentos vencidos em parceria com a empresa UNIMED, que forneceu a caixa coletora e realizou o descarte correto dos mesmos. Campanha de descarte de eletroeletrônicos em parceria com o CDL de Videira, assim como, ponto permanente de descarte de pilhas e baterias. Recolhimento de resíduos escolares que foram encaminhados a uma empresa que produz outros materiais a partir deste tipo de resíduo.

## **8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **8.1 – TRATAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

#### *8.1.1 - Estrutura administrativa de tratamento de determinações e recomendações do TCU*

#### **Sobre a estrutura administrativa de tratamento das recomendações e determinações do TCU**

##### **A unidade possui setor dedicado a tratar as recomendações e determinações do TCU? Qual?**

Não existe no IFC setor para tratar, em específico, das recomendações e determinações do TCU. No entanto, a UNAI (Unidade de Auditoria Interna) acompanha o atendimento das recomendações por parte dos setores competentes, assessorando a gestão nas demandas recebidas através dos órgãos de controle interno.

##### **A unidade possui sistema informatizado específico para tratamento das recomendações e determinações do TCU?**

Não, ainda. O IFC adquiriu o sistema SIG da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que possui um módulo de Auditoria, que permite este acompanhamento de modo informatizado.

##### **Quais os procedimentos principais, em breve descrição, adotados pela unidade para tratamento das recomendações e determinações do TCU?**

O procedimento para tratar as recomendações e determinações do TCU é o descrito a seguir: o gabinete do (a) Reitor (a), ao receber a comunicação do TCU (ofício) e acórdão, coordena o envio das recomendações aos setores competentes, e estes, ao tomarem as ações e medidas para atendimento, informam ao gabinete que, por sua vez, assessorado pela Unidade de Auditoria Interna, as verifica e analisa, remetendo, oficialmente, ao TCU a fim de que seja realizada a avaliação das providências.

#### **Sobre as determinações dos julgamentos de contas**

##### **Quais os últimos exercícios em que a unidade teve as contas julgadas pelo TCU?**

Nos anos de 2009, 2010 e 2014. O acórdão referente ao julgamento das contas de 2009 é nº 1692/2011. No ano de 2010 foi o Acórdão nº 6925/2012. Referente ao ano de 2014, o TCU ainda não emitiu acórdão, cuja previsão é para este ano.

##### **De cada julgamento de contas, quais determinações do TCU que ainda não foram integralmente cumpridas?**

As determinações nº 1.7.5 e nº 1.7.7 ao Acórdão nº 1692/2011 (Processo TC -020.160/2010-0 – Prestação de Contas – Exercício 2009) ainda não foram integralmente cumpridas.

##### **Por que as determinações ainda não foram integralmente cumpridas?**

Foram tomadas algumas medidas e ações por parte da gestão e estas encontram-se sob análise da CGU.

### 8.1.2 - Visão geral de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015, não houve determinações e recomendações do TCU.

### 8.1.3 - Discriminação de determinações do TCU pendentes de cumprimento

#### Quadro 78 - Determinação 1.7.5 do Acórdão 1692/2011

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência	Atendimento
TC -020.160/2010-0	nº 1692/2011	1.7.5	Ofício nº 059/2011/AECI/G M-MEC	10/05/2011	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação</b>					
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC/SC					
<b>Descrição da determinação</b>					
Anexar aos procedimentos licitatórios os documentos que comprovem a realização da pesquisa prévia de preços (item 5.2.1.5, do RA/CGU-SC).					
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>					
Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.					

#### Quadro 79 - Determinação 1.7.7 do Acórdão 1692/2011

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência	Atendimento
TC -020.160/2010-0	nº 1692/2011	1.7.7	Ofício nº 059/2011/AECI/G M-MEC	10/05/2011	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
<b>Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação</b>					
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC/SC					
<b>Descrição da determinação</b>					
Analisar as circunstâncias e os motivos que deram causa à pendência jurídica envolvendo a locação do 2º piso e questionamentos referentes a preferências de compra (item 5.2.1.6, do RA/CGU-SC).					
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>					
Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.					

## **8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

### *8.2.1 - Estrutura administrativa de tratamento de recomendações do OCI*

#### **A unidade possui setor dedicado a tratar as recomendações do OCI? Qual?**

Não existe setor no IFC para tratar, em específico, das recomendações dos órgãos de controle interno. Há, no entanto, a UNAI (Unidade de Auditoria Interna), que acompanha o atendimento das recomendações por parte dos setores competentes, assessorando a gestão nas demandas recebidas através dos órgãos de controle interno.

#### **A unidade possui sistema informatizado específico para tratamento das recomendações do OCI?**

Não, ainda. O IFC adquiriu o sistema SIG da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), que possui um módulo de Auditoria, que permite este acompanhamento de modo informatizado. Depende-se da implantação do módulo do SIG/Auditoria, que deverá acontecer até final de 2016, para que todo o fluxo processual e rotinas de trabalhos sejam realizados por meio de sistema informatizado.

#### **Quais os procedimentos principais, em breve descrição, adotados pela unidade para tratamento das recomendações do OCI?**

O procedimento para tratar as recomendações do órgão de controle interno é o descrito a seguir: o gabinete do (a) Reitor (a), ao receber a comunicação do OCI (ofício) e anexos (relatórios, parecer e solicitação de auditoria), classifica e distribui as recomendações aos setores competentes, e estes, ao tomar as ações e medidas para atendimento, informam ao gabinete que, por sua vez, as analisa, assessorado pela Unidade de Auditoria Interna, remetendo, oficialmente, ao OCI, as medidas e ações realizadas, para que seja realizada a avaliação das providências.

#### **Houve recomendações que causaram impactos positivos significativos? Em caso positivo, descreva-as brevemente.**

A partir das recomendações constantes do relatório de avaliação de contas da CGU nº 201503691 pôde-se obter uma perspectiva da atual situação do IFC, em termos de controle e fidedignidade de informações entre os *campi* e Reitoria, em especial na área de ensino, permitindo nortear as ações a serem implementadas pela gestão de modo criar e aperfeiçoar os controles internos e, conseqüentemente, mitigar os riscos.

**Quadro 80 - Visão Geral de Recomendações do OCI**

<b>Identificação do Relatório de Auditoria (Ordem de Serviço)</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação expedida</b>	<b>Data da ciência</b>	<b>Atendimento</b>
231365	Doação de bens sem entrega física dos itens aos beneficiários; materiais retirados por terceiro - impossibilidade de conclusão acerca dos bens retirados.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
231365	Controle insuficiente de rebanhos de animais; venda de animal não confirmada pelo suposto comprador; receita de venda de animal não comprovada; existência de semoventes não patrimoniados; vendas de animais não registradas na CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; diferença quantitativa de rebanho quando confrontados o inventário da entidade e os registros da CIDASC.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Inexistência de instrumento legal que discipline a relação entre a Unidade e sua Cooperativa-Escola - Coopercac.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Ausência de instrumento legal que regule a cessão de espaço físico da Unidade à Cooperativa-Escola - Coopercac; cessão gratuita.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Estatuto da Cooperativa-Escola - Coopercac em desacordo com a legislação que trata da relação desse tipo de sociedade com as instituições federais de ensino.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.

201108759	Desvio de finalidade na atuação da Cooperativa-Escola; ausência de licitação para revenda de mercadorias no interior do campus.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Desvio de finalidade na atuação da Cooperativa-Escola; ausência de licitação para revenda de mercadorias no interior do campus.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Impossibilidade de atestar a participação da Coopercac nos projetos pedagógicos desenvolvidos pelo IFC – Campus Camboriú.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Fragilidades nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade da Unidade, tais como falta de registro de imóvel, de regularização do regime de imóveis e de imóveis com avaliação vencida.	CGU/SA nº 201409750/02	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Ausência de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – TI da Unidade Gestora.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201108759	Não exigência de acordos de níveis de serviço nos contratos celebrados entre a entidade auditada e fornecedores.	CGU/SA nº 201409750/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
243994	Ausência de informações detalhadas acerca da lotação ideal de servidores para a Reitoria e para os <i>campi</i> .	CGU/SA nº 201411633/06	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
243994	Restrições à competitividade na aquisição do edifício-sede da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.	CGU/SA nº 201108759/07	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
243994	Restrições à competitividade na aquisição do edifício-sede da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.

201503691	Ausência de mapeamento para adequar a força de trabalho necessária ao desempenho das atribuições executadas pela UPC.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Seleção de profissionais para vagas no PRONATEC, em benefício próprio, de subordinado direto e de cônjuges.	CGU/SA nº 201503691/05	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Descumprimento de 99,64% das recomendações expedidas pela UNAI/IFC pelo <i>Campus</i> Rio do Sul.	CGU/SA nº 201503691/05	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Procedimentos administrativos instaurados não registrados ou registrados intempestivamente no sistema CGU-PAD.	CGU/SA nº 201503691/02	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas na gestão patrimonial de bens imóveis.	CGU/SA nº 201503691/04	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Normativos internos que regulamentam as atividades dos docentes do IFC estão parcialmente alinhados às diretrizes do MEC.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	A gestão e organização das atividades docentes necessitam de melhorias quanto aos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação.	CGU/SA's nº 201411633/001, 201411633/002, 201411633/003, 201411633/004 e 201411633/005	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	A gestão e organização das atividades docentes necessitam de melhorias quanto aos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação.	CGU/SA's nº 201411633/001, 201411633/002, 201411633/003, 201411633/004 e 201411633/005	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas de publicidade e transparência e necessidade de sistemas corporativos.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas de publicidade e transparência e necessidade de sistemas corporativos.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.



201503691	Falhas de publicidade e transparência e necessidade de sistemas corporativos.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas de publicidade e transparência e necessidade de sistemas corporativos.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Subutilização de docentes nas atividades de sala de aula e na interação com os alunos, aliada à necessidade de melhorias nos critérios e procedimentos para contratação de professores efetivos e substitutos.	CGU/SA nº 201411633/002	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Subutilização de docentes nas atividades de sala de aula e na interação com os alunos, aliada à necessidade de melhorias nos critérios e procedimentos para contratação de professores efetivos e substitutos.	CGU/SA nº 201411633/002	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Deficiências detectadas em Governança quanto à gestão de pessoas.	CGU/SA nº 201411633/006	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Deficiências detectadas em Governança quanto à gestão de pessoas.	CGU/SA nº 201411633/006	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Deficiências detectadas em Governança quanto à gestão de pessoas.	CGU/SA nº 201411633/006	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas na gestão patrimonial de bens imóveis.	CGU/SA nº 201503691/04	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas na gestão patrimonial de bens imóveis.	CGU/SA nº 201503691/04	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	A gestão e organização das atividades docentes necessitam de melhorias quanto aos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação.	CGU/SA 's nº 201411633/001, 201411633/002, 201411633/003, 201411633/004 e 201411633/005	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas de publicidade e transparência e necessidade de sistemas corporativos.	CGU/SA nº 201411633/01	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.

201503691	Subutilização de docentes nas atividades de sala de aula e na interação com os alunos, aliada à necessidade de melhorias nos critérios e procedimentos para contratação de professores efetivos e substitutos.	CGU/SA nº 201411633/02	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Subutilização de docentes nas atividades de sala de aula e na interação com os alunos, aliada à necessidade de melhorias nos critérios e procedimentos para contratação de professores efetivos e substitutos.	CGU/SA nº 201411633/02	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Descumprimento de 99,64% das recomendações expedidas pela UNAI/IFC pelo <i>Campus</i> Rio do Sul.	CGU/SA nº 201503691/05	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Falhas na gestão patrimonial de bens imóveis.	CGU/SA nº 201503691/04	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.
201503691	Subutilização de docentes nas atividades de sala de aula e na interação com os alunos, aliada à necessidade de melhorias nos critérios e procedimentos para contratação de professores efetivos e substitutos.	CGU/SA nº 201411633/02	24/07/15	Encontra-se sob análise da CGU o posicionamento da UPC.

### **8.3 - MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO**

#### *8.3.1 – Estrutura administrativa para apuração de responsabilidade por dano ao erário*

O IFC não possui setor dedicado somente a apurar responsabilidade por dano ao Erário, porém a Coordenação-Geral de Procedimentos Administrativos Disciplinares(COOPAD) que é um órgão suplementar de assessoramento, acompanhamento e execução de procedimentos administrativos disciplinares. Que visa coordenar, implementar, orientar e acompanhar as ações desenvolvidas no âmbito do IFC, no sentido de atender aos princípios constitucionais – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência-, analisa e toma as devidas providências quando chegam denúncias de dano ao Erário.

## 8.3.2 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

Quadro 81 - Apuração de responsabilidade por dano ao erário

Nº Processo	Tipo de Procedimento	Assunto	Local do Fato	Fase do Processo	Resultado Final	Determinação do Julgamento
23348.001247/2013-41	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos.	IFC/Reitoria	<b>Processo Julgado:</b> 04/02/2015	Portaria Determinando o Arquivamento nº 309 de 06/02/2015, DOU de 11/02/2015 (do Reitor Substituto, Neri Jorge Golynski)	O Servidor investigado restituiu ao patrimônio com um projetor multimídia de especificações similares e superiores ao que desapareceu.
23348.000467/2015-19	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos.	IFC/Campus Blumenau	<b>Processo Julgado:</b> 28/08/2015	Portaria Determinando o Arquivamento nº 2084 de 31/08/2015, DOU 04/09/2015 (do Reitor, Francisco José Montório Sobral)	Item 1 do julgamento do Reitor: "1)Que seja procedida pela Coordenação de Contratos deste IFC, "através de seu setor próprio de fiscalização e cumprimento de contratos" a devida comunicação sobre o ocorrido, bem como "cobrar a garantia e fazer valer a cláusula contratual", mediante a abertura do competente Processo Administrativo em desfavor da Empresa CRC Engenharia Ltda., por descumprimento de cláusulas contratuais, "em especial à cláusula sexta 6.1 inciso V do Contrato nº 175/2012, Processo nº 23348.00117/2012-72, para fins de responsabilização, se for o caso, conforme constante da Seção IV, Art. 73, § 2º da Lei 8666/93".
23348.000857/2015-99	Sindicância	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos.	IFC/Reitoria	<b>Processo Julgado:</b> 03/09/2015	Portaria Determinando o Arquivamento nº 2122 de 08/09/2015, DOU 09/09/2015 (do Reitor Substituto, Neri Jorge Golynski)	Item 1 do julgamento do Reitor: "1)Que seja procedida pela Coordenação de Contratos deste IFC, "através de seu setor próprio de fiscalização e cumprimento de contratos" a devida comunicação sobre o ocorrido, bem como "cobrar a garantia e fazer valer a cláusula contratual", mediante a abertura do competente Processo Administrativo em desfavor da Empresa Sul Brasil Segurança Privada Ltda, por descumprimento de cláusulas contratuais, "em especial à cláusula 9.1.19 e 9.2.22do termo de Contrato nº 178/2012, Processo nº 23348.001105/2012-01, para fins de responsabilização, se for o caso, nps termos da Lei 8666/93 e 9784/99;"
23473.000149/2014-31	PAD	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos. Ausência ou imp pontualidade ao serviço.	IFC/Campus Blumenau	<b>Processo Julgado:</b> 01/10/2015	Apenado – Penalidade Demissão Penalização Aplicada através da Portaria Nº 2421 de 02/10/2015, DOU 05/10/2015 (do Reitor, Francisco José Montório Sobral)	Item c do julgamento do Reitor: "c) que a DGP deste IFC, através de seu setor competente, efetue a verificação da ocorrência de pagamento de salários do Servidor e, em tal ocorrendo, seja feito o levantamento dos valores pagos e devidamente procedida a cobrança administrativa, com a compensação em eventuais créditos, se houverem.
23352.000701/2015-49	PAD	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos .	IFC/Campus Videira	<b>Processo Julgado:</b> 27/10/2015	Portaria Determinando o Arquivamento nº 2750 de 29/10/2015, DOU 30/10/2015 (do Reitor Substituto, Mauricio Lehmann)	Que conforme sugerido no Parecer nº 00472/2015/IFC/PFSC/PFIFCATARINENS E/PGF/AGU, considerando "o prejuízo sofrido pelo IFC com o pagamento de franquias, conforme demonstrado nos autos", sejam remetidas cópias dos autos "à Procuradoria Federal responsável pela atuação na área" do sinistro, " para ajuizamento da competente ação de cobrança contra o causador do evento".

O apresentado acima traz os principais procedimentos adotados pela COOPAD para apuração de responsabilidade por dano ao Erário. Principais procedimentos adotados pela COOPAD para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

### *8.3.3 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário*

Não se aplica. Na COOPAD não foram executadas TCE.

## **8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993**

A unidade respeita o cronograma de pagamentos na forma do art. 5º da Lei nº 8.666/1993? Em caso negativo, qual a justificativa? – Resposta: SIM

A unidade tem regulamento próprio de licitações e contratações, com procedimentos definidos para o cumprimento da ordem de pagamentos? Em caso positivo, indique a URL de acesso ao regulamento. – Resposta: NÃO

A unidade possui regulamento prevendo razões de interesse público que motivem exceção à ordem cronológica de pagamento? Em caso positivo, indique a URL de acesso ao regulamento. – Resposta: NÃO

A unidade pública a motivação da autoridade competente em hipótese de exceção à ordem cronológica de pagamento? Em caso afirmativo, indique a URL de acesso às publicações. – Resposta: NÃO

A unidade possui setor dedicado a registrar a regularidade fiscal, trabalhista e com a seguridade social do credor durante a liquidação? Qual? – Resposta: SIM - Coordenação de Execuções Financeiras

A unidade possui setor dedicado a registrar o ingresso dos credores na fila de pagamentos após a liquidação? Qual? – Resposta: NÃO

A unidade registra e divulga as operações referidas nas perguntas (5) e (6)? Em caso afirmativo, indique URL de acesso às publicações. – Resposta: NÃO

A unidade possui sistema informatizado para divulgação em tempo real, na rede mundial de computadores, das diversas ordens cronológicas e das respectivas listas de credores, com ampla acessibilidade a qualquer cidadão, em atenção ao prescrito na Lei nº 12.527/11 (Lei da Transparência)? Em caso afirmativo, indique a URL de acesso às publicações. – Resposta: NÃO

## 8.5 - INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Foram levantadas as informações de todos os contratos da construção civil, onde foram analisadas, com base na legislação vigente, a aplicabilidade ou não da desoneração da folha de pagamento conforme tabela a seguir:

**Quadro 82 – Contratos com desoneração**

CAMPUS	Número de Contrato	Objeto do Contrato	Valor do Contrato	Data do Contrato	Nome do Contratado	CNAE Principal	CNPJ da Empresa	CEIOBRA	Data do CEI	Valor da economia	Observações
Reitoria (UG 158125)	001/2013	Construção Campus São Francisco do Sul	R\$ 7.466.319,58	16/01/2013	CRC Engenharia Ltda	41.20-4-00	06.328.666/0001-50	51.218.43706/77	21/01/13		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	002/2013	Construção Campus Brusque	R\$ 8.757.393,28	14/01/2013	CRC Engenharia Ltda	42.20-4-00	06.328.666/0001-50	51.218.43765/75	21/01/13		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	190/2013	Construção do ginásio poliesportivo do Campus Avançado Blumenau	R\$ 1.332.882,65	09/12/2013	CRC Engenharia Ltda	43.20-4-00	06.328.666/0001-50	51.222.30917/73	08/11/13	R\$ 27.305,67	Em processo de execução
	180/2013	Construção do Campus São Bento do Sul.	R\$ 12.456.013,07	08/10/2013	CRC Engenharia Ltda	44.20-4-00	06.328.666/0001-50	51.222.84843/75	06/01/14	R\$ 260.649,61	Em processo de execução
Araquari (UG 158459)	15/2013	Construção bloco do ensino médio	R\$ 3.920.000,00	29/11/2013	Arruda Construtora de Obras Ltda	41.20-4-00	02.548.744/0001-70	51.222.73342/79	02/12/13		Proposta da empresa realizada com base na Desoneração.
	12/2014	Reforma da cobertura da suinocultura	R\$ 59.551,05	10/11/2014	Renan Simer Mauricio Me	43.99-1-03	20.985.955/0001-52	51.227.72686/79	11/11/14		Proposta da empresa realizada com base na Desoneração.
Blumenau (UG 152254)	175/2012	Execução da Obra de Ampliação e Adequação das Instalações do Campus		14/12/2013	Salver Construtora e incorporadora Ltda	41.20-4-00	00.521.113/0001-32	51.218.48811/70	14/12/12		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
Brusque (154706)	07/2015	Continuação da Construção Campus Brusque	R\$ 10.046.569,90	15/04/2015	CRC Engenharia Ltda	41.20-4-00	06.328.666/0001-50	5123020019/71	15/04/15		Não se enquadra na desoneração. Data posterior a vigência da Lei 12844/2013

**Quadro 82 – Contratos com desoneração [continuação]**

CAM-PUS	Número de Contrato	Objeto do Contrato	Valor do Contrato	Data do Contrato	Nome do Contratado	CNAE Principal	CNPJ da Empresa	CEI OBRA	Data do CEI	Valor da economia	Observações
Cambio-riú (UG 158460)	2010/13	Reforma Bloco de Salas de Aula e Construção de Passarela com Elevatória e Galpão-Garagem	R\$ 799.538,86	26/07/2010	Planecon Planejamento e Construções Ltda	41.20-4-00	79.283.461/0001-79	51.207.93627/73	26/07/10		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	2010/26	Serviços de pavimentação do estacionamento, passeio e praça em frente ao prédio central e drenagem, escadas e rampas de acesso	R\$ 387.777,77	29/12/2010	CR Artefatos de Cimento Ltda	23.30-3-01	01.650.178/0001-40	Inscrição no CNPJ da obra	29/12/10		Empresa não se enquadra na desoneração, CNAE Principal
	2011/74	Execução da obra de construção do Centro de Treinamento de Cães Guia	R\$ 2.670.000,00	30/12/11	Arruda Construtora de Obras Ltda	41.20-4-00	02.548.744/0001-70	51.213.99631/72	29/11/11		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	2012/09	Construção prédio de salas de aula	R\$ 1.668.880,25	23/11/2012	Rei Engenharia	41.20-4-00	07.277.570/0001-72	70.010.06651/77	06/12/12		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	2012/10	Construção prédio refeitório	R\$ 1.292.261,94	23/11/2012	Rei Engenharia	41.20-4-00	07.277.570/0001-72	70.010.06640/78	06/12/12		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	2013/12	Pavimentação do acesso do projeto Cão Guia à área central do Campus	R\$ 955.528,32	05/12/2013	Soberana Serviços e Construções Ltda	41.20-4-00	01.408.643/0001-31	51.223.10941/78	06/01/14		Desoneração Calculada e aplicada
	2013/13	Execução de reforma e adequação da moradia estudantil	R\$ 297.757,34	22/11/2013	Berkana Prestação de Serviços e Comércio Ltda	41.20-4-00	83.190.595/0001-12	51.222.51608/73	02/12/13		Desoneração da Folha em análise
2013/02	Execução de remanescente de Obra de Construção do novo prédio de salas de aula com aproximadamente 1.679,96 m <sup>2</sup>	R\$ 1.151.748,39	13/01/2014	Salver Construtora e incorporadora Ltda	41.20-4-00	00.521.113/0001-32	51.223.08256/76	13/01/14		Desoneração não aplicada (falta de base para aplicação)	

**Quadro 82 – Contratos com desoneração [continuação]**

CAMPUS	Número de Contrato	Objeto do Contrato	Valor do Contrato	Data do Contrato	Nome do Contratado	CNAE Principal	CNPJ da Empresa	CEI OBRA	Data do CEI	Valor da economia	Observações
Concórdia (158461)	16/2012	Construção da Biblioteca	R\$ 1.204.871,40	28/11/2012	Fundamento Construtora Ltda	41.20-4-00	00.457.898/0001-21	51.217.91812/75	20/01/13		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	19/2013	Construção de Auditório	R\$ 1.683.848,00	10/12/2013	Fundamento Construtora Ltda	41.20-4-00	00.457.898/0001-20	51.222.86674/78	02/01/14		Em processo de análise
	20/2013	Construção Bloco 01-Medicina Veterinária	R\$ 819.881,89	19/12/2013	Construtora Foscarini Ltda	41.20-4-00	11.517.944/0001-57	51.222.16272/70	19/12/13		Em processo de análise
	12/2014	Pavimentação Asfáltica	R\$ 257.350,84	04/08/2014	Balbinot Terraplanagem, Pavimentação e Obras Ltda Epp	43.13-4-00	07.548.569/0001-08	51.225.56910/79	04/08/14		Em processo de análise
	19/2014	Construção Moradia Estudantil -Masculino	R\$ 1.190.000,01	30/09/2014	Construtora Foscarini Ltda	41.20-4-00	11.517.944/0001-57	51.227.73641/79	30/09/14		Em processo de análise
	20/2014	Construção Bloco de laboratórios	R\$ 912.882,42	08/10/2014	Mateus Spricigo Me	41.20-4-00	12.044.422/0001-48	51.227.09246/76	08/10/14		Em processo de análise
Fraiburgo (UG 152662)	15/2014	Execução de obras de ampliação e adequação das instalações do Câmpus Fraiburgo.	R\$ 3.213.001,29	11/09/2014	Paloma Construções Eireli	41.20-4-00	09.656.330/0001-04	51.226.87214/71	06/10/14		Proposta da empresa realizada com base na Desoneração.
	11/2015	Reconstrução de muro de arrimo	R\$ 141.697,15	14/10/2015	Paloma Construções Eireli	41.20-4-00	09.656.330/0001-04	51.233.30973/79	21/10/15		Proposta da empresa realizada com base na Desoneração.
Ibirama (UG 152662)	16/2014	Reforma e ampliação de local a ser implantada a biblioteca, cantina, vestiários e banheiros anexo ao ginásio de esportes do Campus	R\$ 1.037.060,00	27/11/2014	SBCC Construções Ltda Epp	41.20-4-00	79.291.530/0001-96				<b>Contato rescindido</b> e não houve, até o momento, pagamentos para a empresa. A empresa 2ª colocada assumiu a obra



Quadro 82 – Contratos com desoneração [continuação]

CAMPUS	Número de Contrato	Objeto do Contrato	Valor do Contrato	Data do Contrato	Nome do Contratado	CNAE Principal	CNPJ da Empresa	CEI OBRA	Data do CEI	Valor da economia	Observações
Luzerna (UG 152663)	026/2013	Construção do bloco administrativo, no Instituto Federal Catarinense Câmpus Luzerna.	R\$ 905.221,91	02/12/2013	Andrade Construções Ltda	41.20-4-00	03.377.072/0001-40	51.222.38805/79	02/12/13		Proposta da empresa realizada com base na Desoneração.
	004/2014	Construção de um bloco com salas de aula e laboratórios, no Instituto Federal Catarinense Câmpus Luzerna.	R\$ 2.118.546,12	02/06/2014	Andrade Construções Ltda	41.20-4-00	03.377.072/0001-40	51.224.35370/70	15/05/14		Data de cadastro do CEI enquadra-se no período que Será recolhido conforme art. 7º da Lei 12.546/11 até seu término.
	09/2015	Contratação de empresa especializada para execução do projeto de cercamento no Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna, com fornecimento de todo o material e serviços necessários para a execução total da obra, conforme projetos, planilha, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo.	R\$ 108.977,11	07/10/2015	Andrade Construções Ltda	41.20-4-00	03.377.072/0001-40	51.232.99054/70	07/10/15		Proposta da empresa realizada com base na Desoneração.
	10/2015	Contratação de empresa especializada para execução da ampliação do bloco existente, com a construção de uma cantina e um miniauditório no IFC Campus Luzerna	R\$ 299.528,69	20/10/2015	Construções Herval Ltda	41.20-4-00	09.234.560/0001-85	51.233.78151/77	20/11/15		Proposta da empresa realizada com base na Desoneração.
Rio do Sul (158458)	0005/2013	Reforma e ampliação do refeitório e cozinha	R\$ 857.630,65	17/02/2014	Wilson Empreendimentos Imobiliários Ltda	41.20-4-00	77.894.863/0001-84	51.219.81794/71			Empresa sujeita a desoneração
	0002/2014	Construção da casa de bomba e sistema de água.	R\$ 346.291,06	02/09/2014	Wilson Empreendimentos Imobiliários Ltda	41.20-401	77.894.863/0001-83	51.223.84432/77			Empresa sujeita a desoneração
	017/2015	Construção do bloco da agroecologia com 250m² de área construída conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	R\$ 372.030,65	22/07/2015	Construrio Empreiteira de mão de obra	41.20-4-00	02.448.659/0001-30	51.231.74399/74	03/08/15		Empresa sujeita a Desoneração, aplicado 3.5% sobre o valor bruto da NF.

**Quadro 82 – Contratos com desoneração [continuação]**

CAMPUS	Número de Contrato	Objeto do Contrato	Valor do Contrato	Data do Contrato	Nome do Contratado	CNAE Principal	CNPJ da Empresa	CEI OBRA	Data do CEI	Valor da economia	Observações
Sombrio (UG 158462)	Ata 18/2014	Instalação e manutenção de cabeamento estruturado	R\$ 446.577,28	07/11/2014	Blink Tecnologia sob medida Ltda	43.21-5-00	00.960.027/0001-26				Desonerado, aplicado 3,5% sobre o valor bruto da NF.
	Ata 06/2013	Contratação de serviços de T.I	R\$ 243.550,09	22/11/2013	Blink Tecnologia sob medida Ltda	43.21-5-00	00.960.027/0001-26				Desonerado, aplicado 3,5% sobre o valor bruto da NF.
	04/2013	Contratação de empresa especializada para execução do projeto de passa rela e cobertura	R\$ 194.357,38	17/01/2013	Construtora Oliveira Possamai Della Epp	41.20.400	10.564.650/0001-13	51.220.46666/76	30/04/13		4120-400- Obra, não se aplica, conforme Comunica 2013/1402163, 2013/0746654 da Setorial Contábil do MEC
	12/2015	Contratação de empresa especializada para a construção de um bloco de agronomia	R\$ 457.342,57	22/10/2015	JVE Construtora Ltda-ME	41.20.400	18.649.579/0001-83	51.233.88479/76	09/11/15		Em análise.
	13/2015	Contratação de empresa especializada para a construção de um bloco de silvicultura	R\$ 362.462,79	22/10/2015	JVE Construtora Ltda-ME	41.20.400	18.649.579/0001-83	51.233.88464/78	09/11/15		Em análise.
	14/2015	Contratação de empresa especializada para a construção de um bloco de olericultura	R\$ 315.800,98	22/10/2015	JVE Construtora Ltda-ME	41.20.400	18.649.579/0001-83	51.233.86401/73	09/11/15		Em análise.
Videira (158379)	001/2011	Construção Campus Avançado de Luzerna	R\$ 2.059.973,16	12/12/2011	Andrade Construções Ltda	41.20-4-00	03.377.072/0001-40	51.213.79369/75	28/11/11		Empresa não se enquadra na desoneração, CEI com data anterior a Lei.
	100/2013	Construção Barracão para abrigo das Máquinas do IFC Videira	R\$ 289.616,77	06/01/2014	Mendes e Suckow Engenharia e Construções	71.12-0-00	08.623.450/0001-42	51.223.32263/76	06/01/14		Em processo de analise
	129/2013	Construção Blocos de Salas de Aula IFC Videira	R\$ 2.505.644,90	09/12/2013	Mendes e Suckow Engenharia e Construções	71.12-0-00	08.623.450/0001-42	51.222.56972/70	09/12/13		Em processo de analise

## 8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE

### 8.6.1 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

**Quadro 83** - Ações de publicidade e propaganda

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	-	-
Legal	20RL	50.000,00	53.824,33
Mercadológica	-	-	-
Utilidade Pública	-	-	-

A Coordenação de Comunicação entende que as ações realizadas pelo Instituto Federal Catarinense se enquadram na categoria de publicidade legal, atendendo à descrição de que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender as prescrições legais. Os editais publicados através da EBC, conforme contrato nº 3/2013, Processo nº 23348001213201275, atendem à publicização de editais para licitações e contratação de professores.

Referente à estratégia de comunicação, que se propõe a dar visibilidade para os dois processos seletivos realizados pela Instituição ao longo do ano e também para o fortalecimento da marca perante o público interno e externo, os esforços concentraram-se, em sua maioria, em materiais impressos. Como exemplo, cabe citar o investimento em material de serviço gráfico para divulgação, sem necessidade de veiculação em mídia paga, contemplando fôlder, cartaz, camiseta, banner, faixa, etc., bem como material de expediente padronizado. O valor gasto em serviços gráficos no ano de 2015 foi de R\$ 226.243,95. Especificamente, segue relato dos gastos efetuados em cada *campus*: **Araquari** R\$ 3.671,00; **Blumenau** R\$ 4.314,00; **Brusque** R\$ 65,47; **Camboriú** R\$ 20.631,13; **Concórdia/Abelardo Luz** R\$ 29.852,32; **Fraiburgo** R\$ R\$ 5.477,05; **Ibirama** R\$ 2.177,85; **Luzerna** R\$ 22.093,60; **Reitoria** R\$ 14.110,50; **Rio do Sul** R\$ 55.609,32; **São Francisco do Sul** R\$ 4.968,00; **Sombrio/Santa Rosa do Sul** R\$ 4.172,00; **Videira** R\$ 59.101,71. Em 2015, os *campi* São Bento do Sul e Brusque tiveram sua demanda com material de serviço gráfico atrelada à Reitoria, contabilizando, dessa maneira, um valor ínfimo, no caso de Brusque e nulo, no caso de São Bento do Sul.